

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO:
CIÊNCIAS DA NATUREZA

LUCILENE DA ROSA PEREIRA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO:

**ALIMENTAÇÃO, SAÚDE E EDUCAÇÃO: TERRITÓRIO E RESISTÊNCIA NOS
QUILOMBOS DE JOÃO SURÁ, PRAIA DO PEIXE E MAMONAS (PR)**

MATINHOS / PR

Setembro de 2022

LUCILENE DA ROSA PEREIRA

ALIMENTAÇÃO, SAÚDE E EDUCAÇÃO: TERRITÓRIO E RESISTÊNCIA NOS
QUILOMBOS DE JOÃO SURÁ, PRAIA DO PEIXE E MAMONAS (PR)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza, do Setor Litoral da Universidade Federal Do Paraná.

Orientadora: Profa. Ândrea Francine Batista

MATINHOS / PR

Setembro de 2022

TERMO DE APROVAÇÃO

LUCILENE DA ROSA PEREIRA

ALIMENTAÇÃO, SAÚDE E EDUCAÇÃO: TERRITÓRIO E RESISTÊNCIA NOS QUILOMBOS DE JOÃO SURÁ, PRAIA DO PEIXE E MAMONAS (PR).

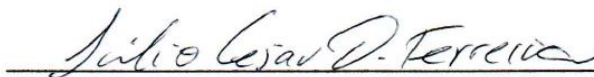
Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao curso de Licenciatura em Educação do Campo Ciências da Natureza, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Educação do Campo com habilitação em Ciências da Natureza.



Prof. Dr.ª Ândrea Francine Batista – Orientadora
Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral – UFPR



Prof. Dr.ª Claudemira Vieira Gusmão Lopes
Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral – UFPR



Prof. Dr. Júlio César David Ferreira
Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral – UFPR

Em memória de Antônio Pedro de Cristo Ramos e de Joana de Andrade Pereira.

AGRADECIMENTOS

Aos territórios de João Surá, Mamonas e Praia do Peixe e todos (as) quilombolas de luta e resistência que contribuíram com seus preciosos saberes, conhecimentos e reflexões para construção deste trabalho.

Aos meus pais Santina e Joaquim, aos meus queridos irmãos Adriano, Lucinéia e Adriana e minha avó Ângela por serem minha base sempre incentivando a seguir em frente.

As queridas professoras Maria Isabel, Rosilene e Ândrea em admiração mulheres admiráveis, contribuindo por meio das orientações contribuindo e compartilhando os anseios e alegrias ao longo desta intensa jornada.

Aos queridos(as) professores(as) que compõem a banca de defesa, Claudemira e Júlio, com suas essenciais contribuições neste trabalho e ainda no compromisso com a educação humanizada, crítica e transformadora.

À luta da Associação de Moradores dos Remanescentes de Quilombo João Surá, às organizações e articulações quilombolas, e movimentos sociais populares do Vale do Ribeira.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra pela luta engajada da Educação do Campo.

Ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza da UFPR Setor Litoral que possibilitou acessar o ensino superior e uma formação crítica essencial para nossa diversidade camponesa.

A todos os professores(as), equipe de assessores e estudantes da Licenciatura que atuam firmemente para formação de sujeitos críticos e na construção de uma Educação do Campo que seja construída junto aos povos do campo, das águas e das florestas.

A minha estimada turma, Sementes Nativas (2017), com a qual vivenciamos muitos desafios e superações diante deste processo tão significativo que foi a passagem pelo curso.

Aos amigos e Coletivo Dandara nas pessoas de Lindalva, José Benedito, Elias e Jovelino.

Ao professor Lourival, aos(as) trabalhadores (as) da Universidade Federal- Setor litoral.

A minha companheira e amiga de quatro patas Brazina.

Ao Programa Bolsa Permanência (MEC).

A todos territórios quilombolas, quilombos, comunidades negras, e à toda população negra que praticam em seus modos de vida a resistência da ancestralidade africana e afro-brasileira afirmando assim sua identidade, cultura e saberes que contribui com a história de luta de nosso país.

RESUMO

As mudanças nos hábitos alimentares e suas influências na saúde dos povos dos Quilombos João Surá, Praia do Peixe e Mamonas no Vale do Ribeira paranaense desvela a necessidade da compreensão destas especificidades sociais. A invisibilidade dos impactos dos conflitos territoriais, ambientais e capitalista contribuem no agravamento dos problemas de saúde já relevantes na população negra. A questão alimentar é apenas um elemento que não deve ser considerado de forma isolada, pois as mudanças nos hábitos alimentares no campo denunciam os impactos do modelo capitalista ameaçando aos modos de vida e o sistema tradicional quilombola. É fundamental compreender a relação entre a alimentação quilombola e a saúde da população negra na realidade atual vivida nos territórios dos quilombos frente à luta pelo direito à saúde e ao território. Neste processo entende-se que a resistência é também estabelecida através da Educação Quilombola e a Educação Escolar Quilombola que tem um papel essencial no reconhecimento e intervenção na realidade da comunidade. O próprio currículo escolar considera a contribuição da história e trajetória da população quilombola e afro brasileira ao retratar a diversidade e suas especificidades.

Palavras-chave: Quilombos; Saúde da População Negra; Hábitos alimentares.

RESUMEN

Los cambios en los hábitos alimentarios y sus influencias en la salud de las personas de los quilombos João Surá, Praia do Peixe y Mamonas en el Valle de Ribeira de Paraná revelan la necesidad de comprender estas especificidades sociales. La invisibilidad de los impactos de los conflictos territoriales, ambientales y capitalistas contribuyen al agravamiento de problemas de salud ya relevantes en la población negra. El tema alimentario es solo un elemento que no debe ser considerado aisladamente, ya que los cambios en los hábitos alimentarios en el campo denuncian los impactos del modelo capitalista amenazando los modos de vida y el sistema tradicional quilombola. Es fundamental comprender la relación entre la alimentación quilombola y la salud de la población negra en la realidad actual que se vive en los territorios de los quilombos frente a la lucha por el derecho a la salud y al territorio. En este proceso, se entiende que la resistencia también se establece a través de la Educación Quilombola y la Educación Escolar Quilombola, la cual tiene un papel fundamental en el reconocimiento e intervención en la realidad de la comunidad. El propio currículo escolar considera la contribución de la historia y la trayectoria de la población quilombola y afrobrasileña al retratar la diversidad y sus especificidades.

Palabras clave: Quilombolas; Salud de la Población Negra; Hábitos alimenticios.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Quilombos: Território e Resistência.....	26
Figura 2 – Localizando a Comunidade Quilombola João Surá, Adrianópolis-PR	27
Figura 3 – Chegada da João Surá (Sede).....	28
Figura 4 – Igrejinha Católica de Nossa Senhora Aparecida no núcleo Guaracuí.....	30
Figura 5 – Vista ao lado direito do Núcleo Poço Grande.....	32
Figura 6 – Comunidade Quilombola de Praia do Peixe.....	35
Figura 7 – Comunidade Quilombola de Praia do Peixe.....	35
Figura 8 – Vista do Rio Ribeira de Iguape na passagem da estrada principal no Quilombo de Mamonas	37
Figura 9 – Dia de atendimento médico no Mini Posto de Saúde João Surá.....	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Os casos de doenças e problemas de saúde nos quilombos João Surá (JS), Praia do Peixe (PP) e Mamonas (M)	89
Quadro 2 - Abordagem didática da Hipertensão Arterial no ensino de Ciências da Natureza	91
Quadro 3 - Abordagem didática do Diabetes melito no ensino de Ciências da Natureza	95
Quadro 4 - Abordagem didática Doenças respiratórias no ensino de Ciências da Natureza	101
Quadro 5 - Abordagem didática do Colesterol no ensino de Ciências da Natureza	105
Quadro 6 - Os Principais Alimentos e produtos consumidos no cotidiano nos Quilombos de João Surá (JS), Mamonas (M) e Praia do Peixe (PP)	120
Quadro 7 - Como ocorre o consumo cotidiano dos alimentos produzidos/comidas típicas?	131

LISTA DE ABREVIATURAS

ACARPA	- Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
EAACONE	- Equipe de Articulações e Assessoria as Comunidades Negras
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária
LECAMPO	- Licenciatura em Educação do Campo
MAB	- Movimento dos Atingidos por Barragens
MEC	- Ministério da Educação e Cultura
MOAB	- Movimento dos Ameaçados por Barragens
PEL	- Parque Estadual das Lauráceas
PNAE	- Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNSIPN	- Política Nacional de saúde integral da população negra
SUS	- Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

01. INTRODUÇÃO.....	11
02. CAPÍTULO 01 - QUILOMBOS: TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA.....	14
2.1 A Escravização Africana e a Presença da População Negra no Brasil.....	15
2.2 Racismo Estrutural e Enfrentamento às Desigualdades Sociais nos Quilombos.....	18
2.3 A Expressiva Presença Negra e a Identidade Quilombola no Vale do Ribeira/PR.....	22
2.4 Quilombos e a Resistência Territorial no Vale do Ribeira/PR.....	25
2.4.1 Comunidade Quilombola de João Surá.....	26
2.4.2 Comunidade Quilombola de Praia do Peixe.....	35
2.4.3 Quilombo de Mamonas.....	37
2.5 Ameaçados por Barragens, Mineração e Monoculturas: Impactos na Alimentação e na Saúde Quilombola do Vale do Ribeira/PR.....	39
03. CAPÍTULO 02 - A SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA: A resistência Firmada para o Acesso ao Direito e Promoção da Saúde no Território Quilombola	53
3.1 O bem viver e ancestralidade africana: os saberes e fazeres em saúde no quilombo.....	53
3.2 Estrutura e acesso aos serviços de saúde no território Quilombola.....	58
3.2.1 O Mini Posto de Saúde João Surá.....	58
3.2.2 A Equipe dos Profissionais da Saúde no Quilombo João Surá.....	63
3.2.3 O Acesso da População Negra do Campo às Instituições e Estruturas da Saúde.....	64
3.3 O Sistema Único de Saúde, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e a pandemia de COVID-19	69
3.4 Saúde e Alimentação Saudável no Território Quilombola.....	77
04. CAPÍTULO 03 - HÁBITOS ALIMENTARES, SAÚDE E O PAPEL DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA PARA IDENTIDADE E RESISTÊNCIA NEGRA	81
4.1 A Educação Quilombola e a Educação Escolar Quilombola nos processos de resistência territorial	82
4.2 A Saúde da População Negra na Educação Quilombola e na Educação Escolar Quilombola	86
4.3 Conhecendo as Doenças que Atingem a População Negra: Casos nos Quilombos João Surá, Praia do Peixe e Mamonas	88
4.4 Alimentação Para a Saúde: Um Alerta Sobre a Mudança de Hábitos Alimentares no Campo	108
4.4.1 Mudanças alimentares no Quilombo João Surá (1988-2018) e sua correlação com os desequilíbrios ecológicos ocorridos na região	110
4.5 Alimentação Quilombola: Analisando os Hábitos Alimentares como parte da Resistência Territorial	114

05. CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
06. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	144
07. ANEXOS	151
08. APÊNDICES	152

01. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos os quilombolas vêm relatando preocupações a partir da observação das mudanças no modo de vida em seus territórios. Uma das preocupações está relacionada às mudanças nos hábitos alimentares e as influências nos quadros de saúde. Verifica-se que a alta quantidade de doenças, como a hipertensão arterial e diabetes melito nos quilombos, aponta para a necessidade de estudo sobre os principais problemas sociais que podem favorecer esse aumento. Nesse sentido, a questão problema da pesquisa que resultou neste trabalho, foi o de analisar se as mudanças nos hábitos alimentares têm influência na saúde quilombola.

A pesquisa foi realizada nos quilombos João Surá, Mamonas e Praia do Peixe localizados no município de Adrianópolis, região Vale do Ribeira - PR, no período de 2020 a 2022. Estas comunidades são formadas por famílias quilombolas que representam e valorizam a cultura afro-brasileira, a história e seus modos de vida. Comunidades que sinalizam a preocupação com as mudanças nos hábitos alimentares ocorridos em seus territórios. Para entender o que vem acontecendo é necessário conhecer a atual realidade desses territórios, o que vem provocando essas mudanças a partir de uma abordagem local em seu contexto social, ambiental e econômico.

Assim, nos deparamos com a importância de visibilizar o debate da saúde da população negra e do próprio acesso e condições que os quilombos enfrentam, assim compreendemos também que o papel da educação quilombola se apresenta como elemento essencial de contribuição com a valorização da história da população quilombola.

A pesquisa foi construída a partir da sistematização de conhecimentos empíricos em relação com o debate teórico já existente em algumas obras. O primeiro possibilita a valorização dos conhecimentos e saberes populares trazidos pelos quilombolas participantes da pesquisa e o segundo visa contribuir para compreensão das questões investigadas e situações problemas levantados. Essa articulação promove um conhecimento para a intervenção e transformação. (BRANDÃO; BORGES, 2007).

O objetivo geral desta pesquisa foi o de analisar as relações existentes entre mudanças alimentares e a saúde quilombola num contexto de resistência territorial. Os objetivos específicos que guiaram a pesquisa foram: a) relacionar a mudança dos hábitos alimentares e os conflitos territoriais existentes na região; b) descrever como ocorre o acesso à saúde da população negra nos quilombos; c) levantar os principais alimentos consumidos e quais doenças

prevalecem nos quilombos observando se há uma relação direta; d) identificar o papel da Educação Quilombola no fortalecimento de hábitos alimentares saudáveis, na promoção da saúde e na resistência territorial e) discutir a especificidade da saúde da população negra no ensino de ciências da natureza.

A metodologia da investigação teve natureza qualitativa. Com o propósito da compreensão e explicação da realidade estabelecida, perpassou concepções culturais e sociais que baseiam os valores dos quilombos, baseando-se na coleta de dados que indicasse uma amostra das condições atuais. Foi utilizado o trabalho de campo em articulação com a pesquisa bibliográfica. Para a coleta de dados durante o trabalho de campo utilizamos os instrumentos: questionário aberto e semi-aberto, e, entrevistas semiestruturadas. (MINAYO; DESLANDES e GOMES, 2009).

A pesquisa de campo envolveu o total de 69 participantes, sendo que: do Quilombos João Surá (59); Mamonas (07); Praia do Peixe (02) e Córrego do Franco (01). Estes integrantes participaram dos questionários e entrevistas. O trabalho de campo girou em torno de 18 perguntas, sendo 11 contribuindo com a discussão do tema da saúde da população negra; 6 com a discussão do tema dos hábitos alimentares; e 01 sobre a educação quilombola.

A autora deste trabalho é quilombola, integrante da comunidade João Surá, que vivencia e participa da realidade. Nesse sentido, a análise crítica da realidade e a compreensão de sua dinâmica teve um caráter de pesquisa participante. Segundo os autores Brandão e Borges (2007) a pesquisa participante, oriunda da América Latina, embasa a experiência investigativa de grupos e comunidades populares, de grupos oprimidos da sociedade, nos quais os quilombolas estão inseridos. Seu potencial pedagógico e também político está em identificar nas experiências e interações das realidades locais dentro da totalidade do processo que ocorrem, considerando os sujeitos em seus aspectos individuais e coletivos dentro do contexto sócio-histórico e crítico na sociedade. (BRANDÃO; BORGES, 2007).

Como justificativa à pesquisa, destacamos a importância de avaliar atentamente as mudanças alimentares nos quilombos considerando o sistema alimentar tradicional quilombola. No decorrer dos anos houve um aumento no consumo dos produtos industrializados e percebe-se também a ocorrência de problemas de saúde que afetam os quilombolas. É possível analisar que as mudanças no modo de vida quilombola, ocasionadas pelo sistema capitalista, impactam e afetam diretamente a questão alimentar, pois a produção de alimentos é uma das formas de resistência que conecta a vida e existência quilombola. Essas mudanças geram impactos que são sentidos na cultura, nas relações com a natureza, na religiosidade e na geração de renda.

Percebe-se que este é um dos elementos que tem agravado a saúde quilombola, quando direciona a análise sobre o surgimento ou agravamento de doenças.

A partir da trajetória de vida alimentar quilombola, abordando todas as dimensões de relação com a terra e território, bem como os conflitos que emergem atualmente, pode-se ousar uma relação com o tema da saúde quilombola. O alerta sobre a questão alimentar e a necessidade de atuar em resistência aos processos capitalistas, que cada vez mais concentram nos campos impactando sobre o modo de vida das populações, é debatido neste trabalho como apontamento para a transformação social. O papel da educação quilombola e da educação escolar quilombola na sistematização do modo de vida de suas comunidades, assim como a discussão de um currículo no ensino de ciências da natureza que aborde os estudos a partir da realidade concreta, nos provoca a importância da relação entre os temas da questão alimentar e saúde no trabalho sobre a realidade vivenciada pelos povos campo, florestas e águas, em respeito à todas suas especificidades.

02. CAPÍTULO 01

QUILOMBOS: TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA

Temos que plantar frutas, raízes e árvores com diversidade. Proteger e cuidar das matas para que o futuro também tenha nossa igualdade. A nossa vida se constrói através da resistência... O território para o quilombola é o significado de sua existência! Como compromisso temos que ouvir, compreender e contar, para a semente que nasce, para assim se compartilhar. O Beiju, feijão, taiada, farinha de mandioca e a rapadura trazem como alimento de todo dia e representam a nossa cultura. Organização nossa, é tudo. Com a união e força de vontade mudaremos esse mundo. Esse mundo que hoje é nossa comunidade, mas amanhã pode virar toda essa sociedade. (PEREIRA, Lucilene da Rosa *In* CORREA, 2018, p. 68)¹

Esta reflexão sobre existência quilombola possibilita compreender algumas características desta vida em seus movimentos - sua relação com a natureza, com o alimento, com sua gente, costumes e culturas. Existe uma sintonia entre as práticas e saberes que constituem o modo de vida das populações tradicionais quilombolas.

Neste capítulo apresentamos o espaço em que a pesquisa se desenvolveu com a intenção de caracterizar os sujeitos quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com o território e a identidade quilombola. No propósito de conhecer sua história, os conflitos os quais estão inseridos e suas resistências, destacamos neste trabalho a relação entre a questão alimentar, a saúde e o bem viver dos quilombolas firmada em sua resistência.

Para apresentar os principais elementos desta caracterização, iniciamos fazendo uma reflexão sobre “A escravização Africana e a presença da população negra no Brasil” baseada nos seguintes autores: Albuquerque e Fraga Filho (2006); Taille; Santos (2012); Marques (2021); Souza (2012) e INCRA (2017). Na sequência, consideramos necessário discutir o tema do “Racismo estrutural e o enfrentamento às desigualdades sociais nos Quilombos”. Para esta discussão, abordamos os seguintes autores: BRASIL (2021); Almeida (2019); Moura (1994), Ribeiro (1995); Silva e Bertoldo (2010); Santos (1984); Castro e Silva (2019) e Silva e Souza (2021).

¹ PEREIRA, Lucilene da Rosa. Existência Quilombola. *In*: CORRÊA, Antony Josué; STEFANES, Kátia Thaiana; BOEMER, Julia. (Org.) **Estudantes da Licenciatura em Educação do campo**: por acesso e permanência somos resistência. Florianópolis: CED/UFSC, 2018).

A partir destas discussões, adentramos em elementos que apontam a “Expressiva presença negra e a Identidade Quilombola no Vale do Ribeira/PR”, fundamentando-se especialmente em documentos e obras que indicavam a história dos povos e comunidades tradicionais nesta região. Aqui, o trabalho de campo em diálogo com bibliografias nos permitiu acessar maiores informações e análises a respeito dos “Quilombos e a resistência territorial no Vale do Ribeira/PR”, assim como os principais desafios que estas comunidades tem enfrentado na atualidade, os quais destacamos no item “Ameaçados por barragens, mineração e monoculturas: os impactos na alimentação e na saúde quilombola do Vale do Ribeira/PR”. Com estas análises, percebemos como o projeto capitalista para o campo articulado com o racismo estrutural tem atingido os territórios quilombolas e intensificando a opressão sobre seus modos de vida.

2.1 A Escravização Africana e a Presença da População Negra no Brasil

Para que seja possível compreender os impactos na saúde e as mudanças alimentares nos territórios quilombolas é importante primeiramente compreender sua origem e formação, compreender quem faz parte deste território, quais suas relações culturais, seus modos de vida e como se relaciona com este espaço. Nesse sentido, é necessário rememorar a chegada da população Africana no Brasil-Colônia durante o período da escravidão², desencadeando a expressiva presença negra no Brasil. Destacamos aqui o impacto do trabalho escravizado de homens, mulheres e crianças que foram trazidos à força para este continente como propriedade, como mercadorias.

Os autores Albuquerque e Fraga Filho (2006) nos ajudam a entender esta situação:

Depois da longa travessia atlântica e do desembarque em algum porto das grandes cidades do Brasil, ou em alguma praia deserta após a proibição, os africanos logo percebiam que sobreviver era o grande desafio que tinham pela frente. Dali por diante teriam que conviver com o trauma do desenraizamento das terras dos ancestrais e com a falta de amigos e parentes que deixaram do outro lado do Atlântico. Logo percebiam que viver sob a escravidão significava submeter-se à condição de propriedade e, portanto, passíveis de serem leiloados, vendidos, comprados, permutados por outras mercadorias, doados e legados. Significava, sobretudo, ser submetido ao domínio de seus senhores e trabalhar de sol a sol nas mais diversas ocupações (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p.65).

² Os autores Albuquerque e Fraga Filho (2006) apontam que, “A escravidão foi muito mais do que um sistema econômico. Ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais e raciais, forjou sentimentos, valores e etiquetas de mando e obediência. A partir dela instituíram-se os lugares que os indivíduos deveriam ocupar na sociedade, quem mandava e quem devia obedecer. Os cativos representavam o grupo mais oprimido da sociedade, pois eram impossibilitados legalmente de firmar contratos, dispor de suas vidas e possuir bens, testemunhar em processos judiciais contra pessoas livres, escolher trabalho e empregador” (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p.66-68).

A citação acima contextualiza a chegada dos africanos escravizados³ no Brasil, definindo-a como Diáspora Africana⁴, na qual as populações africanas foram submetidas à condição de mercadoria para constituir o trabalho servil e braçal para estruturação econômica que se constituía no período colonial.

Em seu livro, Souza (2012) aponta que houve na história uma espécie de ocultamento dos movimentos de resistência que os escravizados praticavam contra sistema colonial imposto. Para a autora, “onde houve escravidão, houve também resistência” (SOUZA, 2012, p.16).

O Quilombo foi uma destas formas de resistência que perdura desde o sistema colonial escravista até hoje. Esta forma iniciava a partir das articuladas estratégias de fugas dos africanos que se estabeleciam em territórios livres e lá organizavam a vida de forma comunitária. Vejamos a explicação de Souza (2012):

Localizados em matas fechadas, os quilombos se organizaram pela categoria hoje em voga de sustentabilidade. Utilizando materiais biodegradáveis para a construção de cabanas, e da pesca, da caça e coleta de frutas em sua dieta, os africanos e afro-brasileiros começaram a organizar comunidades de resistência ao sistema colonial escravista. O uso comum da terra e uma referência territorial coletiva são marcas fundamentais de sua caracterização quilombola, desde o passado até os dias atuais (SOUZA, 2012, p.72).

Nesta citação, a autora caracteriza o que passou a se chamar de quilombismo, um movimento contrário às práticas escravistas de dominação vigentes (SOUZA, 2012). A resistência à escravização, buscava reconstruir em um novo lugar suas práticas e modo de vida africano em adaptação às terras brasileiras. Esses espaços, identificados como mocambos⁵ ou quilombos⁶, eram então territórios de negros fugidos que resistiam aos processos aos quais eram

³ Em atenção sob as definições de escravo e escravizado, os autores Taille e Santos (2012) estabelecem que o primeiro é um ser passivo e obediente aos processos da escravidão a ele colocado. Em outro ponto, o segundo altera a condição imposta de submissão e age como denúncia do processo da escravidão, como as condições sub-humanas sofridas, e ainda essa definição atua como forma de luta para a visibilidade contra as opressões de dominação estabelecida na história social. (TAILLE; SANTOS, 2012).

⁴ Segundo a Fundação Cultural Palmares na publicação de Marques (2021), define que a Diáspora Africana como retirada forçada de pessoas do continente Africano para outros continentes, este se caracteriza como um processo de dominação obrigado sob os povos africanos fizeram estes processos imigratórios contra sua vontade, onde passaram a condição de mercadoria, sendo violentados fisicamente e psicologicamente e inferiorizado sua raça pelo sistema de dominação e poder econômico. O processo Diáspora Africana tem relação com a presença expressiva de africanos no Brasil trazidos para serem escravizados, que segundo os dados, cerca de 5 milhões chegaram ao Brasil, salientando ainda o marco de mais de 300 anos do período de duração do sistema escravista no país. (MARQUES, 2021).

⁵ Mocambo é “o termo usado pelos africanos enraizados no Brasil para identificar historicamente essa resistência era mocambo, cujo significado remonta à África e diz respeito às formas de morar e viver em acampamentos autossustentáveis baseados numa cosmovisão africana e afro centrada” (SOUZA, 2012, p.19).

⁶ Como afirma INCRA (2017), Quilombos são territórios ocupados por comunidades negras que possuem com base em sua história de formação relações com o período da escravidão no Brasil. Ainda existem outros conceitos utilizados, como por exemplo, as Terras de Preto, Terra de Santo, Mocambo, Terra de Pobre. Quilombo é definido pela Constituição Federal de 1988 como uma categoria jurídica, sendo assim um conceito importante

submetidos. No decorrer dos processos tornaram-se símbolo de resistência e enfrentamento contra a escravidão. (SOUZA, 2012).

Para Albuquerque e Fraga Filho (2006) o sistema escravista contribuiu com a estruturação social de classes, sendo os escravizados parte da classe oprimida. O sistema escravocrata no Brasil ainda estabeleceu a estruturação de uma sociedade racista, onde a submissão de um povo por outro através da dominação econômica e do poder político carregou o racismo instituído nas relações sociais. A escravidão no Brasil e a diáspora Africana foram parte da acumulação capitalista nos países na medida em que a exploração e a produção de riquezas utilizaram-se da mão da obra escravizada. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006).

A autora Souza (2012) complementa esta informação destacando que o processo de escravização foi acompanhado de uma sequência de opressões, negação de direitos como cidadão e atos de violências⁷. (SOUZA, 2012). Em meio ao processo da Abolição⁸ (decreto da Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888⁹), que determinava o fim a escravidão no Brasil, emergia uma sociedade em transição para o sistema capitalista. A autora analisa como a questão racial passou a se constituir no Brasil no período pós-abolicionista, e identifica que emergiam quadros de desigualdades sociais, invisibilidade econômica e negação de direitos para as populações ex-escravizadas africanas (SOUZA, 2012).

Em consequência dos impactos enfrentados, atualmente “os indicadores sociais apontam a população negra como a mais vulnerável ao desemprego, ao analfabetismo, a dificuldades de acesso à moradia, saúde e educação” (SOUZA, 2012, p.118).

Portanto, a presença da população negra no Brasil teve como principal motivação o deslocamento forçado de homens, mulheres e crianças africanas para o Brasil-Colônia que,

para as definições de leis que trabalham com a questão territorial e as populações tradicionais e negra no país. (INCRA, 2017).

⁷ De acordo com Souza (2012) os atos de violência praticados pelos colonizadores do sistema escravista tiveram como marcos na vida dos africanos escravizados objetivo de desenraizar de suas culturas e sua identidade trazida da África e com sua chegada nas Américas ser submerso as novas culturas estabelecidas pelos poderes dominantes. Em resumo, concluiu-se que os atos de violência se direcionavam o detrimento da identidade da população negra que se constituíam presente as violências físicas e psicológicas na vida dos africanos. (SOUZA, 2012).

⁸ Pela análise da autora Souza (2012) é possível compreender que a Abolição da escravidão no Brasil teve como objetivo a implantação de um sistema econômico capitalista estabelecido pela Inglaterra. Um sistema que promoveu mudanças radicais na mão de obra dos escravizados, e que estimulou a imigração de populações europeias para trabalhar como mão de obra assalariada na estruturação do capitalismo. Dessa forma, os africanos foram marginalizados e novamente excluídos pelo sistema imposto agravando a desigualdade social negra no país. (SOUZA, 2012).

⁹ Por meio de Albuquerque e Fraga Filho (2006) é possível entender que, “diante desse quadro de tensões crescentes, a princesa regente promulgou a Lei de 13 de maio de 1888 que extinguiu em definitivo a escravidão no Brasil. Com dois artigos apenas, a lei colocava fim a uma instituição de mais de três séculos. Por ela os senhores não seriam indenizados, nem se cogitou qualquer forma de reparação aos ex-escravos” (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p.194).

submetidos à mão de obra braçal na condição de escravizados, foram comercializados como mercadorias que produziam mercadorias, servindo aos interesses e aos privilégios de uma classe social subordinada aos interesses do desenvolvimento capitalista europeu.

Assim, torna-se impossível compreender o agravamento da desigualdade social estruturada na sociedade sem trazer presente a questão racial articulada à formação das classes trabalhadoras na atualidade. As populações negras enfrentam diariamente processos discriminatórios. Mas, com maior intensidade quando fazem parte da classe oprimida, que em sua grande maioria foi sendo historicamente marginalizada.

Ressaltamos aqui, que neste processo da Diáspora Africana, a resistência sempre esteve presente. Lutaram por liberdade por meio de articulações estratégicas de fugas e de construção de territórios de resistência como as formações dos Quilombos.

2.2 Racismo Estrutural e o Enfrentamento às Desigualdades Sociais nos Quilombos

A presença negra é marcada por conflitos que expressam a opressão racial (física, social e cultural) desde o período da escravidão até a atualidade. A estrutura da sociedade é atravessada pelo racismo de dominação, invisibilizando as comunidades negras e tradicionais, como os quilombos. (BRASIL, 2021),

Os atos de discriminação e separação em seus diferentes aspectos compõem as causas do cenário de desigualdade social e a existência do racismo e o preconceito sofridos tanto no campo como nos ambientes urbanos. Desse modo segundo Almeida (2019), define o racismo como sendo:

o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2019, p.22).

O autor Almeida (2019) ajuda a entender o conceito de racismo que incide em atos de inferiorização a partir da raça, estabelecendo a iniquidade social nas relações entre as pessoas, entre os que são favorecidos e os não favorecidos. Em complemento a esta informação o autor Ribeiro (1995) coloca que, “a característica distinta do racismo brasileiro é que ele não incide sobre a origem racial das pessoas, mas sobre a cor da sua pele” (RIBEIRO, 1995, p.225).

Ribeiro (1995) analisa que as situações das vulnerabilidades sociais vividas pela população negra brasileira estão aliadas ao modelo de sociedade capitalista que implanta a opressão racista nos diferentes espaços. Desse modo o racismo torna-se mantenedor do sistema

de classes sociais resultando na desvalorização da história africana, afro-brasileira e identidade negra. (RIBEIRO,1995).

Em sintonia as autoras Silva e Bertoldo (2010) colocam que o racismo é um subproduto que engrena o funcionamento perfeito do capitalismo, sob ação do grupo minoritário dominante que age desde os tempos coloniais até atualidade inflamando as relações que dificulta a união do grupo da maioria oprimidos que produz mercadoria e lucratividade para o primeiro grupo. (SILVA; BERTOLDO, 2010). Complementa Santos (1984) que “o racismo é um dos muitos filhos do capital, com a peculiaridade de ter crescido junto com ele.” (SANTOS, 1984, p.35)

Praticamente todas as comunidades quilombolas [...] viveram e ainda vivem com ações que visam retirá-los de suas terras. Esse processo de expulsão das terras está relacionado com uma pressão econômica ligada à expansão do que se convencionou chamar de agronegócio, assim como está impregnada de racismo [...] O não reconhecimento de territórios quilombolas, a não garantia do direito à terra, é a perpetuação da escravidão do povo negro. Que agora passam a ter sua mão de obra explorada por fazendeiros e empresários que representam uma elite branca de herança coronelista. (CASTRO; SILVA, 2019).

Como expressa as autoras Castro e Silva (2019), o conflito pelo direito ao território quilombola pelas famílias oriundas dos quilombos é constante, pois a vigente negação desconstrói as relações sociais mantidas nos espaços e implanta a todo custo a terra como mercadoria e geração de poder. Não valoriza e nem reconhece o sistema de organização realizado pelos quilombolas. Nestes territórios o reflexo do capitalismo encontra-se principalmente no quadro de vulnerabilidade social, como exemplo: a saída dos quilombolas do campo, as precariedades e/ou a falta de atendimentos básicos, dificuldade da organização coletiva, as condições de renda, a atenção das famílias quilombolas em acesso a outros direitos como: saúde, na educação, na alimentação, na cultura nos quilombos. (CASTRO; SILVA, 2019).

As autoras identificam essas ações nos impactantes índices que afetam as comunidades quilombolas, como exemplo a falta de acesso à terra e/ou a titulação território quilombolas. Titulação esta que é direito constitucional, mas que na prática enfrenta vários obstáculos para sua concretização. (CASTRO; SILVA,2019).

O autor Santos (1984) chama atenção para a expressão “complexo de cor”, que em sua visão “teve um objetivo: jogar em cima dos não-brancos a culpa das suas dificuldades” (SANTOS,1984, p.56). O olhar do capitalismo racista sobre o território quilombola impõe uma série de preconceitos que podemos identificar em expressões como: “atrasado” (desvalorização da cultura negra ali existente); “poucos negros no estudo científico” (a negação da oportunidade de acesso e a dificuldades de permanência nas escolas, desvalorização dos diferentes tipos de

conhecimentos e saberes tradicionais e da população negra); “negros em posição inferior ao branco” (os estereótipos raciais reforçados pela mídia, situações de vulnerabilidade econômica, desigualdade social de classes brasileira). Essas expressões indicam também algumas das condições que sustentam o racismo.

Para compreender a manifestação do racismo estrutural na sociedade o autor Almeida (2019) explica:

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção (ALMEIDA, 2019, p.33).

Almeida (2019) apresenta que o conceito do racismo estrutural incide naturalmente nas relações da sociedade como um todo, seja nas formulações de leis, nas instituições e nas formas de tratamento das pessoas. O autor aponta que “o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico¹⁰ ou que expressa algum tipo de anormalidade” (ALMEIDA, 2019, p.15). Portanto, o racismo estrutural é uma ideologia que constitui a organização da sociedade determinante e condizente com o sistema estabelecido. (ALMEIDA, 2019).

O autor ainda distingue mais duas definições que estão presente no debate sobre a raça e racismo, que são o preconceito racial e a discriminação racial. O primeiro possui o critério de manifestar uma análise equivocada baseando-se em estereótipos criados genericamente na sociedade. O segundo é a abordagem distinta de um grupo em razão de sua origem étnica. Classifica o racismo em três formas diferentes: individualista, institucional e estrutural. (ALMEIDA, 2019). O autor conceitua o racismo institucional como:

Sob esta perspectiva, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça. [...]estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-

¹⁰ O autor Moura (1994) elucida que, o racismo é uma ideologia construída pelo poder opressor com a intenção estabelecer a inferioridade aos oprimidos. Sendo uma ideologia, não há comprovações científica que possam embasar essa ideologia, as análises científicas realizadas de forma aprofundada pelas ciências não evidenciam superioridade sob o quesito raça do agrupamento humano. (MOURA, 1994). E com isso o autor Almeida (2019) complementa “ainda que hoje seja quase um lugar-comum a afirmação de que a antropologia surgida no início do século XX e a biologia – especialmente a partir do sequenciamento do genoma – tenham há muito demonstrado que não existem diferenças biológicas ou culturais que justifiquem um tratamento discriminatório entre seres humanos, o fato é que a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários” ALMEIDA (2019, p.22).

se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. [...] o fato de que as instituições atuam na formulação de regras e imposição de padrões sociais que atribuem privilégios a um determinado grupo racial, no caso, os brancos. (ALMEIDA, 2019, p.25-30).

De acordo com a citação acima, a ação do racismo institucional contribui para conservar o desenvolvimento do poder dominante. Construído nos processos de inferiorização das outras raças, a raça branca é considerada vantagem de superioridade em relação as demais. O racismo institucional é a dinâmica racista nas instituições por meio desenvolvimento de vantagens com base na raça. Além disso reforça que as instituições agem na manutenção da ordem social, desse modo seu funcionamento atende ao racismo estrutural estabelecido nas relações, sendo as instituições mecanismos que praticas racistas de forma sólida. (ALMEIDA, 2019).

Em resumo o racismo estrutural no Brasil atua em meio as relações sociais, econômicas, culturais e institucionais como ideologia que mantêm a inferioridade e diferenciação entre as raças, promovendo como resultado a desigualdade, vulnerabilidade e iniquidade sobre esses ditos anteriormente. Segundo os autores Vasconcellos e Gewandszajder (1991) o racismo configura vastos impactos negativos na sociedade na promoção de violência, agravamento do quadro social e da saúde humana para todos, favorece ainda por meio do preconceito e discriminação racial o acesso à terra, a educação, a saúde, definindo assim os “fracassos” e “avanços” de grupos que prevalecem nos discursos e ações racistas gerando uma ação viciosa na sociedade. (VASCONCELLOS; GEWANDSZNAJDER, 1991).

Neste sentido, atenta-se ao analisar as concepções de interesse racistas que se concentram no território quilombola, este território que é percebido pelos quilombolas como local de vida e raiz de sua própria existência, dotado de simbologias e significados remontados a várias gerações que primam pelo seu sentido material e imaterial dentre os costumes e a cultura praticada, os variados saberes e conhecimentos atrelados a vida ao redor da natureza, o valor que carregada cada alimento plantado, o respeito pelos locais sagrados e místicos do solo, do ar e das águas espalhados no território são alguns dos aspectos que possibilita compreender o território como meio de vida e também que seja para a vida.

Em contraponto é visto uma outra concepção que entra a todo custo desfavorecendo, desconstruindo e implantando uma lógica de território para a exploração, que desmata a natureza e tudo ao seu entorno assim implantado monoculturas, construção de barragens e até mesmo construção de parque ambientais em cima de histórias de locais com valores e saberes valiosos para as populações que ali habitavam, sem se importar com suas concepções, negando os modos de se organizar e viver seus modos de vida, assim se retira seu acesso e joga no

declínio e na relação de dependência dessa estrutura que prevalece o poder aquisitivo econômico acima de tudo, que prima os valores dos minérios e alto índice de desenvolvimento. Este seria uma conturbada relação de concepções do que seria o valor territorial e uma estreita relação da forma como age o racismo diante dessas, ou seja, uma configuração social que “cria” e “justifica” ações no qual um grupo passa a inferiorizar o outro.

2.3 A Expressiva Presença Negra e a Identidade Quilombola no Vale do Ribeira/PR

A trajetória da população negra sob o regime escravidão resultou na expressiva presença na maioria das regiões do país. A região do Vale do Ribeira representa a manifestação de resistência às condições que foram submetidas as populações africanas através da quantidade de Comunidades de Remanescentes de Quilombolas que se concentrou-se na região.

A região do Vale do Ribeira localizada no estado do São Paulo e Paraná deslumbra um cenário com serras, ricas vegetações, variedade de animais, e biodiversidade que compõem o bioma da mata atlântica. Por esta região passa o percurso do rio Ribeira de Iguape que banha o território em suas curvas, título sob o qual a região recebeu este nome. O Vale do Ribeira possui uma grande representação de territórios quilombolas em fase de reconhecimento ou titulação de acordo com os procedimentos seguido pelo Artigo 2º do Decreto 4.887/2003¹¹.

Segundo Fernandes (2007) a presença negra surgiu no período colonial com o deslocamento da exploração portuguesa em busca de ouro e prata na região do Vale do Ribeira. Homens, mulheres e crianças oriundos do continente africano foram trazidos para servir como mão de obra escravizada nesta região e passaram a trabalhar nos garimpos. No decorrer do tempo esses garimpos foram transformando-se em vilas e sedes de municípios devido crescimento das populações. (FERNANDES, et. al, 2007).

Os autores Andrade e Tatto (2013) contextualizam brevemente o início da produção de alimentos agrícolas em relação as comunidades quilombolas existentes na região do Vale do Ribeira. (ANDRADE; TATTO, 2013).

A mineração de ouro de aluvião foi a primeira atividade econômica do Vale do Ribeira, realizada com emprego de mão de obra escrava. Com o término deste ciclo, muitos ex-escravos ocuparam algumas terras e desenvolveram uma agricultura também voltada ao mercado de alimentos, tanto para consumo regional, como para o comércio com outras regiões do país. Um exemplo é o arroz, cujo ciclo teve início no final do século XVII, e foi intensamente comercializado para outras províncias no Brasil Império até meados do século XIX. Dessa maneira os negros se transformaram

¹¹ O Decreto de Lei nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 Brasil (2003) “Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias” (BRASIL, 2003).

em pequenos agricultores, e muitos se fixaram mata adentro, dando origem às comunidades negras da região (ANDRADE; TATTO, 2013, p.11).

Conforme esses autores, após o declínio da exploração intensa da mineração de ouro e prata na região, ocorreu uma elevada inserção na produção agrícola visualizando o grande potencial na produção do arroz e cana de açúcar, o princípio de cultivos agrícolas da região. Neste sentido, identifica-se a ligação da produção agrícola ao modo de vida de muitas famílias que habitam essa região, como nos quilombos. (ANDRADE; TATTO, 2013).

Fernandes (2007) apresenta as motivações econômicas portuguesas na busca de áreas de minérios que se instalou na região do Vale do Ribeira. Em complemento os autores Andrade e Tatto (2013) contextualizam que posteriormente a região passou pelo ciclo econômico do arroz, e enfatiza a permanência do trabalho na produção de alimentos junto aos modos de vidas dos negros que assentaram nas terras. (ANDRADE; TATTO, 2013).

O documento Ofício datado 15/12/1857 evidencia o marco da formação dos quilombos em terras devolutas¹² nas áreas não colonizadas pelos portugueses por serem consideradas de difícil acesso para as práticas econômicas coloniais, onde os ex-escravizados passaram a ocupar e interagir com o território.

[...] Há também além dos últimos moradores grande extensão de terras devolutas nos quais se pode estabelecer huma colônia mas a circustancias lhe não são favoráveis em razão da grande distância a esta Villa, porque a navegação, tanto do dito rio da Ribeira é embarçadas por caxoeiras cujo tranzito é mais ou menos perigoso segundo o estado de cheias ou de secas dos ditos rios. Do lado direito da Ribeira no Rio Pardo que deságua no rio da Ribeira acima da Freguesia de Iporanga, há também para o Centro muitas terras devolutas mas com circustancias desfavoráveis a colonização em todos os sentidos e muito especialmente porque tanto a navegação do dito rio, como no da ribeira é sempre perigosa por cauza de grandes e numerosas caxoeiras [...] (Ofício datado de 15/12/1857 *apud* FERNANDES, et .al, 2007, p.29).

Este trecho do documento Ofício datado de 15/12/1857 indica a presença de negros nas áreas devolutas na extensão adentro das matas do Vale do Ribeira. No documento é citado a localização que possui o Rio Ribeira de Iguape como importante meio de deslocamento náutico, e que as áreas de mata fechada eram caracterizadas pelos poderes coloniais portugueses da época como locais geograficamente de difícil acesso para desenvolver sua produção econômica. Assim, os quilombos concentraram-se nestas áreas devolutas constituindo seus modos de vidas nestes territórios. Os ex-escravizados contextualizaram a identidade quilombola por meio de

¹² No site Acessibilidade, Câmara dos deputados (2021) Terras devolutas é terra que é pública da união, sob isso são pertencentes ao Governo da República Federativa Brasileira, unido a palavra devoluta é terra devolvida. Deste modo, significa terra devolvida de pertencimento ao governo, cabendo a este o papel da administração democrática sob a área. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021).

suas relações com o território e constituíram seus significados simbólicos e culturais por gerações. (OFÍCIO DATADO DE 15/12/1857 *apud* de FERNANDES, et .al, 2007).

Segundo Cruz (2012), a definição de Povos e Comunidades Tradicionais apresenta as relações que essas estabelecem, como: a) A relação com a natureza (racionalidade ambiental) onde os modos de vidas em equilíbrio praticam técnicas de manejo de solo, e o extrativismo com respeito no meio em que vive; b) A relação com o território e a territorialidade, onde os povos e comunidades tradicionais estabelecem o sentido de pertencimento ao território que se constituem no decorrer de suas gerações. Há um valor concreto, afetivo e simbólico do local em que se constituem os modos de vidas e o desenvolvimento de suas práticas culturais; c) A racionalidade econômico-produtiva na produção para seu auto sustento e geração de renda para obtenção do ganho econômico. O autor exemplifica tais práticas como: caça, pesca, extrativismo, a pequena agricultura e também o artesanato; d) As inter-relações com os outros grupos da região a partir da autoidentificação, onde as relações com outras comunidades vizinhas se baseiam na identidade e costumes próprios. (CRUZ *In* CALDART, 2012).

O autor Fernandes (2007) analisa que os territórios habitados pelos negros na região do Vale do Ribeira, as chamadas terras devolutas, eram locais rejeitados na época para acumulação de riqueza europeia sob dominação do Brasil-colônia. Essas terras devolutas foram povoadas pelos negros formando as comunidades tradicionais quilombolas. (FERNANDES, 2007). Continua o autor Cruz (2012) ressalta que apesar de possuir especificidades em sua identidade os povos e comunidades tradicionais, as suas relações se orientam com base na conexão entre pertencimento, modos de vida, produção econômica para o autossustento, e as relações sociais baseadas na identidade. (CRUZ *In* CALDART, 2012).

Por meio das contextualizações acima apresentadas, é possível afirmar que a presença negra no Vale do Ribeira iniciou com o processo da escravidão utilizada para a exploração de suas riquezas e retirada de lucro, que em determinado período foi tomada pelo declínio, a partir da visão econômica para a região. Ainda é possível compreender a formação dos quilombos, criados pelos ex-escravizados nas áreas rejeitadas pelo poder europeu, como territórios de identidade, ou ainda territórios quilombolas.

No Brasil, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)¹³, um território quilombola é definido por local de reprodução dos modos de vidas dos remanescentes das comunidades quilombolas. O INCRA (2017), analisando o Artigo 2º do

¹³ Segundo Brasil (2021) “O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal, cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional” (BRASIL, 2021).

Decreto 4.887/2003, compreende que o território quilombola é um espaço que possui significados e simbologias para os sujeitos que o ocupa, onde se manifesta uma forma própria de relação com o espaço, onde se expressam crenças, cultura, relações familiares, formas de autossustento e geração de renda (INCRA, 2017).

O Brasil possui diversas manifestações culturais e étnica dos povos. Segundo a Fundação Cultural Palmares, nosso país possui aproximadamente 3.524 comunidades remanescentes de quilombo atualmente identificadas em território brasileiro. É importante destacar que em sua totalidade poder chegar a aproximadamente 5 mil comunidades remanescentes de quilombo.

De acordo com Brasil (2003) o Decreto Nº 4.887 de 20 de novembro de 2003 os territórios quilombolas são espaços que são formados por famílias que possuem características de saberes e práticas próprios e que possuem ancestralidade e sua descendência dos povos africanos. O Artigo 2º do Decreto Nº 4.887 de 20 de novembro de 2003 define que:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL, 2003).

O Decreto Nº 4.887 de 20 de novembro de 2003 Brasil (2003) afirma que a identidade autodeclarada negra para as muitas comunidades formadas por remanescentes de escravizados, constitui seus valores étnicos, e representa um importante avanço histórico para a população negra no Brasil. Pois ao longo da história da presença negra, nenhuma reparação abrangente foi constituída que fosse de fato uma reafirmação e valorização de sua identidade étnica, que possibilitasse o acesso aos direitos historicamente negados como o acesso à terra.

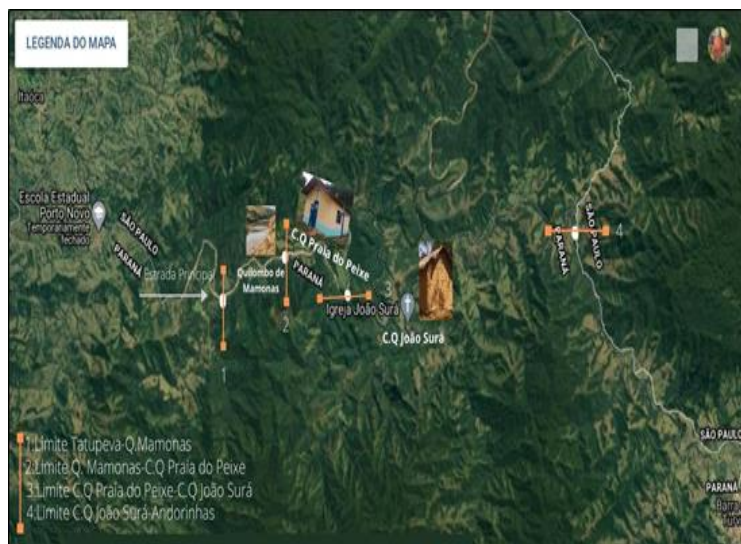
Diante disso, o desenvolvimento do capitalismo na região do Vale do Ribeira consolidou-se sob as bases do processo colonizatório e escravocrata na região dos quais possuem quilombos e povos e comunidades tradicionais que se constituíram em meio a esses processos, no cenário atual envolve a presença de projetos capitalistas espalhados nos territórios como madeireira, a mineração, as hidrelétricas e os parques ambientais sob a concepção de que preservação deve subtrair as populações tradicionais da região.

2.4 Quilombos e a Resistência Territorial no Vale do Ribeira/PR

A pesquisa que deu origem a este trabalho, foi desenvolvida na região do Vale do Ribeira Paranaense em três Quilombos próximos em localização um com o outro, mas que se encontram com processos diferenciados de comprovação e titulação de terras do território quilombola. No

mapa a seguir é possível identificar pelas imagens a localizações das três comunidades tendo como ponto de referência a Estrada principal. Estas são as seguintes: Comunidade Quilombola João Surá; Comunidade Quilombola Praia do Peixe e o Quilombo Mamonas.

Figura 1: Quilombos: Território e Resistência



Fonte: Utilizado Google Maps e Canva Basic- *Dados obtido por meio das entrevistas, 2020.

Na sequência, apresentamos cada uma delas na busca de caracterizar os principais aspectos do território analisado.

2.4.1 Comunidade Quilombola de João Surá

A formação desta comunidade segundo relatos dos moradores e Fernandes (2007), é originária de negros escravizados pela dominação portuguesa que foram enviados para executar trabalhos com mineração no garimpo de Santo Antônio, município de Iporanga no Estado de São Paulo. Os negros que se refugiaram/fugiram para as localidades próximas formaram as comunidades quilombolas se expandindo pelo espaço territorial. (FERNANDES, 2007).

João Surá é hoje localizada geograficamente na divisa do Estado de São Paulo e Paraná, ao qual é pertencente. Faz fronteira com o Parque Estadual das Lauráceas (PEL) e é banhada pelo Rio Pardo e Ribeirão João Surá. Dentro do território habitado pelas famílias quilombolas há uma rica biodiversidade de plantas, matas e florestas nativas. Encontra-se ao lado de uma grande área de monocultura de pinus, outra de eucalipto, além de áreas de fazendas externas.

A comunidade Quilombola de João Surá, localizada no município de Adrianópolis no estado do Paraná, possui em seus 215 anos de história, um importante marca de resistência e

luta dos povos quilombola pelo território. O território é composto por sistema de núcleos familiares¹⁴ que se organiza por 3 núcleos: Guaracuí, Poço Grande e João Surá sede.

Figura 2: Localizando a Comunidade Quilombola João Surá, Adrianópolis-PR



Fonte: CRUZ, PEREIRA, KOMARCHESKI, 2018, p.223

Segundo Cruz (2019), a origem desta comunidade, datada em 1807, é rememorada pelos moradores mais antigos:

[...] a intenção de Antônio fundamentar historicamente a afirmação de que o ano de 1807 teria sido a data de origem do quilombo, mas com uma valorização do parentesco e da ancestralidade enquanto elementos estruturantes das relações sociais e políticas da comunidade. (CRUZ, 2019, p.21).

Na citação anterior o autor descreve como foi a escolha da data de origem da Comunidade Quilombola de João Surá, em entrevista com morador e liderança da comunidade. Os indícios de sua origem remontam mais de 200 anos comprovados em documentação e também na contribuição de muitos moradores por meio dos relatos sobre a história de seus ancestrais, sua trajetória e cultura. O território foi reconhecido em 2005 como Remanescente de Quilombo de acordo com o artigo 4887. (CRUZ, 2019).

¹⁴ Em síntese, possível entender pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura (2010) que Núcleos Familiares são localizados nas regiões geográficas como concentrações de terrenos de famílias no interior do território quilombola, reconhecido na Comunidade Quilombola de João Surá localidades de terrenos e lotes com grupos de famílias que não venderam seus terrenos, ou que vivem na comunidade e residem em proximidades uma das outras. (GRUPO DE TRABALHO CLÓVIS MOURA, 2010).

Figura 3: Chegada na Sede da Comunidade Quilombola João Surá



Fonte: Fotografia de Lucilene Rosa Pereira (2021)

Entre os núcleos familiares, o de João Surá (sede) possui relatos históricos das famílias sobre os locais de encontro das famílias onde está presente a igreja, posto de saúde, a escola municipal, o Colégio Estadual, o salão de bailes e festas para as confraternizações, assim como sobre as práticas oriundas da comunidade.

Antigamente o Quilombo se chamava Sertão do Rio Pardo, pois ficava a sede da igreja, barracão de bailes e o barzinho quase perto do Rio Pardo, que tem esse nome por conta de quando chove muito ele fica bem Pardo. Então vinham gente de todos lados, mexer com garimpo de ouro nesse rio, então pela história contada teve um garimpeiro por nome João que veio para o Sertão do Rio Pardo em busca de melhora de vida, ele não era negro, e daquele homem pouco se sabia alguma coisa. Era uma pessoa muito quieta e misteriosa, provocava um certo medo na turma, mas também sentiam coragem em sua personalidade. Se dizia que ele surrava muito as pessoas em brigas, quando via algo errado principalmente em festas discussões ou vinham arranjar encrenca com ele, não perdoava e batia, mas ele fazia isso pra se defender. João era um homem temido que as pessoas chegavam a falar que nada nem ninguém poderia derrotar aquele homem, e mais comentários se estendiam, João ficou conhecido como João Surra. Até que num dia nublado passado dias de chuvas, as águas do Rio Pardo estavam muito turvas e cheias, João resolveu ir garimpar com sua canoa, num lugar acima de uma correnteza de água que para muitas é chamada de cachoeira um lugar muito largo que as águas passam cortando as pedras. João estava acima dessa cachoeira, mas então aconteceu de que com o balanço do barco sua mochilinha com Ouro caiu na água, e João ficou desesperado pois era seu meio de sobreviver. trabalhos de dias tinha acabado de ir pro ralo. Então ele tentou com a vara de remo tentar ver se a mochila estava no fundo d'água ou tinha rodado, então foi que um novo balanço ainda mais forte deu que fez a canoa de João se afundar na água, que estava muito funda e arremessa-los para a cachoeira que então certamente pelos relatos ele teria morrido nessa cachoeira, e com o passar do tempo chamaram o local que aconteceu o acidente de cachoeira do João surra, que mais tarde o lugar ficou conhecido como João Surá (Informações de campo no Quilombo João Surá, realizada em 09 de set. 2017).

A igreja foi construída nas proximidades do Ribeirão João Surá, também conhecido como João Surá de Baixo, onde até hoje possui indícios de construção de casas. Segundo os moradores, foi o primeiro local de encontro das famílias para as orações na igreja, festejos e comemorações coletivas.

[...] a festa sempre nós vinha a festa de, que eles faziam de, festa de santo Antônio nos vinha, por esse tempo né mês de junho, nós vinha na novena que eles faziam né, nós sempre vinha, eu me alembro que nós vinha tudo, tudo nós lá de casa, tudo nós vinha[...] carecia atravessar o Ribeirão segurando pela mão pra mode eu era criança, a passagem do mariano, eu tive que atravessa ele segurando pra mão pra mode ele tinha bastante agua e eu era criança né, e eu era criança segurava na minha mão pra mim vim na novena, na novena tudo as coisas, mês de junho[...] não era todo dia que era longe, morava longe, morava longe, da igreja aí né[...] juntava bastante gente[...] a casa era poquinho não tinha, não tinha casa nenhuma mais lá, era só a casa de morada deis e ar igreja e tinha um paiolão e tinha mais um, ah mesmo, tinha mais uma casa assim partícula assim, também de teia, também, coberto de teia, é tinha a casa da vó Cardoso também que tinha né, a casa boa de que a vó Cardoso tinha lá né, uma casa boa que ele tinha de era de madeira também e coberta de teia de teia goiva [...] se encontrava tudo lá. (Entrevista com B, integrante do Quilombo João Surá, realizada em 10 de dez. 2021).

Este relato relembra como era formado João Surá de baixo. As lembranças mostram a tradição da novena de Santo Antônio e a participação das famílias que se deslocavam de seus núcleos, distante do João Surá de baixo sendo o ponto de encontro, muitas vezes andando a pé ou a cavalo para celebrar coletivamente sua religiosidade, festejando sua devoção ao Santo Antônio. A mudança do João Surá de baixo para o João Surá de cima (local atual da sede de Comunidade João Surá), posteriormente também fez com que as pessoas se concentrassem neste local.

Por meio dos relatos acima, é possível compreender que a formação do núcleo João Surá (sede) esteve ligada à dimensão da religiosidade de suas famílias, que na prática estabelecia a conexão entre pertencimento ao território, as práticas coletivas entre as famílias, e sua relação com a produção de alimentos. Nesta trajetória, o modo de vida está relacionado ao território que ocupam.

Atualmente, chamado de João Surá sede ou João Surá centro, o núcleo é o que mais possui famílias vivendo. É considerado um núcleo de referência no território João Surá, por localizar a estrutura física de atendimento da Escola Municipal do Ensino Fundamental I, o Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos que atende ao Ensino Fundamental II e Ensino Médio, a casa da Associação de Moradores, o campo de futebol, a Igreja de Santo Antônio, o barracão da igreja para bailes, festas e comemorações religiosas e por fim o Mini Posto de Saúde João

Surá. Por meio destes estabelecimentos, o núcleo atende a todos os núcleos dentro do território João Surá e outras comunidades como os Quilombos de Praia do Peixe e Mamonas.

Sendo este um importante local de encontros como mencionado pelos moradores anteriormente. Sejam nas cerimônias religiosas, no espaço escolar, nas reuniões organizativas da Associação de Moradores, nas consultas médicas ou atendimentos no Mini posto de saúde, nas visitas aos parentes próximas que moram no núcleo, ou ainda na venda de algum produto. Estes espaços são importantes na comunicação entre as famílias.

Figura 4: Igrejinha Católica de Nossa Senhora Aparecida no núcleo Guaracuí



Fonte: Fotografia de Lucilene da Rosa (2019). Celebração de terço na igrejinha de Nossa Senhora da Aparecida no dia 12 de outubro de 2019 no núcleo Guaracuí.

O núcleo familiar Guaracuí possui como referência a igrejinha de Nossa Senhora Aparecida, local de encontro das famílias para a prática religiosa de novenas, terços e missa. O Ribeirão Guaracuí que banha o núcleo é também uma referência importante para a agricultura familiar, para a produção de alimentos para a subsistência e para geração de renda, como por exemplo: arroz, feijão, abacaxi, banana, cana de açúcar, mandioca, palmito pupunha, café entre outros. Por meio do relato, o morador quilombola Antônio Aparecido apresenta a origem do nome Guaracuí.

[...] Guaracuí é o nome de uma árvore, né e agora porque colocaram o nome será do lugar Guaracuí, olha no tempo que eu era criança ainda as pessoas colhiam muito feijão, é criavam porco, é galinha e a venda desses produtos era totalmente pelo rio, então era um transporte fluvial, e então sendo uma planta né, uma árvore, é de grande porte ela, digamos assim ela era uma planta até industrial porque, era uma árvore onde eles, era usado para fazer canoa, pra eles fazerem o transporte e também, é do tronco do guaracueiro né, eles faziam é pilão, pilão para limpar o arroz, para limpar o próprio café, moer, fazer a farinha de milho então era usado mais ou menos para isso,

e digamos assim eles socavam arroz, limpavam preparavam o milho para a farinha no monjolo, não eram todos que tinham o monjolo né, então era escolhido as pessoas que tinham o monjolo, igual agora na atualidade veja bem, quem que tem uma moto né, quem que tem um carro, não são todos as pessoas né então, o monjolo era alguns deles né, então quem não tinha o monjolo tinha que ter o pilão para ajudar na preparação dos seus alimentos, então Guaracuí, árvore planta o tronco lá do Guaracuí ele era bastante utilizado no uso doméstico deles né [...] na barra do ribeirão né que é Guaracuí, tinha ainda tronco grande de Guaracuí e se a gente observar lá até hoje a gente vê alguns dele né, não são tantos, mas ainda tem, daí o bairro é Guaracuí, as pessoas morava aqui, tinha muitos moradores, se a gente observar agora, só a minoria ficaram né, mas aquele tempo tinha muito moradores[...] preparavam os produtos deles que eles podiam vender e carregavam no porto da barra do ribeirão onde era levado para Iporanga né, no caso de canoa, e esse pessoal recolhiam todos os produtos aqui na região aqui de cima do Guaracuí e levava lá, então lá era o porto de escoamento do pessoal, então provavelmente eles colocam o nome de Guaracuí o bairro, lembrando da árvore do Guaracuí [...] e o ribeirão né, que é um riacho que também era, tinha muito peixe antigamente, ele não era navegável né, é mas tinha bastante peixe, hoje o problema da erosão né, que a natureza, é causa principalmente no rio, que vem sempre as grandes enxurrada de cima né, então né é os peixes se acabaram também, ainda se encontram né mas é muito pouco. (Entrevista com C, integrante do Quilombo João Surá, realizada em 10 de jun. 2021).

É relatado o surgimento do nome do núcleo Guaracuí. Nele, é possível visualizar o envolvimento com a produção de alimentos desenvolvida pelas famílias, bem como as formas em que as famílias se organizavam para comercializar seus produtos para fora da comunidade. Atualmente as famílias no núcleo produzem alimentos como a farinha de mandioca, o açúcar mascavo e a rapadura.

Ainda nos permite compreender a relação com as mudanças identificadas nos rios, biodiversidade e meio ambiente da comunidade na atualidade. Em sintonia, o quilombola relata sobre os utensílios artesanais na preparação dos alimentos como por exemplo: o pilão, as colheres de pau, as conchas de pau, as panelas de barro, a peneira, o apá de taquara e cipó. Todos produzidos no núcleo Guaracuí e pela comunidade João Surá em geral.

As famílias que vivem hoje no núcleo Guaracuí, em sua maioria trabalham e vivem em seu terreno individual. Receberam o título definitivo de aproximadamente de 10 hectares dependendo da área expedido pelo INCRA. Geralmente concentra-se duas ou três casas da mesma família - são filhos ou filhas casados da pessoa titular do terreno, tornando-se assim uma propriedade familiar com vários membros. As famílias fazem encontros de orações nas casas para confraternizar e também celebram momentos religioso na igreja de Nossa Senhora Aparecida.

As relações entre as famílias são importantes espaços de comunicação no núcleo. Muitos moradores se deslocam em visita para a casa de outros para informar um acontecimento ou notícia, acompanhadas de um café. Até mesmo para planejar uma atividade conjunta, ou fazer

trocas de sementes, ou ensinar a fazer um chá, remédios de plantas medicinais. São ações que fazem parte dos modos de vidas.

Figura 5: Vista ao lado direito do Núcleo Poço Grande



Fonte: Fotografia de Lili Aparecida Freitas. Vista ao lado direito da foto do Núcleo Poço Grande, 2021.

A fotografia acima foi registrada pela moradora no local que faz o cultivo de roças. O núcleo realiza a produção de alimentos com destaque para o plantio de palmito pupunha, arroz, mandioca, a produção de rapadura, doces de laranja e mamão, entre outros. O solo fértil é localizado próximo ao rio pardo, resultando em boas colheitas, principalmente do arroz.

A foto mostra o rio Pardo banhando a frente do núcleo familiar denominado Poço Grande que se localiza na região acima de João Surá (sede). Um morador do núcleo registra que há uma passagem utilizada pela comunidade quilombola para atravessar para a comunidade vizinha Praia Grande no estado de São Paulo. Muitas pessoas utilizam esse meio para visitar as famílias dessa e de outras comunidades no estado de São Paulo. Há relatos de moradores que alguns estudantes faziam esta passagem para poder estudar na escola da Praia Grande quando ainda não existia a escola do ensino fundamental II em João Surá.

O nome do núcleo Poço Grande deve-se a existência de um poço bem fundo no Rio Pardo, no trecho que se localiza dentro do núcleo. O remo que conduz a canoa não alcança o fundo do rio. Por esta razão que escolheram chamar o núcleo de Poço Grande.

[...] O nome Poço Grande o pai dizia que era devido oh as revessas do rio né, são poço na verdade né, poço no rio, o pessoal que mora na bera, fala de revessas que lugares onde a água ficam parada né, ih é no momento são fundos esses lugar e aqui no na no rio pardo uma das maiores revessas que tinha era aqui na no no Poço Grande né, perto da Berta que existem até, aqui no Poço Grande tem o rio que dá nome de Poço Grande né, que é o o rio que sobe aqui pra capova onde mora o Deolindo, Padilha, o

peessoal ali, né ele cruza a estrada e desagua no rio pardo e aí tem a cachoeira do poço grande né, que é aquela corredeira enorme então, ah e mais pra baixo ainda uns duzentos metros tem uma cachoeira, uma corredeira chamada de tamandú, então Poço Grande, ele ficava ali no meio dessas duas cachoeiras e também no final da da, da cachoeira do Poço Grande, né então por isso é chamado de Poço Grande o lugar que o pessoal respeitava muito, tinha os peixes de vários tamanhos né i é ficou bastante conhecido por isso né, por esse nome de Poço Grande e deu nome ao lugar que nós moramos até hoje. (Entrevista com D, integrante do Quilombo João Surá, realizada em 25 de out. 2021).

O relato acima nos auxilia na compreensão de como surgiu o nome do núcleo, e também do afeto e significado que os quilombolas possuem pelos cursos d'água que fluem neste espaço - um nome em respeito à trajetória da natureza e toda sua biodiversidade existente. O Rio Pardo é ainda um importante caminho utilizado pelos moradores do núcleo Poço Grande para se locomover, inclusive muitos dos moradores desta localidade fazem roças e produzem seus alimentos atravessando o rio. Grande parte dos moradores tem esses saberes de condução fluvial. Vejamos abaixo a continuidade do depoimento do morador quilombola do núcleo Poço Grande:

[...] o rio desde di di do tempo que meu pai era menino, ele tinha o tamanho significância né, porquê primeiro que oh o a família do meu pai eles eram criadores de porcos e e fabricantes de rapadura né, fabricante de rapadura e meu avó era comerciante, vó beto e o jeito, a maneira di transportar essas mercadorias pa pro comércio que o ponto de entrega era Iporanga era pelos rios né, então ele tinha canoa grande, ele tinha bons remadores, meu pai era uns dos né do da pessoa responsável para estar remando essa canoa, e os parentes dele, os primos né, que eram, tinha a mãinha de andar no rio, conhecia as carreras para tar passando com a canoa carregada né, porque tinha que saber, era toneladas de, a canoa era grande que transportavam toneladas de, então si, se essa canoa chegasse a encalhar numa pedra ih e se essa canoa chegasse alagar ou seja afundar, então o prejuízo seria muito grande né, até porque é eles pagavam os impostos né, do daquilo que eles produziam e até mesmo da da moenda de fazê de fazê a rapadura, que ele moe... tirava o caldo da cana pra é pra fazer a rapadura [...] eram variedades de peixes não são os mesmos peixes que tem atualmente, entre outros peixes traíra, tinha eles davam três nomes de traíras né, que não é essa traíra que o pessoal pega em tanques né são, é peixes enormes pra um metro, né eu to dizendo pra você um metro que eu conheci, mas eles contam historias de peixes enormes aí que eles pegavam no rio, né, éh então eles tinham um relação muito forte muito grande final de semana dia de domingo, os mais velhos ensinava as crianças como que sobreviviam ficavam o domingo todo no rio né, eles ficavam né, tinha um tio dele chamado [...], que ele contava que eles saiam pra pescar no rio no rio pardo né, e deixava eles pescando na beira perto do barranco, ele ia arrancar cará de espinho, então arrancava bastante, gostava muito de cará de espinho e eles ficavam o dia todo na beira do rio pra eles pegarem o peixe, pra eles comerem ali na né no domingo e no outro dia também, então é uma relação que eu chamo de harmonia e de sobrevivência né, dessa, essa situação de cuidar bem da natureza né, e a natureza retribuindo ali na questão da alimentação, do transporte, né [...] (Entrevista com D, integrante do Quilombo João Surá, realizada em 25 de out. 2021).

Em sintonia com este relato, percebe-se que por várias gerações, o rio tem um papel importante para as famílias do núcleo. Percebe-se a condição em que as famílias se organizam para manter a produção de alimentos, assim como as condições de ensino-aprendizagem dos

ofícios passados para as novas gerações. Nos ajuda a compreender os movimentos das famílias para viver neste território, e a construção de conhecimentos sobre plantações, peixes e técnicas de sobrevivência. Por fim, explicita o modo de vida e a relação entre ser humano e natureza mediadas sobretudo pelo respeito e cuidado.

Portanto, os núcleos familiares João Surá (sede), Guaracuí e Poço Grande compõem em sua totalidade o território que é chamado de Comunidade Quilombola João Surá. Na descrição e nos relatos de moradores acima elencados, percebem-se as conexões que ligam os quilombolas de João Surá como seu lugar de origem desde os aspectos culturais, de sua forte prática religiosa, até as técnicas e formas de relação com a natureza de forma equilibrada. O sentido de coletividade está presente no companheirismo e organização das famílias através de sua cultura.

Também é importante ressaltar que a produção de alimentos é orientada pelos saberes e conhecimentos compartilhados oralmente de geração a geração entre as famílias. Exemplo disso é como o calendário lunar e as estações do ano contribuem identificar as melhores épocas de plantio e colheita. Também a relação entre os tipos de solos e os tipos de planta, como por exemplo o arroz no solo branco e o feijão no solo vermelho. Ou ainda na produção de utensílios artesanais para o trabalho na agricultura.

Além da produção para a subsistência é importante destacar a produção para geração de renda, onde são comercializados produtos para fora da comunidade, e entre os próprios moradores locais em coletivo ou individualmente, sob encomenda ou compra direta nas casas.

A Comunidade Quilombola João Surá é certificada e auto reconhecida em 2005 pela Fundação Cultural Palmares. A identidade Quilombola desta comunidade é reconhecida sob o Decreto Nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, um documento de extraordinária importância frente a luta das comunidades negras no Brasil. Ainda se encontra em processo de reivindicação a titulação definitiva do território quilombola.

O processo que levou ao reconhecimento da Comunidade Quilombola João Surá fortaleceu as famílias negras. O empoderamento de sua própria identidade enquanto povo negro quilombola marcou posição frente à invisibilidade do negro desde a época da escravização. Este reconhecimento oportunizou a organização da comunidade no enfrentamento às desigualdades sociais estabelecidas na sociedade, bem como a luta pelo direito à educação, à saúde e ao alcance de políticas públicas dentro do território quilombola.

2.4.2 Comunidade Quilombola de Praia do Peixe

As famílias nesta comunidade vivem numa área que se localiza no meio de áreas compradas pelas empresas madeireiras de pinus, junto à Estrada da Serra. Localiza-se há uma distância de aproximadamente três quilômetros do Quilombo de Mamonas, e aproximadamente oito quilômetros da Comunidade Quilombola João Surá.

Figura 6 e 7: Comunidade Quilombola de Praia do Peixe



6)



7)

Fonte: a) Fotografia de Lucilene da Rosa, 2017. Morador de João Surá vendo anúncio de festejo na porta da igreja católica de São José na Comunidade de Praia do Peixe b) Chegada da Comunidade Quilombola Praia do Peixe, 2022.

Um importante espaço de encontro entre as famílias, e também sendo uma das referências da comunidade, é a igreja católica de São José que junta as famílias por meio da “reunida” (tradicional forma de mutirões realizadas até hoje) cuidando coletivamente da igreja, fazendo limpeza e carpindo ao redor do local. A religiosidade também está presente nos momentos em que as famílias se reúnem para constituir seus modos de vida em comunidade.

O histórico da Comunidade é trazido pela dona Aparecida Freitas (2020) que inicia a entrevista contando sobre como surgiu o nome que ela recebe:

[...] as pessoas vieram de do Estado de São Paulo para o Paraná, daí eles, eles pararam, eles caçavam peixe no rio e quando vinha as pessoas dos, os policiais daí eles, as famílias se escondia a rio acima no Ribeirãozinho que chama praia do peixe, e eles sobreviviam só do peixe assado para o alimento (Entrevista com E, integrante do Quilombo Praia do Peixe, realizada em 28 de ago. 2020).

É identificado o fenômeno ocorrido que fez com que a comunidade recebesse o nome de Praia do Peixe. Segundo o Grupo de Trabalho Clóvis Moura (2010), a formação da comunidade se deu por volta de 1806 com a vinda de dois irmãos fugindo da revolução de Iguape no estado

de São Paulo. Eles se refugiaram nas matas fechadas e para sobrevivência praticavam a coleta e a pesca. Com passar dos tempos formaram união com descendentes dos povos indígenas e moradores na região próxima, e construíram suas vidas a partir da produção de alimentos. Por seu pertencimento étnico racial sofreram várias discriminações raciais e opressão, inclusive o ataque sob seu território. (GRUPO DE TRABALHO CLÓVIS MOURA, 2010).

A relação entre a pesca e a produção de alimentos para o auto sustento, constituíram a existência das famílias próximas ao Rio Ribeira de Iguape. No caso da Comunidade Praia do Peixe, acontecimentos históricos inclusive deram origem ao nome do lugar. A comunidade hoje produz os seguintes alimentos para sua subsistência: milho, feijão, arroz, hortaliças, entre outros. Também há uma grande inserção de produtos vindos de fora da comunidade para o consumo alimentar, como o próprio feijão, arroz, óleo, farinha de milho.

As famílias possuem uma relação de comunicação com outras comunidades, pois sofre com a frequência baixa de sinal para celular (ligações e internet), o que implica muitas vezes no deslocamento para João Surá ou Bairro Porto Novo que possuem veículos de comunicação como próximo da torre de sinal para dispositivo móvel e Wifi.

A caminhada de reconhecimento da Comunidade Remanescente de Quilombo foi construída por meio da organização, conversas, propostas e relatos das famílias, as quais são explicitados abaixo:

[...] Com as pessoas que vieram de fora nos se reunimos na casa da comadre Eleonor e participamos da reuniões em família para conversar sobre os direitos dos quilombolas, direitos das famílias e falar né, o que a gente precisa na comunidade, ai formar Associação, só que eles não quiseram formar, daí eu queria participar da de João Surá, né entrar junto com a Associação Joao Surá. Foi reconhecido como Quilombo através de das reuniões das que nós participamos em João Surá e a gente conversava com o Antônio Carlos sempre vinha convidava a gente para participar lá, e vinhas as pessoas de fora daí a gente participando das reuniões, a gente entende né o que é o quilombola (Entrevista com E, integrante do Quilombo Praia do Peixe, realizada em 28 de ago. 2020).

No relato acima, a entrevistada comenta o processo que a Comunidade de Praia do Peixe passou pelo reconhecimento como uma comunidade remanescentes de quilombo. Este processo ocorreu simultaneamente ao da Comunidade Quilombola de João Surá, aos quais as famílias e os representantes se empenharam na participação decisória até a sua certificação de auto reconhecimento como comunidade remanescentes de quilombo em 2005 pela Fundação Cultural Palmares.

Ainda, é possível destacar o importante processo coletivo de organização para a tomadas de decisões, e da compreensão das famílias no autorreconhecimento quilombola. O

engajamento e o processo conjunto de trabalho entre as comunidades também se mostraram determinantes para a comprovação da identidade quilombola enquanto famílias oriundas de pessoas escravizadas e pertencentes ao vasto território na região do Vale do Ribeira São Paulo e Paraná.

2.4.3 Quilombo de Mamonas

Figura 8: Vista do Rio Ribeira de Iguape na passagem da estrada principal no Quilombo de Mamonas



Fonte: Fotografia de Lucilene da Rosa Pereira (2022)

Localizada aproximadamente 3 quilômetros antes da Comunidade Quilombola de Praia do Peixe, os principais pontos de referência são a Estrada Principal e a igreja evangélica Congregação Cristã no Brasil localizada dentro da comunidade. A narrativa sobre o histórico da Comunidade é apresentada por meio do relato da moradora:

Mamonas é uma comunidade Quilombola que existe há mais de 200 anos, bem mais. Segundo meu avô Matias Queiroz seu pai, Paulo Queiroz foi o primeiro habitante dessa comunidade, deram o nome de Mamonas a ela porque quando chegaram aqui era só um mamona, que faziam óleo e muito sabão. Sobreviviam do seu próprio cultivo, como o arroz, feijão, cana, mandioca, hortaliça e frutas, frutas essa que ainda hoje nos beneficiamos com a plantação deles, a exemplo da jabuticaba. Mais o principal meio de sobrevivência sempre foi a rapadura e seus derivados e farinha de mandioca. Meu avô contava que levava para Iporanga toda semana em uma canoa. Essa tradição se matem aqui na comunidade até o dia de hoje, deixou de ser o principal meio de sustento pela desvalorização desse tipo de comida. A humanidade hoje em dia preferem comida industrializada a esses produtos naturais. Bem sabemos que esse modo de produção é oriundo do povo negro e indígena[...]sabemos e afirmamos com precisão que somos sim, porque temos parentesco muito próximo com pessoas de Quilombos vizinhos e o nosso modo de vida não difere do deles. Outro fator bastante relevante é a história da comunidade, sendo que ela foi habitada na mesma época das outras, então temos certeza que somos da mesma diáspora, porque as histórias se

repetem (Entrevista com F, integrante do Quilombo de Mamonas, realizada em 23 de ago. 2020).

No relato é possível identificar várias relações em comparação às comunidades vizinhas já auto reconhecidas. Observando desde a data de existência da Comunidade, seu modo de vida na produção de alimentos, sua expressiva relação com o território pertencente, e as relações de preservação dos ensinamentos ancestrais, é possível compreender o enfrentamento que a Comunidade teve em se autodeclarar como quilombo. Hoje possui sua reivindicação de luta para que seja reconhecida como remanescentes de Quilombo.

Em luta pela afirmação de sua identidade em registro legal, as famílias expressam sua amorosidade pelo território. Como é visto na entrevista abaixo para a quilombola Alice do Quilombo de Mamonas quando se pergunta se ela se reconhece como Quilombola: “(...) sim, quilombola por que somos todos descendente de negros índios mesmo não sendo reconhecido. Nascemos aqui, moramos aqui e com certeza vamos morrer aqui. Kkk” (Entrevista com o integrante w do Quilombo de Mamonas, realizado em 23 de ago. 2020).

Os principais alimentos oriundos da comunidade são: peixe, carne de porco, frango caipira, farinha de mandioca, doces de laranja, taiada, apressada paçocas de carne, paçoca de amendoim, ovos caipiras e muitos outros. Ainda, é importante destacar os impactos dos produtos industrializados na comunidade e no cotidiano alimentar das famílias, considerando uma queda também na produção oriunda da comunidade.

Isso, a gente comemora sim a data comemorativa que a gente comemora junto assim entre família é só o natal mesmo, mais daí é tudo junto sabe a gente almoça tudo juntos, a única comida típica que a gente faz no natal, que qui criança tudo gosta né, da família o cural de milho só, e o festejo assim que eu participo da comunidade Praia do Peixe é da bandeira do divino e novena de natal também que eu participo tabom [...]a gente faz pamonha quando tem milho verde, cural né de milho verde também e sempre que a gente faz também é pastel de farinha de milho[...] e o festejo, festejo não tem aqui na comunidade por ser uma comunidade mais, povo mais evangélico sabe, mais igual olha lá assim na lá perto da católica assim lá na Praia do Peixe eu participo sempre é... do divino sabe da bandeira do divino quando tem eu participo lá sempre eu participo né, mais entre os outros festejos assim a gente não, porque aí na Comunidade da Praia do Peixe não tem outros festejos[...] (Entrevista com G, integrante do Quilombo de Mamonas, realizada em 30 de jul. 2021).

No Quilombo de Mamonas a produção de alimentos aparece como parte da cultura da comunidade, e encontra-se numa conexão forte com a religiosidade presente na vida dos quilombolas. Pode-se perceber algumas comemorações religiosas que interligam as famílias e parentescos entre as comunidades vizinhas, onde as comidas típicas são também uma

possibilidade de promover uma relação social por meio de sua manifestação simbólica expressiva na Comunidade.

Apresentadas as Comunidades Quilombolas João Surá e Praia do Peixe que estão reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares como remanescentes de quilombo, e o Quilombo de Mamonas que está em processo de reconhecimento, consideramos que mesmo que cada uma tem sua particularidade, todas elas passam por situações comuns e enfrentam desafios semelhantes.

2.5 Ameaçados por Barragens, Mineração e Monoculturas: impactos na alimentação e na saúde quilombola do Vale do Ribeira/PR

A região do Vale do Ribeira paranaense é reconhecida pela grande biodiversidade de mata atlântica existente sendo uma importante área preservada. Paisagens de uma rica predominância de espécie de animais, com rios, ribeirões córregos e nascentes de água em sua constituição, este espaço é também habitado por comunidades quilombolas, segundo o Grupo de trabalho Clóvis Moura (2010) existem 09 quilombos identificados no município de Adrianópolis até 2010 sejam elas reconhecidas legalmente ou ainda em processo. Além dos quilombolas, a região também é composta por camponeses e outras comunidades tradicionais, como caiçaras, povos indígenas, entre outros.

As Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira enfrentam em sua luta diária a tentativas de implantação de projetos econômicos para exploração de recursos naturais sob perspectiva capitalista neste ambiente. Um território conservado há mais de 200 anos pela ancestralidade das famílias ex-escravizados. Esses projetos para exploração da natureza chegam com o discurso de trazer o desenvolvimento econômico para a região, que em sua maior parte são planejados para áreas onde existem e resistem os povos e comunidades tradicionais.

Iniciamos falando sobre o Rio Ribeira de Iguape e sua importância para a região do Vale do Ribeira. Sendo ele um divisor entre os estados de São Paulo e Paraná, o curso natural das águas possui uma rica biodiversidade de vida. Em suas águas, se abrigam várias espécies de peixes, é também morada de muitos animais que se abrigam nas suas proximidades.

Em um cenário de beleza natural, suas variadas curvas entre as montanhas do Vale, são regadas pelo encontro com os ribeirões, rios e pequenos córregos, que possuem relações e histórias na produção da vida relacionadas em suas proximidades. Ao navegar pelo rio é possível avistar várias populações e áreas específicas como agricultores, quilombolas, pescadoras e pescadores artesanais, moradores das áreas urbanas, moradores das áreas

camponesas, áreas extensas de fazendas, áreas de preservação e conservação ambiental e ainda plantio monocultura de plantas exóticas.

As relações que as pessoas possuem hoje com o rio Ribeira de Iguape vão desde o trabalho para o auto sustento, relações de afetividade, aos saberes tradicionais desenvolvidos para viver naquele espaço como a construção de uma canoa de madeira. Enfim, faz parte da história de sua gente. Mas também fazem parte das vivências com o rio as denúncias de algumas práticas de não cuidado, a pesca para a venda, o descuido com o lixo e esgoto no rio.

Este espaço natural vem sendo estudado há muitos anos para servir aos interesses do sistema capitalista privado vigente no Brasil. Segundo Cruz, Pereira e Komarscheski (2018) os projetos de construção de barragens hidrelétricas apresentam o empreendimento da Barragem de Funil e os planos de construção no Rio Pardo. Estudos realizam apontam que a inundação afetará diretamente a comunidade quilombola de João Surá. (CRUZ; PEREIRA; KOMARSCHESKI, 2018).

Continuam Cruz, Pereira e Komarscheski (2018) que outros projetos também tem afetado essas comunidades, como o caso da exploração dos minérios, do avanço territorial do parque estadual sob as áreas das comunidades quilombolas, a concentração de monoculturas das empresas madeireiras, a posse de terra e conflitos com fazendeiros. Todos esses projetos planejados para a região do Vale do Ribeira apresentam impactos que afetam os territórios quilombolas. Os autores compreendem essa situação como a ação do racismo ambiental e do racismo institucional aos quilombolas. Em suas palavras, “Ao exigir que seus direitos étnicos sejam reconhecidos os quilombolas de João Surá se contrapõem à projeção etnocêntrica do projeto desenvolvimentista e desvelam o racismo que o constitui.” (CRUZ; PEREIRA; KOMARSCHESKI, 2018, p. 241).

Segundo Roman (2018) a vitória alcançada pela não concretização do projeto da construção da Usina Hidrelétrica Tijuco Alto pela empresa Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) do grupo Votorantim em 2016¹⁵, ocorreu pelas lutas e mobilização das organizações

¹⁵ Segundo Roman (2018) “A luta contra Tijuco Alto – uma história de resistência: Por 28 anos, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares, organizações e população do Vale do Ribeira se uniram em defesa de um patrimônio comum: o rio Ribeira. O projeto da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), que previa, inicialmente, a construção de quatro barragens (Tijuco Alto, Itaoca, Funil e Batatal), foi alvo de permanente mobilização, com a realização de audiências, ocupações no IBAMA, manifestações, estudos independentes e pressão, que buscava evidenciar os impactos irreversíveis de empreendimento desse tipo na região. Foi em novembro de 2016 que o IBAMA indeferiu o licenciamento da UHE Tijuco Alto com base em sua inviabilidade ambiental. A concessão para a obra, ou seja, a permissão da Agência Nacional de Energia Elétrica para empreendimento do tipo, foi suspensa em fevereiro de 2018. Apesar do projeto ter sido enterrado, há um passivo deixado na região, envolvendo as centenas de famílias que foram retiradas de suas terras” (ROMAN, 2018).

sociais populares, povos e comunidades tradicionais do Vale do Ribeira que reconhecem esses projetos de barragem como ação capitalistas de interesses privados que geram impactos ambientais e sociais sobre os modos de vidas dessas populações, sobre a natureza e biodiversidade existente neste local.(ROMAN,2018).

De acordo com o site Mapas de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil (2010), desde década de 90 são conhecidos mais três projetos de barragem para a construção da Usina Hidrelétrica de Funil, Batatal e Itaóca comandadas pela Companhia Energética do Estado de São Paulo (Cesp). (NEEPES/ENSP/FIOCRUZ, 2010)

De acordo com Roman (2018) existem outros projetos para de Usinas Hidrelétricas para Rio Ribeira de Iguape que visam a instalação de pequenas centrais hidrelétricas (PCH)¹⁶. Seu processo de aprovação legal é mais simplificado que o processo do projeto anteriormente citado. A proposição da implantação de PCHs resulta da não aprovação da Usina de Tijuco Alto por parte do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA). (ROMAN, 2018). Entretanto, para Fantin (2021) “é proporcionalmente igual ao impacto de uma grande usina num rio de grandes proporções. É transformar um rio num lago, ou seja, a mesma coisa que transformar uma floresta num gramado”. (FANTIN, 2021, não p).

As informações disponibilizadas pela empresa Msul energia (2021) em seu site apresentam dois projetos de PCHs no rio Ribeira de Iguape, ambos entre os municípios de Itaóca/SP e Adrianópolis/PR, sendo a primeira PCH Itaóca em fase de revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico e a segunda PCH Sete Barras em fase de Inventário em aprovação. (MSUL ENERGIA, 2021).

Afim de analisar alguns dos impactos socioambientais elementos que são preocupante como a alteração da qualidade e da quantidade das águas no rio; a alteração da biodiversidade natural dos peixes e animais ao entorno do rio; os ruídos do maquinário e degradação ambiental; a retirada da vegetação nativa com aumento das erosões; o desequilíbrio ecológico dos animais que vivem no espaço; a relação e afetividade dos moradores com o rio que passará a ser restrito com proibições e afastamentos das áreas afetadas pela inundação e pelo desequilíbrio natural com a efetivação do projeto.

Este empreendimento altera o ambiente, as relações sociais e biológicas, o que implica no quadro de saúde das populações do Vale do Ribeira que estão sendo ameaçadas.

¹⁶ Segundo o CESBE S.A (2020) “Uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) é toda usina hidrelétrica de pequeno porte cuja capacidade instalada seja superior a 3 MW e inferior a 30 MW” .CESBE S.A (2020, não paginado).

Roman (2018) explica que esses projetos afetarão os territórios quilombolas, possibilitando uma grande colisão com o meio ambiental, sobre seus modos de vida, e sobre a produção da alimentação, seja por meio dos peixes ou na produção de alimentos nas áreas perto do rio. (ROMAN, 2018). Conectado a essa afirmação, vejamos a fala abaixo de uma quilombola:

[...] o rio é bom pra pra dar as lavouras né de perto dele, né eu tenho minha opinião assim, que a lavoura né daí a água, quando o rio enche traz a aquela aquele cisco bastante que ele enche né e traz aquela aquelas folhas é então vai adubando continuação [...] a terra assim fica bem fofinho então por isso que antigamente a turma plantavam muito arroz, o milho né, na perto do rio[...]cará né [...]nós aqui né, aqui em cima aqui no alto né, já longe do rio né então a gente planta mais milho e feijão a rama de mandioca né, batata doce o amendoim que nós plantamos aqui né que a terra aqui do arto é melhor por causa disso, agora lá na beira do rio já é mais pra arroz,[...] pra melan pra melancia também né, então eu acho que na beirada do rio é muito importante pra dar lavoura[...] a terra aqui é vermelho mas é boa também[...]a gente planta o as vez algum poquinho mas de teima né, mas não é apropriado pra arroz assim né, o é o arroz gosta mais de assento[...] mais lugar do rio mais daí agora mais agora por caso dessas mudanças que deu né por causa dos pinus que plantaram aí bastante, agora não tem jeito né de planta muito, muita gente não planta mais né é só comprado mesmo né,[...] eis plantava eis plantava assim meio pouco meio perto mais respeitava né assim o deixava uma lasca assim né de capoeira assim né sempre perto do rio né pra não ficar muito perto do rio demais né, mas sempre tem aquele plaino né,[...]a terra fica bem molinha, fica bem molinha, muito bem apropriado pras plantas [...] antes tinha bastante mata nativa sim, bastante lugar dava pra fazê uma roça quando não era da gente, a gente ar como que era arforava do dono daí, daí quando coía aquela plantação a gente podia dar pra pessoa um pouco a troco daquele trabalho né, de emprestar pra gente um pedaço da terra né, ih nós mesmo plantemo plantava arroizal assim na beira do meio perto do rio assim, porque nosso terreno era só, só isso né pra milho né, daí nós vinha lá do nosso sertão pra plantar na nas beiradas do rio, da assim né, arforava né,[...] a gente pega e planta a plantação né, daí se ele der bastante a gente daí a gente pega daí dá um tanto pra pessoa, quando a gente não tem dinheiro pra paga o trabaio o lugar de emprestar o pedaço do terreno da pessoa pra plantar, quando a gente coie a planta dá fazia um combinado né[...] era do lugar mesmo, pessoa do lugar[...] alguns deles as vezes subia também lá pelos artos por que também as vez conforme o jeito da planta não dá bem na beira do rio né daí da pessoa também, ia planta pros arto assim né, que dá né aquele que ele gosta de menos molha menos úmido o chão né [...]daí eles plantavam nas lombas assim né, perto de lugar meio caidão assim né, capoeirada assim né que a terra que é boa pra dar milho assim[...] eles sempre repara né os as cabeçera d'água né assim, sempre eles planta mas respeita sempre o lugarzinho né que não pode roçar muito, sempre a gente t ata fazendo com cuidado (Entrevista com H, integrante do Quilombo de João Surá, realizada em 11 de dez. 2021).

Neste depoimento, a quilombola e produtora de alimentos identifica que estas comunidades possuem uma relação de vida forte com o rio baseado nos conhecimentos sobre os solos e o desempenho dos variados tipos de plantações que são cultivados nos espaços diferenciados. Ela também menciona a organização que as famílias desenvolvem para potencializar a produção de alimentos, e a relação de proteção do ambiente que está presente no cuidado e preservação das águas. Identificamos também em sua fala que a mudanças

constantes quanto aos locais de plantação desvela os conflitos com as empresas privadas que se concentram nas áreas da comunidade, o que implica seriamente na forma de produzir e cultivar a terra para a produção de alimentos.

E como é o olhar das populações do campo, das comunidades quilombolas para esses empreendimentos de construção de barragem na vida das pessoas que residem nesses locais? A fala do Quilombola revela as motivações que levaram a sua participação na luta contra as construções de barragens.

Eu entrei no movimento sem saber muito, muito o que era o MAB, porém aos poucos eu fui aprendendo e fui conhecendo novas coisas, fui tendo novas experiências, é e isso foi me motivando a querer pesquisar mais, quando eu vi eu já estava totalmente dentro do movimento, tava é conhecendo, sobre lutar pelos nossos direitos, pelas nossas terras, e hoje lutar contra a barragem é lutar pelo seu direito, é lutar pela sua história, porque eles constroem barragem em cima de terras que estão aí há centenas de anos, as pessoas perdem toda sua história, quando olhar para aquele lugar e vê que está toda debaixo d'água, então hoje lutar contra a barragem é um ato de resistência, é um ato histórico e de preservar a sua cultura, mas não só a sua cultura, também a sua identidade, as suas origens, né, preservar as histórias dos teus antepassados, isso é lutar contra a barragem e também do teu direito a moradia, o teu direito á terra, do plantio, pois muitas vezes eles constroem barragens em cima de terras de agricultores, terras de pescadores, terras de ribeirinhos, então você é realocado em outro local sem saber se vai conseguir construir tudo que você tinha naquela terra anterior, e a gente sabe que não vai, a gente sabe que os direitos serão violados, que você terá uma condição de vida muito inferior que tinha no local que já estava inserido. Então hoje lutar pela barragem, contra a barragem né, é lutar pela sua saúde, pela sua moradia, pela sua história, pela sua, é, é condição de vida né, vamos á frente “Terra Sim, Barragem não!” (Entrevista com I, integrante do Quilombo de Mamonas, realizada em 30 de jul. 2021).

A citação anterior apresenta o depoimento de um jovem quilombola e militante que em sua trajetória representou com ânimo e compromisso o Quilombo de Mamonas, e outras comunidades camponesas e quilombolas, nos espaços de enfrentamento contra os projetos que tentam penetrar a região atacando esses territórios e os trabalhadores, a história e trajetória do povo que habita essas áreas. Se sobressai o fator econômico rentável que exclui e altera negativamente as relações ambientais e sociais ali existente.

Nas últimas palavras “Terra sim, Barragem não!”, é possível abrir o espaço para falar sobre a mobilização dos quilombolas, povos indígenas, agricultoras e agricultores e os movimentos sociais populares que há anos vem se mobilizando para expressar a denúncia dos planos capitalistas que compreendem a construção desses empreendimentos.

O envolvimento nas organizações sociais é um meio importante de resistência como expressada pelo quilombola. A representação nos debates, reuniões e diálogos; a militância social juntamente com os movimentos sociais populares; a organização das famílias e comunidade por meio de associações; a resistência do modo de vida no campo; a participação

em atos, greves, palestras, formação política, grupos de estudos e trabalho popular nas comunidades, demonstram que as pessoas das comunidades expressam no dia a dia seu movimento de lutar reivindicando os seus direitos básicos historicamente negados. A seguir comentamos brevemente algumas das organizações de resistência presente no Vale do Ribeira.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) atuam junto às comunidades contra as construções de empreendimentos de barragens. Trabalham com representação e participação dos quilombolas nos espaços de luta política, e em diálogo com as comunidades na construção de um projeto energético de controle popular (MAB, 2021). O Movimento dos Ameaçados por Barragens (MOAB) tem como objetivo alertar sobre os projetos que impactam as comunidades. Com seu grito “Terra sim, Barragem não!” tem ação importante no auxílio da luta dos quilombos pelo reconhecimento de suas terras e na luta pelo território. (EAACONE, 2021).

A Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras (EAACONE) orientada pelo artigo nº 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República Federativa do Brasil 1988, contribui e fortalece a luta política organizativa das populações das comunidades negras e quilombolas no Vale do Ribeira (EAACONE, 2021). A organização social das famílias por meio do espaço formativo da Associação de Moradores nas comunidades realiza a reivindicação coletiva pelo território buscando preservar a história de vida de seu povo. Tem como objetivo trabalhar com a coletividade em movimento contra os projetos que impactam estes povos.

Além das quatro organizações que citamos acima, há outros movimentos sociais populares que se articulam no Vale do Ribeira, o que é determinante na defesa do território com os povos e comunidades tradicionais.

Importante também destacar que os processos de mineração também têm impactado a região do Vale do Ribeira. Podemos exemplificar o papel que a empresa Plumbum S.A teve na extração mineral de chumbo na cidade de Adrianópolis. Atualmente é visível o resultado da devastação ambiental nos rios e solo, e o prejuízo às pessoas que trabalharam ou residiam perto dos locais, que relatam o surgimento ou agravos de doenças. A empresa teve seu processo julgado, mas sem reparação concretizada ao meio ambiente e as pessoas que moraram ou trabalharam na empresa. Abaixo, a entrevista registra a fala de uma quilombola que trabalhou nesta empresa de mineração.

[...] aqui a gente fome não passava mais o dinheiro a gente não tinha né, tinha só comida pra comê aqui, lavora é desse jeito né, daí decidi ir pra lá pra ter uma melhora[...] já viu algo deferente aqui não tinha nada de cheiro[...] uma hora ia pra baixo outra hora ia pra cima, ficava aquele cheiro né na gente sentia aquele cheiro sentia assim né, horrroso da fumaça, mas ganhando dinheiro nem ligava[...] chegava

já fazia a compra tão faci né[...] nós pegava e fazia horta assim no terreno né de alface né que o quintal a casa era bem boa a casa daí aquele quintalão grande e água não precisava paga, era bão pra fazê horta[...]era muito bom pra ganha dinheiro mais muita gente perdeu a vida lá nesse serviço, e muito gente ficou doente doentio depois disso né[...] aquela fumaça abaixa tudo na vila, tomo mundo sentia[...] foram uns par dele[...] nós fomos com intenção de vortar de novo né, saiu daqui mais sabia que tinha o terreno aqui né, naquelas veis meu sogro e minha sogra e meu pai e minha mãe tava tudo fortinho graça bom deus né a gente foi pra lá só pra dar uma levantada, pra querer se alevantar um pouquinho né, comprar uma condução melhor[...] teve bastante que foi pra lá, daí de lá já foi pra curitiba né[...] pra cá foi pouco, foi pouco, maioria foi embora de uma vez pra frente[...] nós voltemo pra roça, nós tava lá, mais sempre tava recordando da roça né[...] não era só eu, bastante gente tinha seu pé de couve, na no quintal[...] na Bejaúva, mas dava pra vê que que caía fumaça em cima dele lá dá do chumbo porque todo dia cedo amanhecia branco de fumaça igual neblina e era só fumaça da firma[...]ih aquelas pessoa que tava acostumado lá é sentiram bastante[...] (Entrevista com H, integrante do Quilombo de João Surá, realizada em 11 de dez. 2021).

O depoimento acima expressa o processo de saída de famílias quilombolas das comunidades em busca do emprego, de trabalho remunerado, melhores condições de vida, e acessibilidade. É interessante notar a percepção da entrevistada sobre como condições desfavoráveis levaram-na a sair do campo para alcançar dinheiro, e em contraponto destaca os principais impactos e mudanças mediante as situações enfrentadas na forma de vida urbanizada.

A procura por melhores condições de vida esbarra no território quilombola que é rico socialmente, culturalmente e ambiental, mas que imerso na ordem capitalista sofre as consequências de sua lógica. Com as condições básicas de existência quilombola não atendidas, como o acesso à terra, à saúde, uma educação que atenda suas especificidades neste território, torna-se desafiante a permanência das famílias.

Os impactos da mineração atingiram significativamente a vida das pessoas e provocaram uma mudança irreparável na biodiversidade envolvida. Com seu discurso de desenvolvimento econômico a mineração resultou no aparecimento ou de agravamento de doenças, na saída de pessoas do campo que ao invés de ter melhorias no local de vida foram retirados fisicamente para poder acessar as oportunidades de sobrevivência no sistema capitalista.

Com base no documento elaborado por Ministério da Saúde do Brasil; Secretaria de Estado da Saúde do Paraná; Secretaria Municipal da Saúde de Adrianópolis (2008) de um estudo de avaliação de risco à Saúde humana por exposição aos resíduos da Plumbum no município de Adrianópolis – PR, apresenta que os dados analisados na pesquisa não podem comprovar em afirmação científica que as doenças são relacionadas com o chumbo, mas alerta sobre o alto risco e potencial de contaminação sobre o local. O estudo ainda cobra dos poderes governamentais e ambientais um cuidado e atenção maior com a população exposta.

(MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL; SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ; SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE ADRIANÓPOLIS, 2008).

Naquele momento sim, mas depois [...] que a gente foi ver que que era verdadeira bucha né, por que no momento o caboclo se empolga né, mais depois daquilo que você percebe que ao que o trabalho a é, um trabalho de necessidade né [...] todo mundo assim parentada da gente né, a gente tinha que, a gente via que lá era vantagem, depois pra você ver papai mesmo falava que trabalhou na Plumbum trinta dias né, daí ele viu que lá era verdadeira bucha [...] foi, foi bastante [...] ah falta de oportunidade né,...porque tivesse oportunidade que nem que tem hoje jamais ia, saia ia trabaia né [...] porque naquela época o que dava aqui feijão, milho, porco, e na terra também tava difícil né, mas [...] mas depois a gente viu percebeu que na Plumbum que a gente só ia, só ia buscar duença né [...] tive pior que tive, é peguei hepatite, peguei é aquela febre amarela né, peguei um alergiona [...] porque a turma chegava lá um trabalhava um pouco daí, daqui a pouco mandava embora daí [...] geração de renda dinheiro[...]papai nasceu e se criou daí nasceu e se criou por aqui né, na Praia Grande, aí ele pegou e saiu daí quando foi um dia ele pegou daí começou assim aaa começou assim a criar nós depindia de emprego né, K papai foi pra lá na insistência do sotros [...] J ele foi lá e viu que que era furada né, vortou pra cá e nunca trabaia aqui pra ninguém [...] K eu lembro que ele falou bem ali pra mamãe que que Joana...mexer com minério não é pra mim não, eu vou é vortar embora [...] J xé ele ficou trinta dias só [...] ele tá morando pra outro lado do rio ali, mas ele não consegue se manter em cima da terra né, não consegue se manter em cima da terra aí ele sai de lá e vai trabaia com nós, foi mais ou menos isso que aconteceu com a Plumbum, daí a pessoa a pessoa não tinha isso aqui, ele ia trabaia pra fora né, e é o engano que a gente tinha né[...]

(Entrevista com J e K, integrante do Quilombo de João Surá, realizada em 11 de dez. 2021).

Nas lembranças sobre a saída do território, a compreensão de que renda econômica passava a emergir sobre o território de origem, mas ao mesmo tempo de que os impasses do modelo ofertado prejudicaram os trabalhadores acirrando o debate dos conflitos socioambientais no Município de Adrianópolis. De acordo com Mapas de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil (2010) os grandes projetos econômicos capitalista, tendo como principal meio a retirada de matéria prima natural, resulta em prejuízo à natureza presente na região e às comunidades quilombolas. (MAPAS DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2010).

Este depoimento também nos leva a perguntar como estava os quilombolas no espaço territorial em que ocupavam? Existiam questões que emergiam sobre sua permanência neste espaço?

Para compreender essas questões, destacamos também que outro aspecto dos conflitos territoriais vivenciados está relacionado à criação da unidade do Parque Estadual de Preservação Ambiental Lauráceas (PEL). A Comunidade Quilombola de João Surá, que faz divisa com o parque, antigamente possuía famílias que viviam neste local antes desta área se

tornar PEL. A criação deste parque impactou diretamente na vida dos quilombolas, pois não considera a presença de povos tradicionais neste espaço. Vejamos o depoimento abaixo:

[...] essas pessoas moravam tudo dentro do parque [...] K tinha uns caras que vinham de fora por causa desses coisas aí [...] J daí quando o parque veio, morava pra dentro vitazinho [...] morava aquele cambadão pra lá[...]daí pegaram o Uripio de lá e colocaram ali [...] morava dentro do parque, daí trouxeram pessoa de lá e recuaram pra cá, onde é terreno do quilombo hoje[...]era divisa por córgo, por restinga de mato[...]chegou tirando... aquele que não saia por bem saia por mal... expulsando pessoa ..ele vinha armado,... expulsa pessoa de área de terra de lá...falava que não podia morar mais e eles ia medi e passou o tempo eles correu a medida e trouxeram as pessoa pra cá pra baixo [...] (Entrevista com J e K, integrante do Quilombo de João Surá, realizada em 11 de dez. 2021).

Acima os entrevistados nos contextualizam como se deu a ocupação e construção do PEL. A retirada forçada das famílias mostra uma implantação sem consulta e diálogo com a comunidade, assim como o abuso de autoridade nas ações estabelecidas para a conservação de uma natureza sem população do campo. Uma população que possui uma relação de existência de vida com a natureza. Atualmente, a opressão e proibição de suas práticas como a pesca e a caça para autossustento das famílias também são fatores que restringem o próprio modo de vida nas práticas alimentação tradicional. Nota-se assim, como as leis são informadas

[...] Outra coisa, que desejo que minha, aquele tempo, tinha muito peixe na minha terra, aqui no nosso rio, hoje em dia não tá tendo mais, nem peixe para gente comer, tem criança que nem conhece peixe, que os pessoar de fora, vem e pesca tudo e leva tudo os peixes, deixa a gente aqui, que nós que moramos aqui, nesse lugar não temos gosto nem de comer, porque o pessoar de fora levar[...] e a gente ainda é proibido pescar, a gente ter um peixe para gente comer[...]não pode cortar um palmito no mato, não pode cortar uma madeira lá que é proibido, então isso que a gente se aborrece hoje em dia, mais eu tenho fé em deus que há vida vai melhorá, eu não vou alcançar, mas só que se deus quiser, vai ser uma melhora para as crianças, que estão se formando hoje em dia (Entrevista com A, integrante do Quilombo de João Surá, realizada em 09 de set. 2017).

Na fala acima, a anciã quilombola apresenta uma visão do passado, presente e futuro sobre as implicações nos modos de vidas da comunidade diante de como as leis são aplicadas. Inicia um olhar de como as mudanças ambientais e proibições foram alterando os saberes de vida em comunidade. Alerta sobre o trabalho com as crianças, o desconhecimento e desaparecimento das práticas tradicionais, e finaliza com questão da luta pela titulação do território quilombola e sua resistência pelo modo de vida. O movimento de luta dos quilombolas na região denuncia o racismo como fator determinante no acesso à terra e a condições de vida no/com Território. De acordo com Faustino (2021), o racismo ambiental é uma prática que destina os piores efeitos da degradação ambiental às populações negras, indígenas, migrantes, etc. (FAUSTINO, 2021)

Os depoimentos abaixo demonstram a memória deste processo:

[...] titular de terra [...] menos ainda [...] sete a oite titular...nóis também tem a terra [...] mas cadê o documento no nosso nome? K não tem, não tem documento nenhum [...] J hoje você veja bem, se for pra você faz um PRONAF você precisa você assinar, precisa compadre [...] assinar [...] pra trabaia em cima do que meio arqueire de terra, se você for mexer no terreno do outro você precisa arrendá terra [...] K lá por cima lá era a roças se encontrava, divisa era só corginho lá, arroizá [...] arroização lá [...] papai tinha um mamaozação aqui que cuai virava pra lá [...] J papai tinha um mamó ele bardiava mamão nas costas daqui lá embaixo [...] K vinham trabaia com papai aqui, arrumava dez camarada aí, chegava de tarde papai tudo com coisinhas assim uns coisas pra levar pra casa [...] o título definitivo saiu em setenta e três [...] levava no caminhãozinho para toma vacina [...] J mandaram dois tratorzão abrir tudo as estradas [...] daí veio bastante fartura naquele época [...] naquela época apareceu piação novo que é o nino que apareceu junto, o INCRA se a retirou, o nino o nino era filho de um engenheiro do INCRA, aí começou a comprar terra [...] aquele vez papai começou, daí veio o mamão [...] senhor do céu daí mamão virou praga [...] papai tinha dois arqueires de mamó [...] até que nós puxava mamão nas costas [...] primeiro veio a estrada, [...] daí veio energia e aí veio a desgraça daí ai turma começaram vim o título de terra daí a turma começaram a vender terra [...] a titulação fazer um título único, aqui já está em processo de indenização a terra [...] (Entrevista com J e K, integrante do Quilombo de João Surá, realizada em 11 de dez. 2021).

A citação acima destaca as memórias e experiências vivenciadas a partir das perspectivas dos quilombolas. Contextualiza como este território foi mudando com a dominação da terra pelo poder privado. O relato acima também apresenta a organização das famílias sobre o uso da terra devoluta antes da demarcação realizada pelo INCRA, em seguida explica os recursos sociais básicos que começaram a se estruturar na localidade e os resultados da perda de terras pelas famílias se constituindo na venda de lotes e terrenos individuais. Podemos também identificar como a produção de alimentos é uma prática realizada há muitas gerações, promovendo o auto sustento e a geração de renda. E neste mesmo sentido, a diminuição do território atualmente impacta a produção de alimentos e sua permanência.

A autora Pereira (2020) identifica as principais consequências e os resultados decorrentes da demarcação de terras realizada pelo INCRA em João Surá entre 1970 a 1978. Explicita que as mudanças provocadas nesta imposição territorial atingiram diretamente as famílias, bem como motivou e impulsionou a venda de terras. Os confrontos com fazendeiros que receberam terra mesmo não sendo da região, provocou o aumento da evasão das famílias, e impactou na produção alimentar desenvolvida na comunidade e na localidade. (PEREIRA, 2020).

[...] então na época eu entrei trabalhar na firma porque precisava do emprego pra ajudar em casa porque na comunidade não tinha outra opção de emprego [...] e também eu queria sair pra trabalhar fora porque não tinha o ensino médio completo e também não tinha vontade de deixar o lugar onde moro porque gosto muito daqui [...] minha relação com os amigos de trabalho é muito boa porque somos da mesma comunidade e também já acostamemos trabalhar juntos e hoje em dia a empresa que

trabalhamos também. É uma empresa muito boa, esse é o motivo por eu estar trabalhando até hoje nela. (Entrevista com L, integrante do Quilombo de João Surá, realizada em 04 de jul. 2021).

Neste relato do quilombola e trabalhador da empresa madeireira, podemos compreender que o monocultivo próximo do núcleo das comunidades, e as dificuldades que passou em relação ao acesso à escola, o levou a trabalhar na empresa para manter-se em seu território. O seu modo de vida, pertencimento ao lugar, e a busca pelas condições de sobrevivência, estão presentes em seu depoimento.

Traz também o debate dos empregos oferecidos possibilitando a permanência temporária de algumas poucas famílias acolhidas pela oportunidade da renda remunerada. A implicação da diminuição territorial para a prática da produção de alimentos como principal forma de renda na comunidade abre espaço para outras formas de trabalhos e geração de renda para atender as necessidades básicas. A necessidade da busca por trabalho remunerado, seja na empresa madeireira, no trabalho informal para fazendeiros e outras pessoas, ou na ocupação de vagas nas instituições públicas, demonstram as condições de sobrevivência atual na comunidade. Contudo, as poucas vagas provocam concorrência, o que leva a muitos jovens saírem da comunidade em busca de emprego remunerado na cidade.

[...] era bão e continua bão [...] feijão, arroz, milho, mandioca, cana [...] pra consumo da casa mesmo né [...] por ser mais perto né, o nosso lá é longe, longe não tem estrada né, lá é só com cavalo, é pra cá é mais perto [...] tem pouquinho da roça, mas bem pouco né, só o feijão e o arroz que a gente pega um pouco da roça, pra ajudar né, mais a maior parte é tudo de fora né, é, maioria é de fora [...] antes era ao contrário, mais da roça e menos de fora né [...] quando a gente passava no meio da plantação dava coçeira na gente [...] quando passava o veneno, dava uma coçeira na gente o veneno né, aquele mato seco [...] eu não passava, só que a gente passava pro meio né da por meio da plantação deis do pinu né [...] daí que a gente sentia [...] (Entrevista com M, integrante do Quilombo de João Surá, realizada em 15 de ago. 2021).

Acima, o quilombola e produtor de alimentos traz as experiências vividas no início do processo de aplicação de agrotóxico nas áreas de plantação de monocultura de pinus na área de João Surá. Relata os efeitos do agrotóxico na saúde, que ele mesmo não usava em sua produção, mas que o contato era constante no caminho até a roça de alimentos. Relata ainda sobre a dificuldade de deslocamento e as condições que implicam hoje para ir até o terreno longe que a família possui o título definitivo da terra. Hoje sofrendo com problema de saúde, faz uma comparação da origem do consumo alimentar na casa, onde há aumento do produto industrializado e a diminuição dos produzidos na roça. Continua abaixo:

[...] esses dias tinha mesmo, tinha boi pra cá pra baixo e prá cá pra cima tudo né, daí eu ficava andando só aqui memo, aqui memo[...] na redondeza[...] não podia sair [...] impedia um pouco [...] já perdi roça de arroz, roça de feijão, já perdi, com chuva, com sol, com bicho do mato né, que come né, capivara e rato [...] e com passarinho [...] ia também, comia lavoura de mandioca e, uma vez o boi comeu tudo também [...] umas par de vez do boi atacar nossa roça [...] é o único sustento [...] (Entrevista com M, integrante do Quilombo de João Surá, realizada em 15 de ago. 2021).

Além do quadro atual de pouco espaço no território para produzir alimentos, identificam-se as situações enfrentadas pelos produtores de alimentos que permanecem na agricultura. Os ataques sobre as áreas de plantações levam ao debate do conflito socioambiental que emergem na comunidade.

Bem descrito pelo entrevistado acima e por outras famílias da comunidade, há perda na roça de alimentos com o frequente ataque de animais nativos sobre os alimentos. O desequilíbrio ambiental leva os animais nativos à procura de alimentos que antes se encontravam na mata nativa. Na extensa área de monocultura de pinus, eucalipto não há predominância de alimentos para consumo destes animais, que recorrem a se concentrar nas pequenas áreas de reservas ambientais e nos terrenos que são cultivados os alimentos.

Como explica Floriani (2020) a planta pinus não serve como alimento para grande parte dos animais. O seu processo de desenvolvimento impossibilita o crescimento de outras plantas embaixo, seja pela razão de sua decomposição lenta, causando alteração no solo e gerando infertilidade para outras espécies, ou também pela dificuldade de iluminação solar que a planta pinus provoca. Estas condições criam um meio favorável somente para seu desenvolvimento. A consequência principal do modelo da monocultura é a destruição da biodiversidade local. Para a manutenção deste monocultivo de pinus destinado à venda de corte, é importante a derrubada de outras árvores para limpar e fazer a plantação (FLORIANI, 2020).

Embaixo das áreas de monocultura de pinus hoje percebe-se que as árvores frutíferas ou as que contribuem com a alimentação dos animais nativos estão desaparecendo nesses locais. O encobrimento do pinus impossibilita a irradiação solar responsável pelo desenvolvimento de outras espécies que servem de alimentos para os animais. Além da monocultura de pinus, também há monocultura de eucalipto na comunidade.

A fala do produtor de alimentos ainda ressalta que antes de conseguir a aposentadoria, a roça era o principal meio de alimentação e renda da família. A partir dela conseguia seu auto sustento, e a comercialização para obtenção de outros produtos. Com a instalação de fazendas na região, principalmente no período da demarcação de terras, e da compra de lotes pelos fazendeiros, houve a grande derrubada da mata nativa para plantação de pasto e criação de gado. Relembramos também situações de perda das roças pela invasão do gado em áreas de plantio,

mas também com a presença do gado solto nas estradas impedindo deslocamento da comunidade para ir até o médico ou realizar tratamentos de saúde.

A autora Souza (2012) indica a presença de grandes projetos e empreendimentos na implantação de monocultura, barragens e mineração sobre os locais que se localizam as comunidades quilombolas, em detrimento do modo de vida e formas de organizações estabelecidas pelas famílias (SOUZA, 2012).

A biodiversidade existente na área que é reivindicada pelo território quilombola atualmente. Os quilombolas percebem as mudanças ambientais no rio, na mata, na reação dos animais, e contribuem para auxiliar na reflexão sobre os impactos sofridos nos últimos anos, como por exemplo: a seca da água e alteração física dos solos; a diminuição das águas dos córregos e ribeirões; o desaparecimento das águas nas nascentes d'água conhecidas pelos moradores; o aparecimento de animais silvestres próximos da comunidade como a onça e gato do mato; assim como o ataque intensificado de animais (como passarinhos) nas plantações à procura de alimentos.

Também é perceptível a dificuldade de coleta ou produção de matéria prima para confeccionar artesanatos, como por exemplo: a taquara para fazer a peneira; a quantidade necessária de taboa para fazer a esteira; a quantidade necessária do capim capiá para produção de colares e pulseiras; a madeira de qualidade para fazer instrumentos de arte ou para o dia a dia; o capim sapé para fazer cobertura de casa; entre outros. A diminuição do uso das ervas medicinais é acompanhada pelo não conhecimento dos mais jovens, o falecimento dos anciões que possuem estes saberes, a dificuldade de coleta na mata, os saberes sobre os cuidados da dosagem utilizada e o aumento do consumo medicamentos industrializados.

Portanto, com o estudo apresentado neste capítulo é possível compreender que a implantação de grandes projetos de desenvolvimento econômico neste território não atendeu as especificidades reais das famílias que o constitui. Sob a lógica capitalista de produção em grande escala acompanhadas da destruição da natureza, e da expulsão de comunidades tradicionais de seus territórios, resulta no decorrer do tempo a mudança na identidade histórica de vida destes povos, que necessitam se organizar para a resistência territorial. É a situação que os quilombos do Vale do Ribeira vêm enfrentando.

É importante ressaltar aqui que o território quilombola realiza grande contribuição junto à sociedade por meio da produção de alimentos, e a forma de vida conectada com a biodiversidade. A afetividade e respeito pelos elementos da natureza que os cerca, reforça o quilombo como local da natureza viva com pessoas que mantêm suas raízes simbólicas e

pertencimento do espaço. Essas raízes representam as memórias, tradições, costumes e crenças do povo quilombola, mas também seu vínculo com a terra e com o território onde são realizadas as práticas dos modos de vida, as relações de afetividade e religiosidade no espaço, o cuidado e relação com a natureza. Essas raízes fortalecem o movimento de resistência que alertam sobre os projetos que impactam ainda hoje o território quilombola.

Os quilombos sofrem as opressões raciais que buscam destruir os princípios e modos de vida historicamente construídas pelas comunidades, principalmente na negação do direito ao território, ou na mudança das relações existentes que (consciente ou inconscientemente) potencializam as relações capitalistas em terra quilombola como mercadoria e lucrativa.

03. CAPÍTULO 02

A SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA: A RESISTÊNCIA FIRMADA PARA O ACESSO AO DIREITO E PROMOÇÃO DA SAÚDE NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA

“Solos doentes, plantas doentes, homens doentes.” (Ana Primavesi)¹⁷

Ao iniciar este capítulo com a frase de Ana Primavesi, gostaríamos de destacar as relações essenciais entre solo (expressando a natureza), a alimentação (as plantas e a produção de alimentos), e a saúde (a biodiversidade que o homem faz parte). Compreendemos o território como uma rede onde uma coisa depende de outra, é importante iniciarmos esta reflexão fazendo a denúncia do papel do agrotóxico e seus impactos sobre a vida.

Partimos do princípio que os conhecimentos tradicionais sobre saúde já existentes foram construídos socialmente a partir do território de vida. Estas reflexões são baseadas na experiência dos quilombolas que ali vivem, mas também no estudo de autores como Acosta (2016); Andrade e Tatto (2013); Grupo de Trabalho Clóvis Moura (2010). Também buscamos compreender como ocorre o acesso aos serviços de saúde com base em autores Lazzari e Souza (2017); Hoeller e Silva (2013); Brasil (2017); Brasil (2011) e Almeida (2019), entre outros. A necessidade de conhecer a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no Sistema Único de Saúde nos levou a estudar autores como EHMANN (2020); Brasil (2017); OPAS (2022); Solar e Yrwin (2010), CONAQ e ISA (2022); e CONAQ (2021). Finalizamos o capítulo com a preocupação da relação entre alimentação e saúde no território quilombola, trazendo mensagens das experiências de integrantes da Comunidade João Surá.

3.1 O Bem Viver e Ancestralidade Africana: Os Saberes e Fazeres em Saúde no Quilombo

A saúde é uns dos elementos de resistência no território quilombola. É manifestada em diferentes expressões construídas a partir de práticas do cuidado com a vida conectada à

¹⁷ PRIMAVESI, Ana. Solo doente planta doente homem doente. *Online*: Blog Studio Ira, [19??]. Disponível em <https://anamariaprimavesi.com.br/2019/06/20/solo-doente-planta-doente-homem-doente/>. Acesso em 04.mar.2022.

natureza, sua biodiversidade, e as construções culturais da ancestralidade africana. Aproxima-se da reflexão de Acosta (2016), quando afirma que o bem viver parte de uma cosmovisão construída pelas experiências dos povos indígenas andinos e amazônicos que vincula direitos humanos e direito da natureza, edificado em processos coletivos e propondo uma transformação estrutural da sociedade capitalista, fortalecendo a vida, e a soberania por um projeto emancipador (ACOSTA, 2016). Explica que o Bem viver é uma vivência.

[...] a proposta de harmonia com a Natureza, reciprocidade, relacionalidade, complementariedade e solidariedade entre indivíduos e comunidades, com sua oposição ao conceito de acumulação perpétua [...] está presente de diversas maneiras na realidade do ainda vigente sistema capitalista [...] São ideias surgidas de grupos tradicionalmente marginalizados, excluídos, explorados e até mesmo dizimados [...] se traduz em uma tarefa descolonizadora [...] propõe uma cosmovisão diferente da ocidental, posto que surge de raízes comunitárias não capitalistas [...] não implica que primeiro se deva sair do capitalismo para só então impulsioná-lo. As múltiplas vivências próprias do Bem Viver subsistem desde a época colonial [...] Trata-se de construir uma vida em harmonia dos seres humanos consigo mesmos, com seus congêneres e com a Natureza, vivendo em comunidade [...] resgata as diversidades, valoriza e respeita o “outro” [...] o Bem Viver se transforma em ponto de partida, caminho e horizonte para desconstruir a matriz colonial que desconhece a diversidade cultural, ecológica e política [...] (ACOSTA, 2016.p. 28-83).

Como mencionado pelo autor as experiências não fundamentadas no capital estão presentes nas práticas de grupos que resistem, e são baseados em comunidade, no respeito ao meio em que se vive. Possui uma proposta de estabelecer uma vivência humana com a natureza, possuindo um caráter político de contraposição ao sistema capitalista.

As experiências em saúde construída nos territórios quilombolas continuam reexistindo e estão conectadas à proposta do Bem viver. Sua valorização é essencial. A saúde é construída como prática de vida e ocorre no território com autonomia dos saberes e fazeres a partir da natureza, da biodiversidade, e da convivência em comunidade. A seguir, o trecho de uma entrevista conta sobre o autocuidado em saúde.

[...] tudo as coisas assim eu já fiquei escutâno bem como é que que mamãe fazia [...] outra gente quaquê [...] não presta ficar, tomar réstia [...] faz má pra saúde [...] fez o remédio, bebeu guardou a dieta, não pode colocá agua fria na boca [...] roupa molhado no corpo não presta [...] tomá chuva com corpo quente [...] tinha bastante remédio do mato [...] difícil mexe sertão pra acha [...] tem bastante caitézinho [...] lá no sertão do sarivá [...] o mesmo deus ensina a pessoa [...] que dá o pensamento [...] carcular bem pra sabê faze aquele remédio [...] daí faz aquele remédio daí reza um pouco nele [...] esse curador que benze né [...] fazia remédio [...] rezadera [...] fazia pa tudo pra gente grande, pra criança, tudo eis fazia [...] tinha bastante gente entendido ai no lugá [...] daí morreram tudo, acabou tudo [...] argúm foi embora [...] ela se cuidava, cecilá né, ela era cuidadosa que era [...] uma médica também [...] (Entrevista com B, integrante do Quilombo de João Surá, realizada em 16.fev. 2022).

A entrevistada explica como esses saberes e fazeres são compartilhados e praticados por meio da oralidade, observação, crenças e pretensão de aprender com as gerações anteriores. Exemplifica as formas que ocorrem o auto cuidado em saúde, aponta para atenção com equilíbrio do corpo humano e a prevenção, seja nos resguardos, na alimentação, nas ações do dia a dia, no preparo dos chás e cultivo das plantas medicinais. Compreende-se que a saúde possui um sentido amplificado do que apenas o estado de doença.

Cita também a necessidade do conhecimento sobre a área geográfica do território e a identificação das plantas para acessar condições de promover o cuidado. Explica o sentido da espiritualidade presente para o preparo dos remédios a partir das crenças e da fé. Também indica a preparação pessoal para ministrar esses saberes para contribuir com a comunidade, o que geralmente é feita pelos curandeiros(e), benzedores(as), parteiras e rezadeiras que praticavam rituais de curas e saúde para pessoas em processos de adoecimento grave ou acidentes, através do auxílio do preparo de remédios, ou do uso de ervas medicinais.

Os autores Andrade e Tatto (2013) reforçam o entendimento de que curandeiros(as), benzedores(as), feiticeiros(as) são ofícios praticadas para a cura nos quilombos, apreendidos pelos(as) anciões que praticavam. O curandeiro (a), por exemplo, realiza manipulação de uso das plantas e ervas medicinais como preparação de chás e remédios. O benzedor (a) faz o benzimento a partir da oração e prepara remédios - faz a simpatia e a mística no modo de cura. O feiticeiro(a) possui valioso conhecimento na manipulação das plantas e ervas medicinais e realiza principalmente pelo conhecimento místico entoado na feitiçaria favoráveis ao pedido benéficos ou maléficos. (ANDRADE; TATTO, 2013).

Esses conhecimentos são considerados misteriosos na maioria das vezes, pois são ofícios que consideram o “dom” para exercê-lo. Os pais ou mães passam os saberes e fazeres para os filhos que possui o “dom”, a partir das técnicas de curas, simpatia, feitiçaria com a espiritualidade, a medicina tradicional e a mística. As parteiras e ajudantes de parteiras também possuíam conhecimentos sobre os cuidados do corpo humano e orientavam as mulheres durante todo processo de gestação e pós parto. Os “fazedô” e “fazedera” de remédios, possuem o conhecimento sobre tipos específicos de remédio por meio da manipulação das plantas medicinais para curar, minimizar ou aliviar determinado problema de saúde ou doença. Práticas que, dotadas de conhecimentos e espiritualidade, exigem vocação e coragem. (ANDRADE; TATTO, 2013).

Segundo duas mulheres do Quilombo João Surá, a partir de entrevista realizada em 05 de fevereiro de 2022, elas relatam que conheceram aproximadamente 10 curandeiros (as); 10

benzedeiros (as); e 04 “fazedôs (as)” de remédio; 08 parteiras no quilombo João Surá; 02 parteiras que vinham atender do Quilombo de Praia Grande; e 02 ajudantes de parteiras. Informam também que haviam feiticeiros (as), mas não sabem a quantidade, e que eles atendiam todas as famílias que procurassem o local de acolhida – suas casas, onde a maioria das vezes eram praticados os rituais de curas, orientações e recomendações sobre os cuidados. Dependendo dos casos, se deslocavam até a residência das pessoas que precisassem de auxílio. Atualmente, as entrevistas informam que existe apenas um benzedeiro e curandeiro em João Surá, e uma “fazedera” de remédio (garrafada para curar réstia) no Quilombo Praia do Peixe. Esses ofícios diminuíram drasticamente devidos aos falecimentos e a evasão do campo que ocorreu na região.

Os saberes e fazeres que ainda são conservados pelas famílias quilombolas existentes são compartilhados em comunidade atualmente a partir das conversas com os anciões que possuem maior conhecimento nos preparos de chás e uso de plantas medicinais. As famílias se baseiam nestes conhecimentos para o cuidado com a saúde, principalmente das crianças. O cuidado com o outro é transmitido de geração em geração. As entrevistadas também relataram a longevidade da irmã mais velha de uma delas, que detentora de muitos saberes do autocuidado faleceu com 104 anos.

Na produção de alimentos praticada pelos quilombolas, a reivindicação pelo auto sustento que é a capacidade de produzir o próprio alimento saudável, parte de uma ação de afetividade com o território, fortalecendo os conhecimentos sobre as plantas, solos, os leitos d'água, a biodiversidade e a consciência do convívio em equilíbrio com o meio em que se vive. Pois quando se fala em produzir o próprio alimento saudável também estamos falando da constituição de saúde nesses territórios. A defesa do território vem conectada com a capacidade do auto sustento em comunidade, com a produção de alimentos saudáveis para todos. Neste sentido, o depoimento abaixo explica a valorização dos saberes existentes no quilombo.

[...] imagina no sítio mora longe tão longe do socorro né, longe do posto de saúde[...] eu lembro que a [...] passou mal lá [...] perdeu o nenê dela [...] tava morrendo em casa deu umas paradas cardíacas nela no João Surá e eu lembro da vó Joana ter de socorrer ela e quando ela chegou lá no Caron, os médicos falaram que tinham socorrido ela em casa já né porque se não tivesse socorrido ela em casa taria morta [...] quanto que é rico né os conhecimento tradicional [...] é uma medicação [...] quantas plantas medicinal né existe [...] tem vários benefícios nela, então por isso é importante você estar cuidando da natureza por as vezes tem planta ainda que nem foi descoberto os seus benefícios né, pra ta tratando várias doenças [...] igual o pai sempre fala [...] parece que as pessoas de hoje não são forte igual nós, parece que tão pior do que a gente [...] o pai ele tem 95 anos [...] começou a tomar remédio de pressão faz [...] 80 anos pra cá [...] nunca teve problema de saúde [...] o doutor disse que ele viveria até uns 100 anos [...] hoje em dia você, as pessoas, tem médico, toma remédio mas, vive se drogando e não vive muito tempo [...] diabetes, pressão alta antigamente nem tinha

[...] (Entrevista com N, integrante do Quilombo de João Surá, realizada em 17.jun.2021).

A entrevista narra uma emergência ocorrida no quilombo quando era necessário socorro imediato. Os saberes de dona Joana, que era ajudante de parteira foram decisivos para o atendimento na comunidade que está situada a quase 160 quilômetros do Hospital Angelina Caron, Campina Grande do Sul-PR. A entrevistada fala sobre as ervas e plantas medicinais e as potencialidades, dos princípios ativos ainda nem descobertos ou utilizados e que estão distribuídos pela extensão territorial da rica biodiversidade da mata atlântica.

Reforçando o convívio com a natureza e a relação de entreajuda para sobreviver, cita mais um exemplo das alterações no quadro de saúde dos quilombolas e o uso de medicamentos industrializados contínuos para o tratamento. Por fim, a entrevistada fala sobre casos de problemas de saúde, onde antigamente não se tinha registros, e ressalta que quando não se tinha acesso nenhum, houve algumas fatalidades.

A crença e a fé manifestada nos fatores psicossociais praticados principalmente pela religiosidade, vêm das práticas culturais religiosas de matriz africana e de outros segmentos. Passados de geração a geração, estão presentes na espiritualidade e promove as relações sociais entre as famílias. A exemplo, cito o rito religioso de passagem da bandeira do divino que expressa sentimento de “paz” e “conforto” para os anfitriões que a recebem.

Os saberes e fazeres dos quilombolas com o auto cuidado; a contribuição dos curandeiros, benzedores, “fazedô” ou “fazedera” de remédio; as parteiras, rezadeiras; as técnicas de cura; o uso das plantas e ervas medicinais; a espiritualidade e as crenças; o cuidado com o autossustento de alimentos saudáveis; e o conhecimento da biodiversidade natural existente no território, foram alguns dos elementos que contribuíram com a construção do modo de vida quilombola e do fortalecimento da saúde e da vida.

Desde a leitura do Grupo de Trabalho Clóvis Moura (2010), pode-se afirmar que a ancestralidade africana está presente nas expressões e práticas do sagrado; no respeito às diferentes fases da vida; no cuidado com o outro; no modo de vida em equilíbrio com o meio em que se vive retirando dali o auto sustento, as ervas e plantas da mata para o cuidado da saúde. Nestas sociedades tradicionais são elencados três níveis ou causas para o adoecimento, que são: a) o nível físico, associado às causas físicas do organismo; b) o nível sobrenatural, associado aos elementos espirituais; c) e o nível social, associado às relações sociais conflituosas entre indivíduos ou grupos. (GRUPO DE TRABALHO CLÓVIS MOURA, 2010).

Essa importante reflexão mencionada acima, indica o significado ampliado de saúde a partir da diversidade étnica e cultural existente.

3.2 A Estrutura e Acesso aos Serviços a Saúde no Território Quilombola

O Quilombo João Surá dispõe de uma estrutura física e profissional que possibilita o acesso à saúde pública dentro do próprio território. A seguir, apresentamos algumas informações e questões que consideramos fundamentais para a reflexão sobre o tema deste trabalho.

3.2.1 O Mini Posto de Saúde João Surá

Antigamente as práticas de saúde quilombola eram realizadas principalmente a partir dos conhecimentos tradicionais. Não haviam estradas de acesso, nem o atendimento das instituições de equipes de saúde pública no quilombo. Os primeiros contatos ocorreram quando agentes de saúde vinham a cavalo para vacinação e se reuniam na casa de um dos moradores de João Surá.

A construção de uma estrutura de acesso público aos serviços de saúde ocorre a partir da construção do Mini Posto de Saúde João Surá. A entrevista com uma integrante da comunidade revela que:

[...] foi resultado de demanda apresentada em reunião com os técnicos da Antiga CARPA, hoje passou ser EMATER [...] quando surgiu o projeto para os técnicos do órgão responsável que vinham fazer visita para levantar demanda das famílias e fazer reuniões e encaminhar para projeto para atender as necessidades das comunidades, eles perceberam a necessidade junto com os participantes, era colocado como demanda pelas condições da saúde na comunidade que era extremamente muito precária, que se encontrava muitas pessoas doentes sem recurso [...] Era muito difícil ter acesso a consulta medica o que nem era procurado pelas pessoas da comunidade até construir o postinho. (Entrevista com S, integrante do Quilombo de João Surá, realizada em 11 de jun. 2021).

Nesse período, os projetos que foram implantados no Quilombo fazem parte da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná- ACARPA, uma instituição que nasce em 1956 para atuar no campo promovendo o desenvolvimento econômico e social, a partir dos trabalhos técnicos e assistenciais, e, doação de sementes para os produtores. (COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA, 2006). O depoimento do entrevistado quilombola complementa essas informações:

“ A CARPA, a EMATER, esse tempo né, mandava, dava semente pra pessoa plantar feijão, mio, por exemplo né mais é só isso também né [...] eles forneciam muda de eucalipto para quem quisesse [...] vinham aquela carraçada, marcava a reunião lá e vinha lá, ensinava a plantar a soja, e eles davam a semente da soja, quando produzia

a soja eles vinham e ensinava a fazer bolinho da soja [...] o leite da soja [...] o tempo do INCRA que deu uma assistancinha aqui, que ajudou nós [...] (Entrevista com R, integrante do Quilombo de João Surá, realizada em 25 de set. 2018).

A ACARPA é resultante das ações de aliança entre Paraná e Estados Unidos que articularam o ETA-projeto¹⁵, atuando sob o objetivo da intervenção na produtividade agrícola paranaense, promovendo a expansão rural econômica na agricultura no alinhamento de um plano de modernização agrícola. (COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA, 2006). Essa informação demonstra as bases da implantação de um modelo agrícola baseado na Revolução Verde.

Em entrevista com uns dos primeiros agentes comunitários de saúde, ele contextualiza que entre 1967 e 1973 o INCRA estava realizando a demarcação de lotes de terras (em terras devolutas), e junto a essas ações, também integraram outros projetos sociais no campo. As famílias relataram as demandas de estrada, escola e saúde, principalmente pela dificuldade de acesso à médico. Muitas famílias nunca haviam consultado com médicos, o cuidado com a saúde se dava principalmente pela medicina popular, religiosidade e saberes populares.

Posteriormente, foram realizados treinamentos de agentes comunitários de saúde para atuarem nos serviços ofertados, como: processo de triagem; aplicação de injetáveis; vacinação; realização de curativos; retirada de pontos cirúrgicos; cuidado com pacientes operados em cirurgia; treinamento de parto; urgência; acompanhamento às gestantes e no período puerpério. Estes profissionais foram qualificados com habilidades para suprir as dificuldades relacionadas a saúde no campo.

Entre 1982 e 1984 foi finalizada a obra do Mini Posto de Saúde no Quilombo João Surá. Uma parceria entre Secretária da Saúde e do Bem Estar Social; Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha; Governo do Paraná; Prefeitura Municipal de Adrianópolis e o Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural.

Interessante observar que no mesmo período ocorre a demarcação de terras devolutas; a implementação de algumas das demandas de saúde, escolas, estradas; a doação de sementes para produção e implementação de outras culturas agrícolas com o acompanhamento de equipes técnicas. Tudo se agrupando no movimento de modernização do campo.

Neste mesmo sentido, Lazzari e Souza (2017) alertam sobre o processo da revolução verde que vinha se estruturando no Brasil:

A aclamada modernização do campo fez com que pequenos produtores fossem expropriados, dando lugar aos moldes empresariais de organização da produção, garantindo que a divisão desigual de terras continuasse a ser efetiva, aumentando ainda mais as diferenças [...] A vida e a saúde das populações de baixa renda, grupos

sociais discriminados e localidades próximas são afetadas diretamente pelos danos ambientais que não são vistos pelo mundo globalizado gerador, dentre tantas injustiças, também da injustiça ambiental [...] além dos impactos sociais, a Revolução Verde trouxe inestimáveis impactos ambientais como a contaminação de alimentos, poluição de águas, desertificação do solo, desmatamento, surgimento de pragas cada vez mais resistentes a insumos químicos e a redução ou total desaparecimento das variedades de cultivo. (LAZZARI; SOUZA, 2017, p.05-07).

As autoras ajudam a entender que as ações desenvolvidas neste período, envolvendo educação, estradas, sementes e saúde no campo, estava sendo direcionado à construção de um projeto contrário ao que já se estabelecia nos territórios. O principal marco desta chegada nos quilombos se deu a partir dessas ações. Um desenvolvimento que degrada o ambiente e faz leva a evasão dos pequenos produtores e famílias camponesas. A burocracia para o acesso aos instrumentos agrícolas e financiamentos demonstra um modelo de “desenvolvimento” que aumenta a dependência do capital e o acúmulo de terras pelos latifúndios e grandes empresas multinacionais.

Ressaltam as autoras Lazzari e Souza (2017) que essa lógica de desenvolvimento no campo é pertencente ao pensamento ocidental que se universaliza. É importante frisar que este modelo é orientado por uma forma de cultura dominante. (LAZZARI; SOUZA, 2017)

As autoras continuam a análise de que a revolução verde foi acompanhada de um quadro de injustiça social sobre as famílias camponesas, de desenfreados impactos ambientais que modificaram ainda mais os modos de vida, e de adoecimento. Essas condições colaboraram com o quadro de vulnerabilidade socioambiental que existe hoje no campo, observando o legado da monocultura na longa extensão territorial. Há um efeito colateral junto às comunidades quilombolas, que mesmo com poucas famílias resistindo em pequenas extensões de terra, estão circundadas por uma biodiversidade deteriorada, vivendo sob um quadro social vulnerável, e de instabilidade financeira sob dependência do modelo capitalista. (LAZZARI; SOUZA, 2017).

Os autores Hoeller e Silva (2013) apontam que esse modelo de desenvolvimento para o campo segue a lógica da Revolução verde¹⁸, não possuindo qualquer interesse em considerar os modos de vida que as famílias quilombolas estabelecem em seus territórios (HOELLER; SILVA, 2013). De tal modo que “a uniformização e a monocultura sufocam e menosprezam os

¹⁸ A Revolução Verde foi a implantação de uma lógica tecnológica agrícola capitalista no campo por meio da monocultura, mecanização, insumos e adubos químicos, sementes híbridas, uso de agrotóxicos desestruturando toda concepção do sistema agrícola praticado pelos pequenos produtores do campo considerando esta como atrasada. (HOELLER; SILVA, 2013).

saberes que não geram lucro e dependência tecnológica.” (LAZZARI; SOUZA, 2017, p.15). Essa situação ainda é agravada pelo racismo institucional no caso dos quilombos.

A partir destas informações observa-se que a construção do Mini Posto de Saúde João Surá, realizada para o atendimento de uma demanda na localidade, é a parte social da implantação de um projeto que visa uma lógica de desenvolvimento econômico no campo.

Dentre os quilombos existentes no município de Adrianópolis, há os reconhecidos, como o caso de Córrego das Moças, Sete Barras, Porto Velho, Praia do Peixe, São João, Três Canais, João Surá, Córrego do Franco e Estreitinho, mas também os que ainda não são reconhecidos como Tatupeva, Bairro dos Roques e Mamonas. Destes, há um mini posto de saúde somente na comunidade quilombola João Surá (que atende além dela, as comunidades de Praia do Peixe e Mamonas), e, em Córrego do Franco (que atende além dela, as comunidades São João, Três Canais, Estreitinho, Pimenta, Descampado). Os demais quilombolas necessitam acessar as unidades de saúde mais próximas.

O mini posto de João Surá passou recentemente por reforma física e realiza atendimento semanal. Um integrante da comunidade relata em depoimento que:

Se a gente fazer uma comparação do posto de saúde de João Surá e relacionando a outras comunidades [...] assim, não dizendo que nós estamos totalmente atendido né pela saúde, mas pela questão de hoje, né [...] nós podemos dizer tendo acesso [...]. Uns com pouco mais atendimento, outros com pouco menos né [...]. Teve alguns prefeitos que abandonaram a saúde do povo, mas diante de alguns [...] teve assim uma preocupação com da relação da saúde das pessoas que estão dentro das área rural, então eu não sei por via liderança, e uma articulação pela comunidade [...] elas tiveram assim um atendimento [...], mas teve momentos que foi distanciado um pouco [...]. Não temos uma saúde boa de fato porque quando a gente precisava por exemplo da saúde bucal, você tivesse que dirigir a um especialista, tudo você tem pagar né e aí o pagamento pra nós condiciona por questão financeira que a gente tem aqui na comunidade, então nem todos tem um acompanhamento de saúde de fato. (Entrevista com S, integrante do Quilombo de João Surá, realizada em 15 de jun.2021).

Vale destacar que o Posto de Saúde Córrego do Franco, no quilombo Córrego do Franco encontra-se a uma distância de aproximadamente 124 quilômetros da sede do município e ficou 15 anos fechado. Reaberto, faz atendimentos quinzenais. O médico vai uma vez ao mês ao quilombo para consultas mais específicas. Devido à dificuldade de acesso ao Município de Adrianópolis, os deslocamentos para tratamentos são realizados para o estado de São Paulo (Pariquera-Açu, Registro, São Paulo e Santos), o que é burocrático e exige custo pessoal para a viagem. Recentemente, a prefeitura municipal de Adrianópolis tem disponibilizado um carro que contribui com o acesso dos quilombolas aos hospitais e instituições de saúde no estado do Paraná, mas ainda há situações em que precisam acessar outro estado.

O depoimento abaixo nos mostra as dificuldades ali existentes:

A estrutura do postinho nosso ele precisa ser passar por uma reforma urgente já praticamente não tem porta é interna, são só três peças né, três salinhas, duas, uma sala de enfermagem, outra de consulta do médico e a recepção na frente ali, os móveis são desde, tem mais de quarenta anos, estão se desmanchando de cupim, precisa passar por uma reforma urgente né, o telhado, virou caso de morcego é onde tem a maior concentração de morcego na comunidade ele tá concentrado dentro do telhado do postinho de saúde, tá, e por aí vai né, tem muita coisa para melhorar e o que a gente precisa é que o atendimento que seja pelo menos de quinze em quinze dias pra gente aqui tá, a gente precisa de várias outras coisas e não é só nós as outras comunidades [...] e o médico quando vem atender ele já atende no máximo 15 pessoas, isso também tem que ser mudado porque o como o atendimento que seria de quinze em quinze dias passa a ser mensal ele tem o por obrigação de atender todo mundo que tá ali para atender para ser atendido e ele não faz isso, atende só quinze pessoas, isso a gente tem que mudar também, tá, mas tamo lutando aí, vamos ver o que a gente consegue (Entrevista com T, integrante do Quilombo Córrego do Franco, realizada em 11 fev.2022).

Como comentado acima, a manutenção da saúde básica possui ainda muitos desafios a serem superados, mesmo em comunidades que já possuem a estrutura dos mini postos. Aos quilombos que ainda não possuem estruturas para atendimento básico à saúde nos territórios, é importante destacar que conforme Brasil (2017), existe uma Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, a qual se vincula à saúde quilombola.

Figura 9: Dia de atendimento médico no Mini Posto de Saúde João Surá.



Fonte: Fotografia de Lucilene da Rosa Pereira, 04 de março de 2021.

O Mini Posto de Saúde João Surá tem uma estrutura que compõe uma sala para recepção e para o procedimento da triagem com instrumentos básicos. Essa sala permite o acesso a uma área adaptada para aplicação de vacinas e para uma pequena sala onde se guardam medicamentos. Ainda, existe uma sala onde se realizam as consultas com o clínico geral, e outra

utilizada como consultório odontológico. Externamente, o mini posto possui um banheiro e uma pequena área externa com um banco de espera.

Considerando a questão da saúde como pauta coletiva dos quilombolas, é possível perceber avanços e retrocessos em relação ao seu acesso no campo. Para compreender essa questão, destacamos três pontos: a) A política pública e o papel do Estado em administrar o Sistema Único de Saúde (SUS), que conforme Menezes (2020) tem como a maioria de seus usuários a população negra; b) A força coletiva que desempenha o grupo comunitário organizado as reivindicações e demandas do território; e c) As dificuldades econômicas diante do sistema capitalista que faz com que a procura de tratamento de saúde seja apenas a partir de sintomas graves ou urgências.

3.2.2. A Equipe dos Profissionais da Saúde no Quilombo João Surá

Os quilombos João Surá, Praia do Peixe e Mamonas são atendidos pela equipe de atenção básica de saúde. Fazem parte dela: o médico clínico geral; o cirurgião-dentista, enfermeiros, técnico de enfermagem, a agente comunitário de saúde, e o motorista da condução. Para além das consultas e atendimentos, a equipe realiza a entrega de medicamentos prescritos para o tratamento da hipertensão, diabetes, colesterol entre outros, e também realiza a aferição de pressão arterial, visitas domiciliares a pacientes idosos ou acamados, bem como exames preventivos para as mulheres ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O atendimento é realizado semanalmente, todas as quintas feiras pela manhã quando a equipe se desloca até unidade de saúde. Devido à distância, os integrantes do Quilombo Mamonas acabam se deslocando para uma Unidade Básica de Saúde mais próxima, no bairro Porto Novo, a qual o Mini Posto de Saúde João Surá faz parte.

O agente comunitário de saúde tem uma intervenção essencial na saúde das famílias quilombolas. Muitas vezes é considerado o único meio de contato entre os quilombolas com serviços e estruturas de saúde nesses locais. Estes agentes conhecem a realidade, a cultura, os conflitos sociais e as áreas de risco que afetam a saúde e qualidade de vida. Contribui com as pessoas por meio das visitas domiciliares, auxílio no agendamento de exames, cadastro de famílias, além do trabalho educativo em saúde e prevenção de doenças ocorrendo de maneira integrada à equipe dos profissionais de saúde. O depoimento que segue abaixo é da quilombola e agente comunitária de saúde e relata algumas das dificuldades e desafios enfrentados:

Campanha de vacinação e tratamento são acompanhados [...] depende algumas regularmente, outros quando necessário [...]. Não temos atendimento pediátrico e ginecológico. Na parte de ginecologia é realizado o exame preventivo somente, para

atendimento pediátrico tem que ir na sede [...] até a cidade. (Entrevista com U, integrante do Quilombo João Surá e agente de saúde, realizada em 10 ago.2022).

O depoimento ainda cita as motivações pelas quais as famílias procuram as consultas médicas e acompanhamento próximo da equipe de saúde, informando que existe consultas regulares e outras que procuram em casos de algum sintoma ou desconforto. Para atendimentos específicos como as gestantes, puérperas, ou acompanhamento de pediatra, são realizados na sede do município, o que exigem transporte e um custo financeiro de cerca de duzentos reais para deslocamento para aqueles e aquelas que não possuem condução própria. Esses casos acontecem geralmente em consultas específicas com outros profissionais, quando não há atendimento médico no Mini Posto de Saúde João Surá, ou em períodos de feriados, finais de semana e recessos. Recentemente foi implementado um serviço de emergência com o deslocamento de ambulância ou condução para transportar os usuários do campo até Adrianópolis em casos urgentes.

Por fim, destaca-se que não é oferecido ou possibilitada a formação ou treinamento específico para o trabalho com a população negra ou do campo. A dificuldade de deslocamento devido à distância, interfere diretamente na formação e capacitação profissional dos agentes que vivem no campo, pois estas são realizadas na sede do município. Neste sentido, o agente comunitário de saúde considera como fator importante a relação com as famílias mantendo o respeito aos saberes tradicionais da medicina popular e as formas de cuidado.

Reconhecendo a valorização do trabalho desses profissionais na atenção básica de saúde, é importante destacar que houve conquistas, mas que também os desafios e dificuldades enfrentados diariamente podem ser superados a partir das reivindicações comunitárias. Os avanços na política para o atendimento básico de saúde para o campo estão caminhando em pequenos passos, mas necessita de um olhar mais atento frente a realidade da saúde da população negra que mora no campo.

3.2.3. O Acesso da População Negra do Campo às Instituições e Estruturas da Saúde

Em tempos de chuva, num solo com indícios de erosão, as árvores de pinus plantadas do lado da estrada principal para a comunidade quilombola João Surá, caem. Os galhos quebram facilmente e caem perto ou na própria estrada interrompendo o trânsito das conduções na estrada. Há uma grande preocupação sobre o deslocamento das pessoas que precisam sair de madrugada para conseguir a tempo alcançar o transporte de saúde do município de Adrianópolis que transporta pacientes para cidades como Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Curitiba,

entre outras. Já houve casos de perda ou atrasos nos horários das consultas. A demanda na procura de serviços de saúde no sistema de saúde em outros municípios está determinada pelo acesso que os quilombolas têm nas instituições e estruturas da saúde em seu território.

Para compreender melhor o acesso às instituições e estruturas de saúde pela população quilombola do campo, fizemos uma pesquisa de campo com a participação de 30 moradores, dos quais, 24 de João Surá e 06 de Mamonas. Esta pesquisa ocorreu no mês de setembro de 2020, e teve como base duas principais perguntas: 01) Em sua vivência quando precisou de algum serviço de saúde, já teve alguma experiência negativa ou dificuldade de acesso sobre o atendimento prestado na saúde? Comente; 02) Com base nas suas vivências na comunidade, os serviços de saúde prestado no posto local e na sede municipal são bem atendidos? Quais são os principais desafios e potenciais.

Com base nas respostas e depoimentos, destacamos a seguir alguns pontos de maior relevância.

- a) Dificuldades no deslocamento e distância: A procura do serviço especializado requer deslocamento para regiões mais distantes. Ocorrem situações de quilombolas irem até a unidade básica de saúde e não conseguir atendimento por falta de médico. Os hospitais mais próximos ficam há aproximadamente duzentos quilômetros de distância. As condições de estradas escorregadia em dias de chuva impossibilitam a vinda semanal da equipe de saúde, resultando em perdas de consultas, atrasos nos atendimentos, e situações parcialmente resolvidas. Isto exige manutenção regular das estradas. Os depoimentos destacam a necessidade de possuir um carro para deslocamento das pessoas para tratamento de saúde quando não há atendimento médico no Quilombo. Há casos por exemplo da necessidade de realizar hemograma mensal em pacientes. Aliado a isso, é importante destacar que atualmente possuem um número mais expressivo de pessoas idosas, e em casos de doenças e acidentes requerem acompanhamento contínuo. Em algumas situações, estes idosos ficam em casas de parentes e amigos na área urbana para a realização de tratamento, o que requer recursos financeiros.
- b) O papel da Associação de Moradores dos Remanescentes de Quilombo João Surá e da reivindicação coletiva pelo direito à saúde: A entidade é apontada como o principal espaço de reivindicação de autonomia das famílias de João Surá para as demandas dos serviços de saúde, bem como a manutenção de seu cumprimento. Representa a resistência quilombola que compreendeu a importância da organização coletiva para lutar pelo acesso aos direitos básicos no território. Vejamos o depoimento abaixo:

80% melhorou em vista de alguns anos atrás [...] olhando hoje e como era antigamente tá melhor, porque as vezes faltava remédio, porque as vezes não tinha médico. É atendimento muito ruim, muita gente sofreu dificuldade [...] o atendimento até que tá sendo mais o menos porque eles tão atendendo [...] meu ponto de vista eu vejo que eles não tão faltando com a responsabilidade deles [...] tem que lutar para que consiga é melhorar mais ainda [...] quando houve um imprevisto o médico não pode vim atende, seria óbvio que eles colocasse outro [...]. Sou responsável por representar a comunidade nas reunião da saúde mas eu ainda nunca fui convocada pra participar dessa reunião pra apresentar a nossa comunidade [...]. Uma ferramenta que nós temos em mãos porque é através da associação que conseguimos [...] médico no nosso posto [...] com força da associação [...] conversar pessoalmente com eles né, então a gente conseguiu [...]. Então, associação é uma grande importância que nós temos em mãos e nós deveremos cuidar bem porque é uma ferramenta que a gente tem né pra nos ajudar [...] conseguir através de luta, consegui nosso direito né realizado. (Entrevista com P, integrante do Quilombo João Surá, realizada em 23.fev.2022).

Este depoimento contribui para compreendermos o processo organizativo dos quilombolas na luta pelo acesso aos serviços de saúde dentro do território. Analisa que houve melhorias com a vinda da equipe de saúde, o que anos atrás foi pauta de enfrentamentos, contudo destaca que é importante avançar com a participação concreta dos representantes das comunidades para conseguir levar as demandas da saúde e acompanhar o que vem sendo planejado em diálogo contínuo. Neste sentido, o papel da Associação de Moradores dos Remanescentes de Quilombo João Surá na defesa pelos direitos é essencial. Movida pela coletividade e organização social comunitária é uma ferramenta que empodera politicamente a voz da realidade quilombola.

- c) Sobre a falta de estrutura básica para atendimento médico nas comunidades: A estrutura física é considerada bem limitante. O espaço é pequeno para atendimento semanal realizado apenas pela manhã. É pouco o tempo da consulta, e ainda nos dias de visitas domiciliares nas casas, o tempo para as consultas é ainda menor, o que implica em muitas vezes não conseguir atendimento e precisar retornar posteriormente ou se deslocar para a unidade básica na sede do município. É necessário ter mais profissionais da saúde direto no quilombo, mais equipamentos adequados para realização das consultas, e também mais vindas da equipe de saúde durante a semana.
- d) Sobre as vivências negativas no acesso à saúde: Falta atendimentos de profissionais, como por exemplo, ginecologista e psicólogo. Também, fizeram parte dos relatos a negação de atendimento médico, a demora de atendimento nas consultas, e também casos de atrasos no agendamento de exames que decorreram em perda de consultas. Essas ocorrências de não atendimento médico fazem com que necessite o deslocamento para unidades mais distantes, gerando frustração e custo financeiro.

e) Falta de conhecimento dos profissionais sobre a saúde da população negra: É necessário a formação e preparo dos profissionais que trabalhem com a saúde integral dos povos negros do campo, reconhecendo e respeitando a realidade. O atendimento às pessoas que se deslocam dos bairros para conseguir atendimento na sede recebem uma abordagem padronizada de uma saúde urbanizada. Assim, é essencial o debate sobre as políticas de saúde específicas para a população negra e do campo.

Por último, é importante destacar a existência da íntima conexão entre racismo e o reconhecimento da saúde das populações negras. Vejamos abaixo um depoimento veiculado no documentário Mulheres em Luta (WERNECK, 2018):

As pessoas não se queixam diretamente, as pessoas dizem que é bom, mas porque dizem que é bom a pesquisa, eu imagino duas ou três razões, é bom ter sido atendido, então se foi atendido isso é bom, e a pessoa não tem um termo de comparação de qual é o padrão ouro né, qual é o a qualidade, foi atendido, recebeu uma medicação, pediu um exame, então parece que foi bom, diz que foi bom também porque tem medo, tem medo porque vai se eu disser que não foi vão me tratar mal, é, o serviço de saúde recebe as pessoas no seu momento de maior fragilidade então não é fácil você avaliar com coragem né pra dizer não, aquela enfermeira, aquele guarda, aquela técnica, aquela enfermeira, aquela médica [...] me trataram muito mal, porque tratam [...] (WERNECK, Jurema. Canal documentário Youtube Mulheres de luta, 2018).

A citação acima evidencia que o racismo é estrutural baseado numa ideologia de inferiorização dos grupos específicos étnicos/raciais para manutenção do próprio sistema capitalista brasileiro racista que estabelece concentração de poder econômico e político. Também é importante destacar que o racismo é institucional pois acontece dentro das instituições de serviços de saúde, e sua manutenção dificulta e retira o acesso à saúde.

Seguindo a análise das informações obtidas no trabalho de campo, optamos por seguir, ainda em setembro de 2020, as entrevistas/questionário com mais uma questão específica sobre a discriminação racial. Nesse sentido a terceira pergunta foi: Em sua vivência quando precisou de algum serviço de saúde, já sofreu ou presenciou alguma forma de discriminação, preconceito ou racismo? Como foi? Gostaria de comentar?

Como respostas tivemos a participação de 16 moradores de João Surá, e 06 de Mamonas, totalizando 22 participantes. Destes, 15 negaram ter presenciado ou sofrido de forma breve alguma situação de racismo, mas 7 integrantes afirmaram já terem presenciado ou sofrido formas de discriminação no acesso à saúde.

Foram relatados casos de retorno das pessoas com dores para casa depois de procurar as instituições de saúde por não conseguirem ter o problema resolvido; recusar atendimento de emergência e urgência; a necessidade de adotar uma posição crítica solicitando explicação para

conseguir se atendido na maioria das vezes ou para conseguir possuir informação sobre o seu quadro de saúde pelos profissionais; caso de assédio em situação vulnerabilidade; deslocar até a unidade de saúde no caso de urgência e emergência e não possuir o médico de plantão no local; o constrangimento nos comentários sobre os aspectos físicos corporal e formas de tratamentos do usuário no acesso ao serviço de saúde e o reconhecimento do preconceito é institucionalizado. Em seguida é apresentado no relato a experiência de uma filha que levou seu pai que estava na roça e teve que ser levado para a unidade básica de saúde devido o caso de emergência.

[...] uma época [...] o pai sofreu um desmaio aqui [...] minha mãe levou ele [...] sofreu desmaio lá na roça[...] levou ele né, cheguelo lá na Colônia eu vi que ele tava todo sujo assim né [...] no momento nem passou pela minha cabeça de troca a roupa dele [...] foi chamado o médico o médico foi lá simplesmente olhou pra ele assim e falou [...] depois que vocês darem um banho nele e troca de roupa eu atendo ele, sabe bem dessa forma assim, então eu me senti discriminada, decepcionada ah sabe, não faz ideia assim o a o ódio que eu tive naquele momento assim, eu sabia que era discriminação e tudo e aí o que eu fiz, troquei uma roupa no meu pai né, aí a enfermeira chamou ele de volta ele foi lá atendeu com maior mau gosto assim sabe e foi assim. Infelizmente nós pretos sofremo né, uns pela cor, outros pela gordura, por alguma deficiência que a gente tem, já passei por várias discriminações pela cor, pelo corpo, pela deficiência né, porque [...] se for para contar pra você todos os descasos que eu já recebi na saúde [...] você vê que a pessoa tá te tratando daquele jeito porque você é de cor, porque você é gordo né, não só na saúde [...] por isso eu fiz o propósito de me formar na saúde, pra mim ser uma profissional de saúde pra não deixar meus familiares sofrer[...] não estou sendo remunerada em nada mais aquele que precisar de mim eu vou ajudar [...] (Entrevista com V, integrante do Quilombo João Surá, realizada em 21.jul.2020).

O relato da entrevistada remete ao processo discriminatório no qual as pessoas negras são vitimizadas. Segundo o autor Almeida (2019) a discriminação direta pelo ato de recusa do médico no atendimento de saúde ao indivíduo negro que contribui para o conjunto de condutas discriminatórias que atinge o grupo étnico em função da raça. As várias experiências de discriminação enfrentadas, inclusive para além da questão racial, necessitam ser enfrentados. Conclui a entrevistada: “[...] imagino que muitos aqui na comunidade já foram vítimas e talvez não tinham noção do crime ou até assédio e não fez nada a respeito do mesmo sofrido [...]”. (Entrevista com “X”, integrante do Quilombo João Surá, realizada em 10.ago.2020)

Um dos determinantes sociais da saúde que afeta principalmente a vida das pessoas negras é o racismo institucional, e se manifesta nas ações de preconceito, estereótipos raciais, e atendimentos que visam desfavorecer ou aumentar a vulnerabilidade da saúde da população negra. Esta vulnerabilidade no acesso dos quilombolas à saúde é racismo institucional e impacta na qualidade de vida, nos locais onde vivem, no trabalho e na alimentação. (BRASIL, 2017).

3.3 O Sistema Único de Saúde, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e a pandemia de COVID-19

Falar sobre o acesso à saúde da população negra no Brasil é falar sobre o Sistema Único de Saúde (SUS). Conforme Ehmann (2020), os negros são aproximadamente 67% dos usuários que acessam o sistema e na maioria dos casos é o único meio de ingresso aos serviços básicos e especializados. Ameaçado pelas privatizações e diminuição no investimento, a população que depende dos serviços oferecidos pelo SUS de forma gratuita fica também ameaçada quanto ao acesso à saúde em todos os níveis. É importante também destacar que as dificuldades enfrentadas pela população negra no SUS precisam ser contextualizadas e trabalhadas para o avanço da promoção de saúde deste sistema. (EHMANN, 2020).

Na pesquisa de campo que realizamos, uma das questões buscava fazer o levantamento sobre o acesso ao SUS nas comunidades quilombolas no Vale do Ribeira. A quarta pergunta de nosso questionário era: Você, quando vai se consultar no médico, geralmente é pelo SUS ou particular? Como avalia o atendimento oferecido? Um total de 30 moradores participou com depoimentos. Destes, 24 do Quilombo João Surá; 01 da Comunidade Praia do Peixe, e 05 de Mamonas.

Deste total de participantes, 25 pessoas declararam utilizar o SUS como único meio de acesso à saúde, desde as consultas básicas até especialistas. Apenas 5 pessoas declaram que utilizam o SUS e saúde privada (planos de saúde ou consulta paga com especialista). Nenhum participante declarou utilizar somente o particular o sistema privado. Com esses resultados, percebe-se que todos acessam o SUS, e com relação aos que utilizam sistema privado, declararam que o fazem em casos de urgência, emergência ou demora nos encaminhamentos do SUS, o que seria uma opção mais rápida e não uma escolha. A maioria cita que é bem atendido pelos profissionais da saúde pública.

A quinta pergunta de nossa pesquisa de campo buscava focar na realização de exames, descrita da seguinte forma: E a realização de exames, geralmente pelo SUS, ou faz pelo particular? Por quê? Como é o atendimento? Explique. Dos mesmos participantes da pergunta anterior 22 apontaram que realizam pelo SUS como único meio de acesso, 07 pessoas declaram que utilizam o SUS e o sistema privado (planos de saúde ou sem plano), e apenas 01 declara utilizar somente o meio particular.

A grande maioria utiliza o SUS para a realização de exames solicitados. Ao mesmo tempo destacam também a demora nos encaminhamentos ou a dificuldade financeira para acessar o sistema privado. Os que precisam acessar o sistema privado para a realização de exames alegam

também ser uma opção e não uma escolha. Opção que é definida pela demora no SUS ou mesmo para possuir mais informações sobre o quadro clínico. Dos entrevistados, apenas uma pessoa acessa sistema privado por meio de plano de saúde.

A minoria que declara utilizar exames ou consultas particulares possuem vínculo empregatício ou são aposentados, ou seja, que possuem uma pequena renda financeira mensal para pagar exames ou consultas. O SUS para todos é o principal meio de entrada nos serviços de saúde, e a maioria das pessoas que declararam acessá-lo defendem sua importância e seu caráter indispensável para promover uma variedade de serviços de qualidade. Ainda que reconheçam que são muitos desafios enfrentados e que precisam ser superados. Para a população negra é essencial fortalecer o SUS de qualidade e com equidade para todo o território brasileiro como afirma a entrevistada integrante y do Quilombo João Surá, realizada em 17, ago. 2020 “eu defendo o SUS porque ele ajuda muito e é direito de todos.”

Desde a leitura de Brasil (2017), observamos que em 2009 pela portaria nº 992, de 13 de maio de 2009 foi instituída a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN). Ela tem como missão fortalecer a transversalidade, a organização das ações, planejamento e promoção específicas para a saúde da população negra, reforçando o direito pelo acesso integral à saúde (BRASIL, 2017). Mas por que é necessário fortalecer a saúde do grupo específico de negros no SUS?

Analisa Brasil (2017) que a PNSIPN tem como principal evidência o reconhecimento que o racismo institucional e as desigualdades étnico raciais determinam as condições de acesso à saúde e a iniquidade na saúde. Um de seus objetivos específicos é a garantia e a ampliação do acesso da população quilombola à saúde em todas as esferas, identificando suas demandas para planejamento das ações como parte de uma política integrante do SUS. (BRASIL, 2017).

A sexta pergunta de nossa pesquisa de campo, buscava perceber se os quilombolas do Vale do Ribeira tinham conhecimento desta política. A questão era descrita da seguinte forma: Você conhece ou já ouviu falar sobre a Política nacional de saúde integral da população negra (PNSIPN)? Já foi discutido em alguma reunião, palestra com a comunidade ou outro espaço? O que sabe? Comente.

Para esta pergunta tivemos a participação de 37 moradores, sendo que destes, 31 são da Comunidade Quilombola João Surá e 06 de Mamonas. Com as respostas obtidas, pudemos agrupar em quatro categorias, as quais descrevemos abaixo:

a) Os que conhecem: foram apenas 7 pessoas, sendo a maioria mulheres (04) e 03 homens.

A maioria são lideranças comunitárias que tiveram o conhecimento participando de

reuniões e encontros que discutem as questões da população negra, como por exemplo, os encontros da Rede de Mulheres Negras - PR¹⁹.

- b) Os que já ouviram falar: são novamente a maioria as mulheres (03) e 02 homens, totalizando 05 pessoas. A maioria são jovens que participaram de reuniões ou eventos. Entre os doze (12) participantes que conhecem ou já ouviram falar sobre a PNSIPN, identificamos que estes conhecimentos estão sendo trabalhados de forma mais presente em organizações sociais sem fins lucrativos contribuindo num processo de reconhecimento e implementação das políticas públicas em saúde, bem como para contribuir com o empoderamento da população negra. Um trabalho feito principalmente com lideranças jovens quilombolas. Identificamos também nas respostas que o conhecimento da PNSIPN é essencial para a fiscalização crítica da saúde, mas também que é imprescindível que seja trabalhado também pelas instituições de promoção à saúde para estabelecer um diálogo com a população negra na transformação da realidade local.
- c) Os que não conhecem: Foram 06 mulheres e 06 homens, sendo 12 pessoas. A maioria adultos de até 55 anos e alguns jovens. É um grupo expressivo de pessoas que afirmam não possuir conhecimento algum sobre o tema PNSIPN. Isso mostra os indícios da estrutura social eurocêntrica, onde mesmo reconhecendo as dificuldades do acesso à saúde, seus desafios e demandas, ainda falta o conhecimento de uma política que assegure o direito específico da população negra à saúde.
- d) Não responderam: Foram 07 mulheres e 06 homens, sendo 13 pessoas. A maioria são adultos de até 58 anos e alguns jovens. Aqui identificamos que emerge a necessidade informativa sobre este tema nos quilombos, pois a falta de discussão sobre o tema contribui com a falta de fiscalização do que vem acontecendo na saúde.

Ao somar com as categorias “c” (não conhecem) e “d” (não responderam), observamos que somam 25 pessoas, o que é uma quantidade muito elevada em relação às 12 pessoas dos que conhecem ou já ouviram.

¹⁹ Segundo a RMN-PR (2022) é uma organização formada por mulheres negras que possui objetivo do empoderamento das mulheres negras a partir do debate das principais pautas saúde, cultura, trabalho, política com base no contexto sócio-político da população negra atrelado ao compromisso de reivindicar e contribuir com a implementação de políticas públicas que sejam específicas na realidade do povo negro. RMN-PR. **Rede Mulheres Negras: quem somos**. Curitiba: *online*, 2022. Disponível em <https://rmnpr.org.br/> . Acesso em 13 fev.2022.

Ressaltamos aqui que discutir o tema da saúde tem um papel educativo junto à comunidade. Como, por exemplo, a importância da circulação de informações para prevenção dos problemas de saúde, considerando as especificidades dos grupos populacionais, é fundamental para colocar o tema da saúde para além da centralidade da doença. Também, a importância de se saber as principais doenças que prevalecem na população negra; ou ainda, que as pessoas que mais utilizam o Sistema Único de Saúde são negras; ou que determinação do contexto político e socioeconômico determina o quadro de iniquidade na saúde para a população vulnerabilizada.

Recentemente, a crise mundial em saúde pública com a detecção de um novo vírus (Coronavírus conhecido como SARS-CoV-2), desvelou as fragilidades do sistema público de saúde na medida em que se restringem as políticas públicas. Segundo a Organização Pan Americana da Saúde – OPAS, seu aparecimento foi em 2019 na cidade de Wuhan na China. O vírus no corpo humano manifesta-se desde resfriados comuns até problemas de saúde mais graves. Com o processo de globalização, o vírus espalhou-se rapidamente por toda extensão dos continentes, e foi declarado Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, o que exigiu o desdobramento de ações de prevenção ou redução da propagação e aumento de casos. A pandemia de COVID-19 desencadeou várias medidas governamentais. (OPAS, 2022).

A situação pandêmica de COVID-19 agravou e desvelou a situação de vulnerabilidade e iniquidades social na saúde no Brasil. Conforme apresentado por Solar e Yrwin (2010), a saúde pública é determinada por um agrupamento de condições que vão desde o contexto político e socioeconômico até a posição socioeconômica de grupos como classe social, gênero e etnia, mediando assim as condições de materiais, biológicas e psicossociais de vida (SOLAR; YRWIN, 2010). O problema da saúde na sociedade capitalista emerge da determinação econômica e social que se baseia na mercantilização da vida humana e da natureza.

Assim, os efeitos da pandemia de COVID-19 mais incidiram nas populações mais expostas à vulnerabilidade social existente. Segundo as instituições CONAQ e ISA (2022) com dados atualizados em 12/01/2022, somaram-se 5.666 casos confirmados e 301 casos de óbitos nos quilombos brasileiros. Essas informações foram coletadas pelo Observatório da Covid-19 nos Quilombos. O monitoramento independente na plataforma digital Quilombo sem Covid-19 é realizado pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e Instituto Socioambiental (ISA), e desvelou a vulnerabilidade social em saúde nos quilombos, bem como a negligência e desconhecimento das informações sobre os quilombos pelo estado brasileiro. (CONAQ; ISA, 2022).

Reconhecendo a negligência política pandemia de covid-19, as instituições e lideranças quilombolas organizaram o parecer Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, a ADPF 742, que denuncia a vulnerabilidade nos quilombos e exige medidas de proteção aos quilombolas, inclusive com a entrada dos quilombolas no grupo prioritário no processo de imunização. (CONAQ, 2021).

O processo de imunização nos Quilombos João Surá, Praia do Peixe e Mamonas, foi realizado na medida em que iniciaram os trabalhos de campo para levantamento de dados sobre a saúde da população negra. Foram realizadas reuniões orientadas pela CONAQ, pela Federação Estadual das Comunidades Quilombolas do Paraná (Fecoqui), por lideranças quilombolas, e outros órgãos. E diante dessas articulações demandou um processo organizativo dos próprios quilombolas. E relato abaixo demonstra como foi esse processo:

[...] a gente conseguiu entender no plano de vacinação é eles estavam com os dados desatualizados no sistema [...] precisava de uma revisão de número de pessoas [...] eu entrei nessa comissão né, o trabalho já estava sendo organizado aqui dentro da Associação [...] Trouxe pra dentro do levantamento de João Surá outras comunidades que também recebiam atendimento médico aqui [...] ficando João Surá, Praia do Peixe e Mamonas[...] esse processo de organizar os dados e entrá em contato né com a nossa secretaria de saúde, é, a gente consegue é, perceber que as outras comunidades, elas é, não estavam conseguindo seguir o ritmo de organização do processo de sistematizar esses dados[...] Um diferença que teve aqui em João Surá né, a nossa agente de saúde, ela é uma pessoa aqui da própria comunidade, já dentro das outras comunidades que tem dentro da área de Adrianópolis é as agentes elas não eram pessoas da comunidade né, ou seja é o levantamento era pra ser feito por lideranças [...] Algumas comunidades não tinha acesso a computadores pra fazer planilha, pra organizar todos esses dados dentro da planilha e foi aí que a gente começou a fazer uma força tarefa pra se ajudar né [...]. Foi importante essa organização social com os movimentos que estavam trabalhando em prol da vacina a gente também teve que fazer a organização de base dentro da comunidade [...]. A minha preocupação com a desinformação dos nossos quilombolas que estão lá nas periferias [...]. (Entrevista com P, integrante do Quilombo João Surá, realizada em 11.fev. 2022).

Além das reuniões com a coordenação e organizações sociais, a entrevistada conta que foi organizada uma comissão local de três pessoas representando a Associação de Moradores para realizar o levantamento de dados do quilombo e sistematizar em documento digitalizado as informações quantitativas para o processo de imunização. Com isto se percebe que foi necessário fazer um trabalho de campo para colher as informações atuais, pois os dados da saúde dos quilombolas estavam desatualizados.

Quando analisadas a ocorrência do levantamento de dados em outros quilombos do município, se percebe algumas dificuldades. Os agentes comunitários de saúde não eram desses quilombos, então, as lideranças assumiram o levantamento de dados devido às precariedades existentes. A dificuldade de acesso à internet e computador dificultou a tarefa do levantamento,

mas houve a contribuição de outros quilombos se entreaduando no processo para que todos conseguissem ser registrados na lista para receber a vacina. Quanto aos casos de quilombolas que moram nas regiões periféricas das cidades, o processo de imunização foi feito pela classificação de idade com a população em geral. A desinformação sobre seus direitos adquiridos falou mais alto.

Ao analisar o processo dessas ações, o depoimento abaixo relata que:

[...] quando o plano de vacinação ele é organizado já vem desconsiderando o nosso reais dados desde a estrutura lá de cima [...] o povo negro [...] sendo invisibilizado [...] Houve sim um preconceito com essa questão di organizar e respeitar é a categoria di pessoas, a gente conseguiu um direito mas esse direito não estava bem estruturado e organizado para a gente ser contemplado com para efetivar nossos direitos né de ser vacinado [...] ou seja isso retarda o processo de vacinação [...] Acessar a própria saúde, o desafio nosso é o acesso a saúde [...] para efetivar consultas mas também acessar informações, né, por exemplo a gente conseguiu compartilhar informações que a gente estava num processo de contato direto, não com a própria saúde mas através da organizações sociais [...] formação pros quilombos, a gente precisa de muitas formações porque a gente precisa ter autonomia, a gente precisa ocupar vários estruturas, seja educação, seja saúde, seja organizar uma produção de alimentos mais saudável e autonomia né porque esses espaços aí a gente precisa ocupar pra poder trazer melhor organização pra dentro das nossas categorias [...] (Entrevista com P, integrante do Quilombo João Surá, realizada em 11.fev. 2022).

A partir das palavras do entrevistado, verificamos sua análise ampla sobre o processo de imunização a partir das dificuldades enfrentadas pelos quilombolas para concretização do direito. Embora as estruturas de serviços de saúde de todas esferas existam em atuação, é preciso qualifica-las para o reconhecimento das realidades específicas dos territórios quilombolas, pois se não, o próprio acesso à saúde acaba sendo limitado ou até mesmo negligenciado. É importante ressaltar que organização social nesses processos é essencial, e contribui par romper com a estrutura capitalista racista da sociedade brasileira.

Como parte da pesquisa de campo, ainda destacamos mais três questões que fizeram parte da entrevista/questionário. Foram elas: Pergunta 07) Durante a pandemia, está fazendo quarentena? Como está sendo para você e sua família? Pergunta 08) Tem utilizado máscara, álcool em gel, fazendo o isolamento social e outros cuidados com a saúde? Se sim, tem alguma experiência vivenciada que deseja contar? E, pergunta 09) Quais são as principais medidas que você e sua família estão tomando em relação à prevenção do COVID-19? E na sua comunidade?

Responderam essas questões 21 moradores, dos quais 15 são integrantes da Comunidade João Surá e 06 de Mamonas. Para a análise dos dados obtidos, sistematizamos a partir de três subtemas: a) isolamento social; b) medidas de proteção; c) relações sociais.

Quanto ao isolamento social, destacamos as seguintes respostas: familiares que moram na cidade mantiveram distanciamento dos familiares do quilombo do campo; quilombolas

evitaram deslocamento para fora de casa ou da propriedade; as relações pessoais mudaram pois os costumes eram de estar sempre reunido, seja em visitas, reuniões e festejos; as saídas da casa ou do quilombo foram para resolver situações graves ou pela necessidade de trabalhar; as crianças quase não saiam com seus pais, só em casos emergenciais; os jovens praticaram lazer e jogos em casa; os quilombolas evitaram viagens para as cidades; dedicaram um tempo maior nas roças e quintais para a produção de alimentos saudáveis; auxiliaram os filhos nos estudos e trabalhos online; a união entre as famílias aumentou neste processo; houve casos de pessoas externas que visitaram as casas do quilombolas.

Nas respostas sobre o isolamento social destacamos as mudanças com relação aos costumes do convívio social das famílias. Percebemos que adotaram essas medidas como meio de prevenção da doença. O deslocamento para resolver as situações externas que causavam maior preocupação, considerando que os quilombos ficam em área geográfica mais afastadas das áreas urbanizadas, onde havia alta taxa de propagação do vírus. Mas ao mesmo tempo, houve a entrada e passagem de pessoas externas ao quilombo para vender ou para visitas.

Quanto às medidas de proteção, se fizeram no cumprimento das normas estabelecidas pelo serviço de saúde, como o uso de máscaras, álcool em gel para limpeza das compras dos mercados, e a lavagem das mãos com água e sabão para proteger a si mesmo e ao próximo. Ainda, tanto em João Surá como em Mamonas, houve ação de mulheres costureiras que fizeram máscaras de proteção individual de pano. A igreja e as orações coletivas presenciais foram canceladas com os aumentos de casos. A Associação de Moradores fez a instalação de placas nos limites próximos da estrada, nas entradas e saídas do quilombo, proibindo a circulação de pessoas externas, ainda os grupos de oração mobilizaram por meio das redes sociais a realização de orações individuais em suas casas.

Vemos que essas ações foram desencadeadas com as orientações informativas dos serviços de saúde para com a população, seja na divulgação dos boletins epidemiológicos do município pelas redes sociais e internet, ou das notícias entre os próprios moradores mantendo a comunicação coletiva, ou ainda através da televisão e rádio. As informações e notícias também circularam através dos próprios profissionais de saúde, e também a partir da organização social local, buscando articular estratégias de controle do vírus nos quilombos.

Quanto às relações sociais nos quilombos durante o período pandêmico, foram paralisadas as práticas educativas, religiosas e culturais, as reuniões, comemorações e bailes que se realizavam nas estruturas físicas das escolas, igrejas e barracão comunitário. Também

foram suspensas as reuniões nas casas das famílias que recebem rituais de práticas religiosas como bandeira do divino, romaria de São Gonçalo e terços.

Os estudantes que passaram a realizar atividades educativas online. As reuniões ocorreram online, o que é visto por muitos como melhoria para que as pessoas consigam estar participando remotamente desde suas casas. Contudo, a maioria das pessoas dos quilombos não conseguiram participar pela falta ou instabilidade de sinal de internet, ou ainda não possuir conhecimento sobre os aparelhos e tecnologia. A principal dificuldade nas relações sociais dentro dos quilombos, foi pela questão do parentesco, o não uso de máscaras, e os cuidados entre os quilombolas.

Embora reconhecemos que foi desafiante para a sociedade essas mudanças nas relações sociais, na área geográfica do quilombo, onde os laços familiares próximos são expressados justamente nos espaços de convivência coletiva, foi e ainda é um grande desafio diante as restrições que a pandemia COVID-19 ainda exige. Vejamos o relato abaixo.

[...] quando eu positivar automaticamente vai ser um esquema de dominó [...] por ser uma comunidade pequena [...] Quando um testa positivo infelizmente é uma preocupação muito grande de todos [...] evita de fazer o deslocamento [...] quando é dia médico na comunidade, mas quando não é dia a gente precisa fazer esse deslocamento aí de 53 quilômetros de estrada de chão, nem todos né tem seu veículo próprio, ou seja precisa de pagar alguém pra estar fazendo esse deslocamento [...] depois que a pessoa positiva né, aí vai ter assistência de atendimento ao com os profissionais de saúde né que ele vem até a casa da pessoa, faz o deslocamento se necessário para a unidade de saúde através da ambulância, mas a nossa preocupação é o pré indícios de infecção e não pós né, infectado (Entrevista com P, integrante do Quilombo João Surá, realizada em 11.fev. 2022).

A citação acima registra algumas das dificuldades diante de casos positivados nos quilombos. Atualmente as medidas de proteção estão mais flexibilizadas com isso as relações sociais aumentaram e com surgimento de casos causa uma tensão geral entre as famílias. A maioria dos quilombolas de João Surá, Praia do Peixe e Mamonas foram vacinados estando em fase de recebimento das doses de reforço. O relato também reconhece a importância da vacinação pelas famílias, que em memória lembram que a doença malária ou maleita matou família inteiras no campo, e que a vacinação contribuiu para diminuição das fatalidades. Os anciões que viveram naquela época ressaltam a importância da vacinação nesse período pandêmico atual.

Neste sentido, destacamos a importância do aumento do trabalho educativo em saúde com bases no compartilhamento de informações com os quilombolas, seja da COVID-19, seja de outras doenças. Também sobre as medidas de prevenção para que sejam efetivadas com base

na proteção da vida e não em prol do capital. Por último, destacamos que emerge a necessidade de que políticas públicas específicas para a população negras sejam efetivadas na prática.

3.4 Saúde e Alimentação Saudável no Território Quilombola

Como parte do reconhecimento da realidade e dos desafios enfrentados na saúde da população negra no campo, identificamos três pontos fundamentais que emergem nas análises sobre a saúde nos quilombos.

O primeiro deles é o próprio acesso à saúde nos territórios. A possibilidade de estrutura para serviços de saúde e atendimento de qualidade nesses locais é fundamental, mas é importante também que os quilombolas tenham condições de qualidade às estruturas de saúde quando necessitam acessar fora dos quilombos, em outros municípios. O acesso à saúde deve ser compreendido em sua forma integral, desde os aspectos de deslocamento e percurso até o momento do atendimento, da consulta prestada, e da realização de exames.

O segundo ponto é a necessidade de fortalecimento da saúde da população negra. A importância do conhecimento e do reconhecimento das políticas públicas de saúde para a população negra no Brasil. Como citamos anteriormente, tanto o SUS como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra são espaços fundamentais que necessitam ser fortalecidos para poder concretizar ações de qualidade para atendimento a partir da realidade, planejando e ações que atendam as especificidades do campo brasileiro e seus desafios.

O terceiro ponto, como já elencamos anteriormente é o papel que a informação e a participação social dos quilombolas têm. A compreensão dos territórios quilombolas e de seus direitos é fundamental para que sejam reconhecidos, tornando um fator impulsionador da organização social, que age em contribuição para resolver as problemáticas e desafios existentes na realidade em que se vive. A isso também se soma a participação social dos quilombolas no planejamento e ações comunitárias. Os desafios das comunidades quilombolas devem ser debatidos juntamente com sua participação integral nos processos, nos espaços de planejamento de saúde, e de outras áreas como a educação, agricultura, esportes, entre outros.

Essa participação integral, em todos os espaços e dimensões que compõe a vida quilombola é um tema que nos faz rememorar as experiências que articularam reflexões sobre saúde, alimentação e educação. A dona Joana de Andrade Pereira (*In Memoriam*) e o senhor Antônio Pedro de Cristo Ramos (*In Memoriam*) são dois anciões da Comunidade João Surá.

Ao analisar as mudanças na alimentação no território quilombola João Surá percebemos uma relação com a demarcação e titulação individualizada das terras realizadas pelo órgão

governamental em área devoluta. Esta demarcação foi realizada por volta de 1970 desencadeando em seguida a entrada de fazendeiros, a mudanças na biodiversidade, a venda de terras e a evasão das famílias quilombolas resultando numa expressiva diminuição do território. Este fator impacta principalmente no modo de vida que a comunidade estabelecia anteriormente, principalmente na produção de alimentos, uma prática que promove a partir do uso da terra a soberania alimentar quilombola, para o auto-sustento.

O quilombola Antônio Pedro de Cristo Ramos que foi produtor de alimentos, pai dedicado ao cuidado de sua família, trabalhou também como catador de materiais recicláveis. Nascido e criado no Quilombo João Surá, morou na cidade de Curitiba, mas retornou a morar no quilombo. Em depoimento ele compartilha suas experiências com alegria ao demonstrar seu pertencimento ao território, sua identidade. Em breve relato a seguir descreve sua observação diante das mudanças alimentares que ocorreram no decorrer dos anos e a relação com o uso de agrotóxico nos alimentos consumidos.

[...] a vida era boa aquele tempo [...] eu acho que se a gente tivesse tocado a vida daquele tipo a gente não tava sofrendo essa doença aí que a gente tem hoje né [...] O tempo da pessoa joga na saúde [...] aí vem no arroz né, vem no feijão, vem no açúcar e demais coisas né [...] agora essas coisas se puder correr dele é bom [...] (Entrevista com R, integrante do Quilombo de João Surá, realizada em 25 de set. 2018).

O entrevistado apresenta uma observação comparativa do quadro alimentar no decorrer dos anos de 1988 a 2018. Partindo do passado para se compreender o presente, cita o problema das doenças na relação mais ampla do território. As mudanças no modo de vida implicaram também na diminuição da cultura alimentar produzida pelos quilombolas, como arroz, feijão e açúcar. No presente, a alimentação cotidiana das famílias vem também da indústria alimentícia que tem por base o plantio em larga escala e a presença dos agrotóxicos. Notamos que há dois modelos diferenciados de produção. Um deles com impactos gravíssimos à saúde. Neste sentido destacamos um alerta sobre o cuidado com a alimentação como forma de prevenção à certas doenças, e à promoção da vida saudável.

A quilombola e anciã Joana de Andrade Pereira foi nascida, criada e moradora durante toda a vida na Comunidade João Surá. Foi produtora de alimentos, mãe, avó e participativa dos espaços coletivos comunitários. Militante na luta pelo território e identidade quilombola, foi referência da comunidade. Por meio de sua forte religiosidade, na contação das histórias, nos ensinamentos sobre as ervas e plantas medicinais, nas práticas de auto cuidado, compartilhava suas experiências com amorosidade. Em seu depoimento, continua aprofundando a questão

iniciada pelo irmão, direcionando sua observação para a atualidade recente vivenciada na comunidade sobre a relação dos temas entre alimentação, saúde e território.

[...] Eu fico assim preocupada, porque seria todo né, assim desse jeito, um tanto está só no emprego, e as crianças, tem muitas crianças que nem conhece o que é o alimento da roça, se só come pronto, hoje em dia cheio de veneno os produtos de hoje, então eu desejaria que saía a terra, pra mode a vida ter uma melhora para as pessoas viverem melhor porque aí livra de doença, tanta doença, agora tem doença, é veneno. (Entrevista com A, integrante do Quilombo de João Surá, realizada em 09 de set. 2017).

A entrevistada avança com a análise da atualidade sobre o consumo alimentar e as mudanças no território que resultam hoje na diminuição da produção de alimentos e com isso os conhecimentos das futuras gerações sobre alimentação quilombola praticada sendo substituídas pelo consumo dos alimentos industrializados. Aponta que uma das principais reivindicações dos quilombolas é a titulação do território, que envolve também a continuidade do modo de produzir alimentos saudáveis para que as pessoas tenham mais qualidade de vida. Conclui que os alimentos industrializados produzem impacto principalmente na saúde com aparecimento de doenças.

Esses dois irmãos quilombolas defendem em vida e o território quilombola em suas práticas diárias, alertando para a necessidade de resistência em relação aos hábitos alimentares. Afirmam Carneiro, Búrigo e Dias (2012) que o modelo capitalista de concentração de terras, empresas e fazendeiros reflete negativamente nos modos de vidas principalmente na saúde das famílias do campo (CARNEIRO; BÚRIGO; DIAS, 2012).

Com base nas duas experiências anteriores, em seus depoimentos e práticas que correlacionam o tema da luta pelo território, da saúde e da alimentação, consideramos a importância de aprofundar deste estudo a partir da realidade local dos quilombos. Escolhemos tratar adiante com maior detalhamento os temas da alimentação e saúde da população negra, pois é essencial reconhecer os aspectos históricos, culturais e sociais que as compõem.

O primeiro capítulo deste trabalho aborda os aspectos que compõem os territórios quilombolas, os contextos socioculturais e os conflitos que emergem sobre eles. Neste segundo capítulo buscamos apresentar um estudo da realidade sobre a saúde da população negra articulado a uma pesquisa de campo junto a algumas das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira – PR, juntamente com seus desafios. Finalizamos este capítulo com um alerta às profundas mudanças nas práticas alimentares que ocorreram nos últimos anos, e do papel fundamental este tema tem para a saúde e para a resistência quilombola. Dedicaremos o próximo capítulo a aprofundar este tema da alimentação saudável,

Em meio ao debate desses três grandes temas tratados neste trabalho, e reconhecendo a importância deles para a população quilombola, percebemos que os caminhos educativos nos territórios são essenciais. Trabalhar de maneira aprofundada estes temas é essencial para a realidade dos quilombos, e nesse sentido é preciso uma educação diferenciada que seja específica para as realidades dos quilombos, num contexto de reconhecimento e fortalecimento de sua história e sua identidade. Abordaremos também no capítulo a seguir o papel da educação quilombola neste processo.

04. CAPÍTULO 03

HÁBITOS ALIMENTARES, SAÚDE E O PAPEL DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA PARA IDENTIDADE E RESISTÊNCIA NEGRA

Desafio é a própria prática pedagógica quilombola e também ajudar pais, mães, avós e avôs ou seja a comunidade confiar que o ensino do colégio são para fortalecer a retomada e permanência no território [...] A escola quilombola ele visa despertar estudantes quilombolas a retomada de seus saberes e conhecimentos que os europeus quiseram tirar de nós [...] Também fazer que, nesse trabalho dentro da escola fortaleça a organização das famílias na comunidade como a coletividade por exemplo, então o desafio não é só dentro da sala de aula, mas também fora dela [...] (Entrevista com D, integrante do Quilombo João Surá, realizada em 10 de ago. 2020).

A citação cima é de um educador quilombola. Ela identifica os desafios vivenciados na educação escolar quilombola e na educação quilombola. Suas palavras contemplam a relação entre conhecimento, pertencimento e valorização do território, da cultura e saberes quilombolas, o que exige uma educação diferenciada e específica que promova a diversidade, a visibilidade da luta e resistência destes povos e da história afro brasileira.

Consideramos fundamental abrir o capítulo com esse depoimento, pois indica o papel da Educação Quilombola na identidade e na resistência territorial negra. Uma resistência que perpassa pela cultura alimentar, pelo modo de produzir alimentos saudáveis e pela forma da relação com a natureza. Neste capítulo apresentaremos também os resultados de um trabalho de campo no qual realizamos o levantamento das principais doenças que atingem a saúde da população negra nos territórios quilombolas João Surá, Mamonas e Praia do Peixe, demonstrando as relações existentes com a mudança dos hábitos alimentares, e também a necessidade de potencializar o papel educativo junto à comunidade.

Com auxílios de depoimentos dos entrevistados na pesquisa de campo, e da leitura de vários autores e autoras fazemos uma análise da Educação Quilombola e da Educação Escolar Quilombola, como parte resistência nos territórios. Tomamos como base para esse debate, as obras de Brasil (2004); Botelho (2007); Gomes (2013); Barros e Teixeira (2017); Libório; Hayama; Silva; Nascimento; Dias; Ribeiro (2018).

Para discutir a saúde da população negra por meio da Educação Quilombola e da Educação Escolar Quilombola, tivemos como base na autora Santos (2022) que aborda a

realidade e o conhecimento das doenças que atingem a população negra. Enfatizando os casos mais prevalentes nos quilombos, nos baseamos nas obras: Paraná (2006); Linhares e Gewandsznajder (2010, 2013a, 2013b); Mortimer e Machado (2010); Penteado e Torres (2005); Antunes (2013); Brasil (2001); Póvoa (2020); Gaspar (2013,2013); Campagnoli (2021); Santos (2013); Grupo CPT (2015); Favaretto e Mercadante (2005); Andreggheto (2018); Gualter (2010); Thenório [et.al] (2013); Bertullucci (2010); Peruzzo e Canto (2006); Fonseca (2005), FIOCRUZ e UNA SUS (2019); e Solar e Yrwin (2010).

As reflexões sobre a preocupação na mudança dos hábitos alimentares quilombolas e sua implicação na saúde, baseou-se nas obras de: Vasconcellos e Gewandsznajder (1991); Konrad (2014); Araújo (2008); Andrade e Tatto (2013); Brasil (2014). Mas também se baseou na pesquisa realizada no “Projeto de Aprendizagem” realizada no decorrer do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza (UFPR-Litoral), que tinha como tema “Mudança alimentar na comunidade quilombola de João Surá (1988-2018)”. As relações da temática com os desequilíbrios ecológicos e seus impactos junto às populações do campo, tiveram como base para a reflexão: Pereira (2019); Cambuy (2011); Vasconcellos e Gewandsznajder (1991); e Libório; Hayama; Silva; Nascimento; Dias; Ribeiro (2018).

4.1 A Educação Quilombola e a Educação Escolar Quilombola nos processos de Resistência Territorial

De acordo com Brasil (2004), a partir das reivindicações da população afro-brasileira para uma educação diferenciada tendo em vista o reconhecimento dos direitos e a importância do trabalho específico com as relações étnico raciais, foi estabelecida a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 tornando obrigatório em todo curricular escolar o ensino da história e da cultura Afro-Brasileira e Africana. (BRASIL, 2004).

O trabalho com a história e a identidade afro-brasileira e africana no âmbito educacional é fundamental para valorização da população negra na formação social de nosso país. Trabalhar as relações étnico raciais promove o entendimento da realidade e trajetória do povo brasileiro, seja no levantamento de personalidades e comunidades oriundas no marco da diáspora africana no Brasil. Destacar os conhecimentos e saberes da população negra na sociedade e realizar o estudo temas que contribuem para o enfrentamentos ao racismo, discriminação e preconceito existente na sociedade, também são papéis de uma educação diferenciada comprometida com a desconstrução de uma educação eurocêntrica e que dê visibilidade às diversas identidades,

culturas e histórias existentes na sociedade. Uma educação de qualidade e que seja construída com todos as populações.

Assim, os quilombos brasileiros constituem uma proposta fundamental para o ensino da cultura afro-brasileira em conjunto com a luta dos movimentos sociais populares, como é o caso do movimento negro e do movimento quilombola. Os saberes e conhecimentos dos quilombolas e negros são bases essenciais para a educação quilombola.

A inclusão da discussão das relações étnico raciais no processo educativo perpassa pelas várias áreas de conhecimentos. Os “conhecimentos de matriz africana e/ou que dizem respeito à população negra” precisam ser trabalhados, como por exemplo, na medicina, os “estudos da anemia falciforme, da problemática da pressão alta”, entre outros. (BRASIL, 2004, p.24)

O debate sobre as relações étnico- raciais são essenciais para compreensão da realidade da sociedade, uma vez que o trabalho educacional firma o compromisso do conhecimento e aprofundamento das histórias ocultas e não visibilizadas das populações negras. A educação necessita discutir estas relações seja no fator histórico e cultural, assim como na construção dos conhecimentos científicos e sociais que configuram a população negra.

O período da escravidão no Brasil guarda marcas na história que ainda hoje incidem na realidade social e cultural da população brasileira. Observemos conforme Moura²⁰:

[...] disputar a sua sobrevivência social, cultural e mesmo biológica em uma sociedade secularmente racista, na qual técnicas de seleção profissional, cultural, política e étnica são feitas para que ele permaneça imobilizado nas camadas mais oprimidas, exploradas e subalternizadas (MOURA, 1994 *apud* BOTELHO, 2007).

Não se pode deixar de falar que a população brasileira em geral é marcada pela ideologia do racismo, da discriminação e preconceito e que afeta a todos, mas diretamente a população negra. A opressão social, cultural e econômica vivenciada pelos povos africanos no período da escravidão impacta até os dias de hoje. Percebe-se isso na renda financeira da grande maioria da população negra, ou mesmo na dependência dos serviços públicos de saúde. A isso, somamos o necessário aprofundamento sobre a questão da própria identificação étnico racial, sobre cor e raça, uma vez os impasses vivenciados refletem sempre imagem negativa e inferiorizada do ser preto. É essencial firmar na educação a valorização da identidade preta e parda, da identidade da população negra de modo geral, embora sejam vítimas de grandioso processo de violência legalizada que marca a história da formação do Brasil. Somente

²⁰ MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo, Anita, 1994.

conhecendo, aprofundando e debatendo a história da população negra poderemos transformar esta realidade padronizada que nega a diversidade cultural existente.

Conforme Brasil (2004), a lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 aponta a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras nas Escolas. Esta lei é um instrumento fundamental para pulsar um avanço nos debates sobre a população negra, para além da data comemorativa do dia 20 de novembro - dia da consciência negra. Aprofundar estes conhecimentos atravessando os conteúdos escolares, mas também as políticas públicas atuais, como exemplo o acesso à saúde pública pela população negra; a identidade quilombola e suas contribuições desde seus territórios; as comunidades negras urbanas, todos são temas que se relacionam na construção de uma educação antirracista. (BRASIL, 2004).

As bases de uma educação antirracista estão presentes na Educação Quilombola. Esta, por sua vez, vem ao encontro da concepção de Educação do Campo e com a educação diferenciada para as relações étnico raciais. Conforme Gomes (2013):

[...] comunidades quilombolas você tem ali uma especificidade, então mesmo que os povos do campo, na hora que nós temos a conceituação dos povos do campo até mesmos nas normativas do conselho incluía os quilombolas, não estava sendo suficiente a implementação da educação do campo para atender as especificidades das comunidades quilombolas rurais [...] nessa lacuna aí que as diretrizes tentam entrar e tentam garantir os direitos reivindicados por essas comunidades [...] toda uma discussão do território, toda uma discussão da dimensão étnica, toda uma discussão da propriedade coletiva da terra e não da propriedade individual da terra é também uma interface da questão quilombola e da educação escolar quilombola [...] além de uma educação diferenciada [...] (GOMES, 2013, não p.).

A Educação Quilombola, mencionada na citação acima, mesmo que dialogado com a Educação do Campo, tem especificidades. Existem desafios que necessitam ser trabalhados para formação educativa que atenda as demandas da população quilombola, tendo em vista inclusive a elevada taxa de baixa escolaridade nos quilombos (BOTELHO, 2007). São desafios da própria educação brasileira, somada às reivindicações dos movimentos sociais populares negros e quilombolas para estabelecer uma educação quilombola, que tem como definição:

A educação quilombola é compreendida como um processo amplo – que inclui a família, a convivência com os outros, as relações de trabalho e com o sagrado e as vivências nas escolas, nos movimentos sociais e em outras organizações da comunidade. Assim, compreende-se a educação como um processo que faz parte da humanidade e está presente em toda e qualquer sociedade [...] com foco na diversidade e na valorização da identidade étnica como forma de fortalecimento da cultura e da causa quilombola [...] Pensar em educações quilombolas implica, portanto, entender as relações existentes no dia-a-dia das pessoas, a relação entre homens, mulheres, crianças, adolescentes, jovens e idosos e a relação deles com a terra, com o sagrado, com a cultura e com as diversas formas de organização. (BARROS; TEIXEIRA, 2017, p.7-10).

Conforme citação acima, os autores ajudam a entender que a educação quilombola já existente nos quilombos, pois compreende os conhecimentos praticados no dia a dia dos quilombolas. São ações educativas que contribuem para formação de vida e a identidade dos sujeitos quilombolas. A Educação Quilombola amplia o olhar sobre as relações existentes entre o povo quilombola e seu território/cultura em que vivem. Constitui o pertencimento, a valorização e o compartilhamento de saberes em comunidade. Existem diferentes quilombos, cada um com uma especificidade, e a isso também se compreende a diversidade da educação quilombola existente.

Assim como o tema tratado no segundo capítulo - a saúde quilombola, a valorização dos conhecimentos existentes nos territórios pode ser firmada na educação quilombola de forma a dar visibilidade e favorecer a participação nos desafios vivenciados.

Os espaços que acontecem a educação quilombola são campos essenciais de formação em comunidade. São espaços comuns de convívio e trocas de saberes. Podem ser as próprias casas e as relações de parentescos que geram aprendizados intergeracionais; as igrejas e locais de cultos e práticas da religiosidade; os espaços de encontro coletivos como reunião da associação de moradores, os quintais e roças ou pátios de encontro das famílias. Estes espaços favorecem as interações entre conhecimentos e saberes. A Educação Quilombola acontece através do modo de vida e das relações constituintes entre territórios e comunidade. É fortalecida nas interações culturais e sociais em toda sua diversidade.

A Educação Quilombola também ocorre nas Escolas e é chamada Educação Escolar Quilombola. O currículo desta modalidade de educação básica descendente de várias reivindicações dos movimentos sociais populares e quilombolas. Libório [et al] (2018) indica que se formularam leis como: a Resolução nº 08/12 que consta as definições para as diretrizes da Educação Escolar Quilombola na educação básica; a Lei nº 10.639/2003 que consiste a obrigatoriedade do ensino da cultura afro brasileira e africana nas escolas; entre outras que foram pilares para construção da modalidade da Educação Escolar Quilombola. (LIBÓRIO; HAYAMA; SILVA; NASCIMENTO; DIAS; RIBEIRO, 2018).

Com isso, a Educação Escolar Quilombola visa estabelecer a relação e interação do currículo escolar conectado as práticas da Educação Quilombola constituindo o fortalecimento, o reconhecimento e a valorização da cultura afro-brasileira e africana, raízes da população quilombola.

Conforme aponta Libório [et al] (2018), a Educação Escolar Quilombola ocorre no contexto do campo e também urbano. No enfoque deste trabalho, é importante destacar que

dentro da Comunidade Quilombola João Surá existe a Escola Quilombola Diogo Ramos, que recebe também estudantes de outras comunidades. As vivências da autora neste espaço, seja como egressa, mas também nas experiências de Estágio Curricular Supervisionado durante o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, abriram porta para várias reflexões sobre o tema da saúde e da alimentação na Educação. Seguem algumas delas:

4.2 A Saúde da População Negra na Educação Quilombola e na Educação Escolar Quilombola

A abordagem do tema da saúde da população negra na Educação Quilombola dialoga com as condições já vivenciadas e com os conhecimentos praticados nos territórios quilombolas. Um tema que permite uma compreensão de forma ampliada, educativa, formativa e crítica contribuindo tanto para a população quilombola, os estudantes quilombolas, como para o conhecimento dos não quilombolas. A seguir, apresentamos alguns aspectos essenciais na relação entre saúde e educação quilombola.

O primeiro destaque se refere aos espaços comunitários formativos em saúde quilombola. Nos quilombos, os espaços de interação e organização possuem potencial fundamental no trabalho com a questão saúde. São eles: a Associação de Moradores ao reconhecer e reivindicar os direitos políticos do acesso a saúde integral da população; as reuniões que buscam reconhecer as demandas da comunidade sobre o tema da saúde interligada ainda pela representação das lideranças quilombolas; as palestras com a comunidade sobre os cuidados na saúde da população negra, que sejam acessíveis e preparadas especialmente para a compreensão da comunidade; o próprio espaço do posto de saúde no quilombo no sentido de sensibilizar por meio do trabalho com informações específicas sobre a saúde quilombola; e também os próprios conhecimentos tradicionais e do bem viver que circundam os territórios quilombolas em suas práticas da saúde nas moradias, nos quintais e roças e que estão presentes na comunicação entre os quilombolas.

O segundo destaque diz respeito ao trabalho com a temática do SUS na Educação Escolar Quilombola, buscando em sala de aula dar ênfase às políticas de saúde da população negra e do campo. O conhecimento das legislações e como são aplicadas possibilitam um trabalho de fortalecimento e compreensão das próprias práticas de saúde oriundas da comunidade para serem valorizadas e promotoras da saúde e bem viver. Ainda no diz respeito ao SUS, que é o principal meio de acesso da população negra aos serviços de saúde, a importância de contribuir para o seu fortalecimento. Também é fundamental a formação crítica sobre a saúde da

população negra, reconhecendo e dando visibilidade nas dificuldades existentes para que, desde um olhar crítico e vontade de transformação social, possamos reparar as desigualdades e iniquidades em saúde dos quilombolas.

O último destaque que gostaríamos de dar está relacionado ao conhecimento das doenças que atingem a população negra, e o necessário trabalho com as informações que contribuem para a prevenção. A abordagem deste tema na Educação Quilombola é essencial. Ao abordar a questão da saúde quilombola na Educação Escolar Quilombola, Santos (2022) afirma que:

Diante do entendimento de que a escola é um espaço de aprendizagens e saúde, é também uma questão de educação compreendermos que educar o olhar para as questões étnico-quilombolas é fundamental para que o PPP trabalhe em consonância com as instituições de saúde da família existentes no território, assim como junto com as práticas de cura da comunidade (SANTOS, 2022, p.127).

Conforme afirma Santos (2022), é essencial a abordagem da saúde nas escolas quilombolas, e para isso entende que se faz necessário planejamento e também a elaboração de um Projeto Político Pedagógico Escolar (PPP) em conexão com as práticas de saúde e bem viver da comunidade. Deste modo contribuindo com a valorização, memória e resgate dos conhecimentos dos territórios quilombola. Uns dos pontos essenciais que a Educação Escolar Quilombola prioriza é o trabalho em conjunto com a comunidade, seja por meio da participação, interações ou ensinando, para que seus saberes e conhecimentos tradicionais sejam base no ensino e aprendizagem. Assim, escola e comunidade se encontram em sintonia e podem promover a valorização das culturais e práticas quilombolas, africanas e afro-brasileira.

Relembramos que, assim como a Educação Escolar Quilombola, também a Educação do Campo aponta em suas diretrizes curriculares a importância de eleger temas centrais da realidade concreta que possam ser trabalhados em conexão com os conhecimentos curriculares. Neste sentido, o tema da alimentação saudável, da saúde e das doenças que atingem a população negra nos parece um exemplo destes temas possíveis. Para Paraná (2006):

Eleger temas centrais para a prática pedagógica escolar pode ser um caminho [...] Saúde [...] podem ser temas de projetos escolares, porém a essência do trabalho estará na articulação a ser feita entre as áreas do conhecimento para articular os conhecimentos específicos das áreas (PARANÁ, 2006, p.47).

Na citação acima podemos perceber que a Educação do Campo tem uma característica diferenciada. Como política pública, a Educação do Campo se refere à educação nos territórios do campo, das águas e das florestas, ou ainda em escolas que recebam estudantes oriundos desses territórios, mesmo que a escola esteja localizada em área urbana.

Sua abordagem curricular por área do conhecimento em sintonia com os temas que as comunidades do campo compreendam essenciais, podem fazer um estreito laço entre Educação Escolar e em Comunidade. Como exemplo, debater o tema da saúde dentro da Educação do Campo na área de conhecimento das ciências da natureza. E, no caso da modalidade da Educação Escolar Quilombola, ainda se somam suas características específicas, seus costumes, culturas, e conhecimentos étnicos raciais de pertencimento e identidade. A realidade da vida quilombola apontam elementos essenciais para temas como estes no espaço escolar.

Tanto a Educação do Campo, como a modalidade da Educação Escolar Quilombola contribuem para a construção e efetivação de direitos específicos, para o reconhecimento da diversidade dos povos e comunidades tradicionais camponesas que existem no Brasil. Contribuem também para que possamos conhecer as especificidades que estão presentes nesta diversidade, e como elas se conectam e se articulam.

No caso da saúde por exemplo, existem alguns tipos de doenças que atingem mais fortemente a população negra. Buscamos a seguir, a partir de um levantamento realizado através de trabalho de campo, identificar das principais doenças que têm atingido a população dos Quilombos do Vale do Ribeira – PR, especialmente em João Surá, Praia do Peixe e Mamonas. Este levantamento teve como pretensão buscar articular o tema às mudanças nos hábitos alimentares nos últimos anos.

4.3 Conhecendo as Doenças que Atingem a População Negra: Casos nos Quilombos João Surá, Praia do Peixe e Mamonas

Este subcapítulo tem como base apresentar os resultados de parte de nosso trabalho de campo de forma que contemple a temática da saúde da população negra a partir das análises específicas dos quilombolas do Vale do Ribeira paranaense dos Quilombo João Surá, Praia do Peixe e Mamonas.

As perguntas que guiaram a entrevista/questionário foram as seguintes: a) Pergunta 10: Você possui alguma doença ou problema de saúde? Se sim, qual? Como faz o tratamento? Se não, você já realizou uma consulta médica para descobrir? ; Pergunta 11: Alguém de sua casa possui alguma doença ou problema de saúde? Se sim, qual problema de saúde e idade?

Para estas questões tivemos a participação de 42 pessoas, sendo de: João Surá (32); Praia do Peixe (06); e Mamonas (04). Estes A partir das respostas, sistematizamos os principais dados obtidos no quadro abaixo:

Quadro 01: Doenças e problemas de saúde nos quilombos João Surá (JS), Praia do Peixe (PP) e Mamonas (M)

Doenças e problemas de saúde	Registro de Casos				Sexo Biológico		Observações gerais da maioria: faixa etária e sexo biológico
	JS	PP	M	Total	Mulher	Homem	
Hipertensão arterial	22	04	04	30	17	13	mulheres adultas e idosas de 50 a 60 anos
Diabetes	09	01	01	11	07	04	mulheres adultas e idosas de 51 a 60 anos
Doenças respiratórias	09	00	01	10	06	04	mulheres jovens e adultas de 15 a 35 anos
Colesterol	04	02	00	06	03	03	mulheres e homens idosos (as) de 64 a 76 anos
Problemas cardíacos	04	02	00	06	05	01	mulheres idosas de 73 a 76 anos
Catarata ocular	03	02	00	05	02	03	homens idosos de 77 a 83 anos
Dores musculares	02	02	00	04	03	01	mulheres adultas de 26 e 48 anos
Doenças da coluna	02	02	00	04	02	02	homens e mulheres adultos (as) de 26 a 55 anos
Doença da tireoide	02	01	01	04	04	00	mulheres adultas de 37 a 48 anos
Câncer de próstata	03	00	00	03	00	03	homens idosos de 61 a 81 anos
Fratura óssea	03	00	00	03	00	03	homens idosos e adultos de 24 a 95 anos
Acidente vascular cerebral (AVC)	03	00	00	03	01	02	homens idosos de 81 a 95 anos
Gastrite	03	00	00	03	00	03	homens adultos de 25 a 35 anos
Hiperuricemia	00	00	00	03	02	01	mulher idosa de 76 anos
Doença de Alzheimer	02	00	00	02	01	01	mulher e homem idosos de 73 a 81 anos
Doença hepática	00	02	00	02	02	00	mulher idosa de 69 a 76 anos
Reumatismo	01	00	00	01	01	00	mulher adulta de 39 anos
Pedra na vesícula	01	00	00	01	00	01	homem idoso de 83 anos
Constipação intestinal	01	00	00	01	00	01	homem jovem de 09 anos
Anemia	01	00	00	01	01	00	mulher idosa de 81 anos
Depressão	00	01	00	01	01	00	mulher idosa de 69 anos
Osteoporose	00	01	00	01	00	01	homem idoso de 61 anos
Labirintite	00	01	00	01	01	00	mulher idosa de 76 anos

* Dados obtidos por meio do levantamento do trabalho de campo (2020-2022) e pesquisa participante com 42 participantes.

Fonte: Organização de Lucilene da Rosa Pereira (2022)

Foram levantados 23 doenças e problemas de saúde²¹. Na tabela acima elas foram elencadas em ordem decrescente a partir do registro total. Destacamos que neste trabalhamos usamos a categorização de Mulher (para sexo biológico fêmea) e Homem (para sexo biológico macho, pois é assim definido nos quilombos).

Quanto às doenças e problemas de saúde devem ser compreendidos pela sua especificidade clínica de forma mais aprofundada com mais elementos de análises. Mas isto não será foco de nosso debate. O levantamento realizado teve o intuito apenas de observar de modo genérico os dados coletados.

Na coluna observações gerais, com prevalência nas faixas etárias e sexo biológico, se evidencia que as mulheres idosas possuem mais doenças e problemas de saúde, seguido pelas

²¹ Os problemas de saúde elencados pelos participantes são problemas cardíacos, fraturas ósseas e dores musculares, que não estão classificados como doenças, mas como sintomas. Contudo, se agravados podem induzir ao adoecimento.

mulheres adultas e pelos homens idosos. Por último, aparecem os homens adultos, as mulheres e homens jovens. As doenças crônicas não transmissíveis acometem mais as mulheres.

Observamos que as mulheres relatam possuir maior quantidade de doenças e problemas de saúde do que os homens. Essa informação deve ser considerada quando relacionamos ao dado de que as mulheres procuraram mais os serviços de saúde de maneira regular com intuito da prevenção. Os homens que procuram, o fazem somente a partir do aparecimento de sintomas ou desconforto em saúde. Isto é observado no levantamento realizado, analisando que as doenças e problemas de saúde que aparecem nos homens em maioria são em estágios avançados de doenças ou por problemas de saúde decorrentes de acidente.

Segundo uma entrevistada, os quilombolas utilizam para o tratamento das doenças e problemas de saúde “mais os medicamentos industrializados distribuído no mini posto ou unidade de saúde mensalmente, ou comprado na farmácia. Existem casos de pessoas que não consultam regularmente o médico, pois acreditam não ser necessário, ou também têm receio de mal tratamento no atendimento, mas mesmo assim usam medicamentos industrializados.

Em alguns casos as pessoas deixaram de utilizar esses medicamentos, principalmente para o tratamento da hipertensão arterial. Alguns ainda relatam utilizar de forma complementar as plantas e ervas medicinais disponíveis no território para auxiliar no tratamento das doenças e problemas de saúde. Os princípios ativos destas plantas auxiliam no cuidado e trazem benefícios para a saúde aliviando o desconforto dos sintomas ao consumir algumas drogas ou medicamentos industrializados. Exemplo: o uso do chá da folha de chuchu para controle da hipertensão arterial.

Os (as) jovens com menos de 18 anos quase não foram citados no levantamento, mas é conhecido alguns casos que necessitam de uma atenção para o não surgimento de doenças e problemas de saúde. Os problemas de saúde de fraturas óssea vêm das atividades exercidas pelos quilombolas, principalmente requer esforços físicos como o trabalho na roça e serviços braçais. Há casos em jovens com menos de 18 anos também não citados. A maioria dos acidentes ocorrem na roça, em casa, ou ainda de carro e moto.

Importante mencionar que durante o levantamento os hábitos excessivos de fumar e o consumo de bebidas alcoólicas nos quilombos, não foram mencionados como problemas de saúde ou doença. Contudo, identificamos por meio dos relatos, que alguns problemas de saúde se relacionam também com esses hábitos. Verificamos que para essa questão é necessário um trabalho educativo em saúde, e ações efetivas baseadas numa atenção especial de atendimento.

Percebemos também que as principais doenças que se destacaram no levantamento de dados foram hipertensão arterial (30), diabetes (12) e doenças respiratórias (10) e colesterol (6), somando um total de 59 ocorrências. Ao problematizar esta questão, buscamos compreender as principais influências nos casos de adoecimento dos quilombolas, e assim identificar as conexões que nos levam à questão social implicada nesta realidade.

No quadro abaixo sistematizamos questões que envolvem a hipertensão arterial a partir do estudo de diversos autores como: Linhares e Gewandsznajder (2013a, 2013b, 2010); Mortimer e Machado (2010); Penteado e Torres (2005); Antunes (2013); Brasil (2001); Póvoa (2020) e Gaspar (2013). Buscamos estabelecer neste quadro as seguintes relações: a) fatores de risco e hábitos que contribuem para o desenvolvimento da doença; b) o que se define por hipertensão arterial; c) possibilidades de abordagem do tema no ensino de ciências da natureza nas Escolas; c) a hipertensão arterial na população negra.

Quadro 02: Abordagem Didática da Hipertensão Arterial no Ensino de Ciências da Natureza

O QUE É A HIPERTENSÃO ARTERIAL?	ABORDAGEM DA HIPERTENSÃO ARTERIAL NO ENSINO DAS CIÊNCIAS DA NATUREZA
Segundo Linhares e Gewandsznajder (2013), “Hipertensão” vem de <i>hyper</i> (acima de) e “Arterial” se refere à pressão que ocorre dentro das artérias. O sangue bombeado do coração oxigenado é transportado para todo o corpo humano por meio das artérias que se ramificam formando os capilares que transportam para as veias formando o ciclo da circulação humana. A pressão arterial é a detecção dos níveis de elevação anormal do fluxo sanguíneo que exerce uma pressão na camada muscular da artéria. (LINHARES; GEWANDSZNAJDER, 2013). Os valores da classificação da pressão arterial de uma pessoa adulta são considerados a partir da verificação da pressão sistólica (contração cardíaca máxima) de aproximadamente a 140 milímetros de mercúrio e a diastólica (relaxamento cardíaco mínimo) de aproximadamente 90 milímetros de mercúrio (BRASIL, 2001).	Biologia e a Organização dos seres vivos: A anatomia e fisiologia humana: o estudo do sistema circulatório e as doenças cardiovasculares. (LINHARES; GEWANDSZNAJDER, 2013); Biologia e a célula: A osmose nas células animais: A concentração de sódio nos vasos sanguíneos “hipertônica” e a elevação da pressão arterial. (LINHARES; GEWANDSZNAJDER, 2013); Sistema Urinário: os rins no controle da pressão arterial: ADH, angiotensina e aldosterona e o efeito diurético. (LINHARES; GEWANDSZNAJDER, 2010); Física e o Movimento: Hidrostática, empuxo e a pressão (Pa) no uso do esfigmomanômetro para aferir a pressão arterial (PENTEADO; TORRES, 2005), (GASPAR, 2013); Química e a Química sintética: o consumo excessivo do sódio nos produtos industrializados e a hipertensão arterial no sal de cozinha (NaCl) e os elementos químicos da tabela periódica; a química e as funções orgânicas a partir das drogas e medicamentos para tratamento da hipertensão arterial (MORTIMER; MACHADO, 2010) e compostos com mais de um grupo funcional dos princípios ativos das ervas e plantas medicinais no controle da pressão arterial. (ANTUNES, 2013).
FATORES DE RISCO E HÁBITOS QUE LEVAM À HIPERTENSÃO ARTERIAL	
A obesidade; o estresse; o hábito de fumar; o alto nível de colesterol LDL e baixo colesterol HDL; a predisposição de origem genética; e o consumo de produtos industrializados ricos em gordura saturada e trans, são fatores de risco e hábitos que levam à hipertensão arterial. Esta doença causa lesão nos vasos sanguíneos influenciando o surgimento de doenças cardiovasculares (AVC). Também prejudica o funcionamento de outros órgãos como rim e os olhos, causa arteriosclerose, insuficiência cardíaca, arritmia cardíaca, sopros cardíacos, varizes, entre outras. (LINHARES E GEWANDSZNAJDER, 2010).	

HIPERTENSÃO ARTERIAL NA POPULAÇÃO AFRO DESCENDENTE

Segundo Brasil (2001) alguns estudos sobre a hipertensão arterial observam que a doença se desenvolve nos negros americanos de maneira mais precoce que em relação aos brancos. Com isso, explicam os fatores de risco conectados com a diáspora Africana (BRASIL, 2001). Durante o tráfico de escravizados, colocados como mercadoria nos navios negreiros sob condições desumanas para serem negociados nas Américas, passavam por desidratação corporal e entre outras doenças (PÓVOA, 2020; CAMPAGNOLI, 2021). Assim, nos homens e mulheres africanos forçados a virem para as Américas durante o período da colonização, ocorreu uma seleção dos quais sobreviveram. Aqueles que apresentassem uma retenção do sódio e água corporal eficaz, fez com que os níveis aumentassem a pressão arterial e a predisposição nos afro-descendentes (PÓVOA, 2020).

Fonte: Linhares e Gewandsznajder (2013a, 2013b, 2010); Mortimer e Machado (2010); Campagnoli (2021); Penteado e Torres (2005); Antunes (2013); Brasil (2001); Póvoa (2020) e Gaspar (2013).

Segundo Brasil (2001) a hipertensão arterial é umas das doenças mais importantes na população brasileira afro descendente por razões étnica. Alguns estudos observam que a doença nos negros americanos está conectada a: fatores de sobrepeso e diabetes; associado ao pouco acesso a escola; herança genética familiar; menopausa; consumo alimentício rico em sódio e baixo cálcio. Nestes estudos, o estágio severo está no estágio 3 (de igual ou maior pressão diastólica de 180 milímetros de mercúrio), e no caso de idosos com igual ou maior pressão diastólica de 110 mil milímetros de mercúrio.

No Brasil, a doença pode ter sido desencadeada nos negros a partir da diáspora africana. Ainda é importante considerar a relação povos indígenas e portugueses que formam as da população brasileira. O desenvolvimento das doenças ocorre também pelos fatores biológicos, psico e socioculturais das raças e etnias, o que nos leva à crítica do modelo de determinação da epidemiologia padronizando a diversidade de raças/etnia existentes camuflado num padrão único pela miscigenação. (BRASIL, 2001).

O autor Póvoa (2020) chama atenção para compreender a relação da hipertensão arterial com a diáspora africana e as condições desumanas enfrentadas por homens e mulheres africanos no tráfico de escravizados para a América. Explica a autora Campagnoli (2021) que a desidratação corporal pela baixa ingestão de água decorreu no desenvolvimento de várias doenças. Complementam os autores Linhares e Gewandsznajder (2013), um dos fatores que podem contribuir para esse desencadeamento ocorre pela osmose nas células a partir da concentração do sódio nos vasos sanguíneos em solução hipertônica aumentado o seu fluxo e assim a pressão arterial exercida contribui com o desenvolvimento da hipertensão arterial.

O controle que o próprio organismo humano por meio do sistema urinário o hormônio antiurético ADH, angiotensina e aldosterona, age no controle da pressão arterial em diferentes funções desenvolvendo uma excreção de sódio do sangue. (LINHARES; GEWANDSZNAJDER, 2010).

Os autores Mortimer e Machado (2010) colocam que o sal de cozinha é composto por cloreto de sódio (NaCl), uma substância que se conecta pela ligação iônica (Na^+ e Cl^-). A função do sódio no corpo humano é essencial para o funcionamento e regularização da pressão osmótica no fluxo sanguíneo e para as funções celulares. Um dos principais desafios é a quantidade de sódio no organismo. O recomendado de consumo diário é cerca de 6 a 8 gramas de cloreto de sódio e para os hipertensos é recomendado cerca de 3 a 4 gramas. Mas a estimativa de consumo dos brasileiros é de 10 gramas diariamente. (MORTIMER;MACHADO,2010).

Continua Mortimer e Machado (2010) o consumo excessivo do sódio nos produtos industrializados, utilizado como conservantes como nas carnes processadas e embutidas (linguiça, carne seca, salsicha, nuggets de frango, queijos amarelos), ou ainda em bolo pronto, enlatados e conservas, biscoitos salgados, bolacha de água e sal, manteiga e margarina com sal, macarrão instantâneo, temperos e molhos prontos, caldo e extrato de carne/frango/legumes, ketchup, mostarda e molho de tomate. É importante pontuar que vários fatores podem contribuir para o surgimento da hipertensão arterial, contudo o consumo excessivo de sal na alimentação tende a influenciar no controle da doença. (MORTIMER; MACHADO, 2010).

O autor Antunes (2013) chama atenção para a potencialidade do estudo do tema a partir da biodiversidade brasileira, das substâncias e princípios ativos presentes nas plantas medicinais, que são utilizadas na medicina popular por algumas culturas, principalmente pelo acesso nos territórios. O quadro de medicamentos industrializados é dependente de recursos e tecnologias externas do Brasil. (ANTUNES, 2013).

O uso das plantas e ervas medicinais para o controle da hipertensão arterial está presente nos quilombos. Utilizadas para auxiliar no tratamento, vem dos conhecimentos ancestrais e contribuem para a melhora dos sintomas. Contudo é necessário aprofundar estudos e pesquisas sobre estas plantas disponíveis para o uso do princípio ativo de forma mais segura para o tratamento da hipertensão arterial e de outras doenças.

Explicam Mortimer e Machado (2010) como os fármacos atuam quimicamente no organismo. Estes são classificados em dois tipos: inespecíficos e específicos. O primeiro é ativo unicamente pelas propriedades físicas e químicas de sua constituição, e o segundo é ativo por meio de várias relações que são constituídas das macromoléculas com o organismo. Os mecanismos de ação dos biorreceptores do organismo e a resposta biológica. (MORTIMER;MACHADO, 2010).

Continuam os autores Mortimer e Machado (2010) que a pressão (Pa) consiste numa grandeza física sendo força atribuída por unidade de área que é medida com bases na quantidade

de volume líquido e fluxo sanguíneo nas artérias. (MORTIMER; MACHADO,2010). Complementa Gaspar (2013) que o cálculo ocorre por pressão manométrica da tensão promovida pela pressão arterial. O procedimento de verificação é por meio da aferição da pressão arterial que consiste numa medida indireta com o auxílio do aparelho esfigmomanômetro (importante possuir todos os tamanhos de bolsa inflável para garantir uma aferição correta). Ele é colocado no braço esquerdo no nível do coração e o ar é inflado na bolsa até a interrupção do fluxo sanguíneo. Com auxílio do aparelho estetoscópio, colocado próximo ao local de interrupção do fluxo sanguíneo, é escutado o batimento a partir do lento desinflando da bolsa. Assim, é marcada no esfigmomanômetro o valor da pressão sistólica que está em máximo o fluxo sanguíneo até quando desinflar toda a bolsa inflável marca a pressão diastólica que detecta o fluxo sanguíneo mínimo. (GASPAR, 2013).

O tratamento não farmacológico para a hipertensão arterial passa pela prática de atividade física orientada, pela prática do lazer e por uma alimentação saudável. Esses são importantes no controle, na medida em que o tratamento farmacológico reduz os níveis da hipertensão arterial. No caso da população negra há um desafio na medida em que se observa que a minoria dos prontuários trata do quesito raça/cor nos serviços de saúde. Isso evidencia complicações quanto ao controle da hipertensão arterial na população negra, pois o não diagnóstico ou diagnóstico tardio leva a um tratamento irregular, ou ainda o não tratamento. (BRASIL, 2001).

O procedimento da verificação dos níveis da pressão arterial ocorre a partir das triagens nos serviços de saúde para o atendimento, independente de hipertensos ou não. Contudo, com a população negra é necessário redobrar a atenção devido ao seu aparecimento precoce, muitas vezes em crianças e jovens. O tratamento requer o reconhecimento da realidade de vida das pessoas, seja sobre a renda, o ambiente social atrelado aos fatores de risco, a área geográfica em que se vive e trabalha, a acessibilidade aos alimentos, e as práticas físicas. O diálogo com o profissional de saúde e o autocuidado são decisivos para o hipertenso. (BRASIL, 2001).

A hipertensão arterial é uma doença que prevalece nos quilombos que fizeram parte desta pesquisa. Seu tratamento exige fundamentalmente a mudança nos hábitos alimentares. A doença não possui cura até o momento, mas existem mecanismos de controle, por isso é importante a consulta regular ao profissional de saúde para o cuidado contínuo e tratamento. Importante destacar também que o próprio serviço público de saúde precisa de investimento e formação desses profissionais para sua atuação nestes locais específicos (respeitando e reconhecendo os saberes e conhecimentos tradicionais sobre saúde ali existentes).

O modo de vida, os conflitos territoriais que emergem, o acesso ao trabalho e renda, os problemas ambientais, a condição de estresse, a mudança na biodiversidade, a questão da raça e etnia, entre outros, são todos aspectos socioculturais e econômicos que influenciam no adoecimento, ou ainda no desenvolvimento de doenças a partir de predisposição genética.

A seguir apresentamos um quadro que sintetiza aspectos sobre a *Diabetes mellitus* e suas possibilidades de trabalho nas ciências da natureza. O registro parte do estudo de alguns autores que estão descritos no próprio quadro.

Quadro 03: Abordagem didática do *Diabetes mellitus* no ensino de Ciências da Natureza

O QUE É O DIABETES MELLITUS?	ABORDAGEM NO ENSINO DAS CIÊNCIAS DA NATUREZA
<i>Diabetes mellitus</i>: dia (através de), batten (passar). <i>Melittus</i> (açucarado). Doença causada pela insuficiência ou não produção de insulina pelos pâncreas, os principais responsáveis pela entrada de glicose no interior das células para o processo de respiração celular, estabilizando assim os níveis de glicose na corrente sanguínea. O <i>Diabetes mellitus</i> promove a hiperglicemia no sangue. É uma doença silenciosa que se não tratada evolui ocasionando uma série de complicações na saúde. (LINHARES E GEWANDSZNAJDER, 2010). Há vários tipos de manifestação do diabetes. As mais comuns são: a) diabetes tipo 1: devido à destruição autoimune das células betas que são responsáveis pela produção de insulina no corpo, as células de glicose não conseguem entrar nas células para a respiração celular e liberação de energia. O Pâncreas as células alfas que produzem o glucagon que oposto da insulina libera mais glicose nos vasos sanguíneos coletado no fígado. esta depende totalmente do recebimento de insulina para que produza a função; b) diabetes tipo 2: há produção insuficiente de insulina (insulina- deficiência) que não consegue mediar o processo de entrada de glicose nas células ou ainda ocorre uma resistência à insulina (insulina-resistência) que não consegue realizar o transporte da glicose nas células, sendo o mesmo resultado do diabetes tipo 1 que é não recebimento de glicose para a respiração celular. está dependendo do estágio e da gravidade de cada caso pode ser mediada com os medicamentos. (LINHARES E GEWANDSZNAJDER, 2013). Há outros tipos de diabetes como o gestacional que surge principalmente durante a gestação. Pode ocorrer o tipo 1 ou tipo 2, defeitos genéticos da função da célula beta, defeitos genéticos da ação da insulina, doença do pâncreas exócrino, endocrinopatias, por fármacos ou agentes químicos, síndromes genéticas variadas podendo estar relacionada ao diabetes. (BRASIL, 2001).	Biologia e a organização dos seres vivos: anatomia e a fisiologia humana: o sistema endócrino e o funcionamento do pâncreas: Os tipos de diabetes e o tratamento (LINHARES E GEWANDSZNAJDER, 2013); (BRASIL, 2001); A natureza dos hormônios e mecanismos de ação do pâncreas (LINHARES E GEWANDSZNAJDER, 2010); Química e a química sintética: O estudo dos Polímeros naturais e sintéticos; Os carboidratos e os níveis de glicemia nos vasos sanguíneos e o diabetes melito tipo 2 (ANTUNES, 2013); Alimentos e nutrição: O consumo do açúcar e o desencadeamento das doenças (MORTIMER; MACHADO, 2010). Física e o eletromagnetismo: Os aparelhos de medição elétrica: Como funciona o glicosímetro e sua constituição na medição do <i>Diabetes Mellitus</i>? (SANTOS, 2013; GRUPO CPT, 2015).
FATORES DE RISCO E HÁBITOS QUE LEVAM À DIABETES	
O não tratamento do Diabetes Melito acarreta vários riscos à saúde como a perda de visão, feridas na pele e problemas cardiovasculares e renais. O organismo não consegue absorver a glicose o glucagon utiliza a gordura para produção de energia o que acarreta desequilíbrio nos vasos sanguíneos e complicações como lesão cerebral, AVC, amputações e estado de coma. Importante o alerta aos sintomas de urina e sede intensa, cansaço permanente, sonolência, infecções urinárias ou na pele, problema de visão, coceira, perda de peso e cicatrização lenta dos ferimentos. (LINHARES E GEWANDSZNAJDER, 2013). Ainda, a presença de complicações nos rins, olhos, coração, nervos, nos vasos sanguíneos, sedentarismo ou ainda pode haver ausência de sintomas. Os fatores de risco para o <i>Diabetes mellitus</i> tipo 1 é a evidência dos níveis de hiperglicemia nos vasos sanguíneos e o aparecimento de sintomas que são propensos da doença já alguns dos fatores de risco para o <i>Diabetes mellitus</i> tipo 2 apresenta elevação dos níveis de glicemia mas ausência de sintomas que quando identificados são caracterizados: a partir dos 45 anos, obesidade ou excesso de peso, herança genética, sedentarismo, doença arterial coronariana, uso de medicamento hiperglicemiante, níveis baixos de colesterol HDL, hipertensão arterial e diabetes gestacional prévio. (BRASIL, 2001).	
DIABETES MELLITUS NA POPULAÇÃO AFRO DESCENDENTE	
Estudos realizados indicam que o <i>Diabetes mellitus</i> está presente nos diferentes grupos étnicos na América do Norte e alguns países do caribe revela. Principalmente a diabetes tipo 2 na população negra. O maior desafio da população negra no	

tratamento é o custo elevado dos medicamentos, pois a maioria sobrevive com baixa renda). A diabetes na população negra brasileira vem crescendo, se comparada a outras populações. Outros desafios são: a dificuldade na escolaridade; a pouca realização do diagnóstico precoce; o próprio acesso à saúde e seu acompanhamento contínuo orientado; a prevalência do quadro de obesidade atrelados aos casos de diabetes em negros (muito haver com a disponibilidade dos tipos de alimentos que possui acesso); o aparecimento precoce de doenças em jovens negros, ainda que seja visto com menor frequência no caso de hereditariedade familiar que também decorrente da fragmentação das famílias; condições de vida em situação de vulnerabilidade. Estas dificuldades que levam a complicações do diabético negro também são prevalentes pela questão estrutural. Uma das complicações crônicas com relação do diabetes é a microangiopatia que apresenta por meio da retina (retinopatia diabética) a nefropatia diabética, a última provoca grande taxa de mortalidade no seu estágio terminal a doença renal que acomete quatro vezes em negros do que em brancos no diabetes tipo 2, os casos associados ao tipo 1 são semelhantes. A nefropatia diabética é ligada principalmente à duração da doença, mau controle, hereditariedade da hipertensão arterial e do diabetes e a raça negra. (BRASIL.2001).

Fonte: (Linhares e Gewandsznajder, 2013, 2010); (Brasil, 2001); (Linhares e Gewandsznajder, 2010); (Antunes, 2013); (Santos, 2013); (Grupo CPT, 2015).

Segundo os autores Favaretto e Mercadante (2005) no sistema endócrino, quando há insuficiência ou não produção de insulina ocasiona o acúmulo de glicose nos vasos sanguíneos ocasionando na doença diabete melito. Complementa a informação Linhares e Gewandsznajder (2013), que é um distúrbio metabólico oriundo de várias causalidades que ocasiona no acúmulo de glicose nos vasos sanguíneos que é crônico e sem cura, uma doença considerada uns dos maiores problemas de saúde pública, atinge diretamente os comportamentos e mudanças dos hábitos de vida e a necessidade de promoção da saúde. No Brasil estima-se que há um número expressivo de pessoas que não sabem que possui a doença, o que leva ao seu descobrimento em estágio severo.

A diabetes tipo 1 ocorre entre as crianças, jovens e adultos de 0 a 35 anos, requerendo o uso de insulina. É uma causada pela destruição das células beta que produz a insulina, causando doenças e complicações na saúde. O tipo 2 ocorre em adultos acima de 40 anos apresentando excesso de peso e a obesidade abdominal que dificulta ainda mais o desempenho da produção de insulina, pode ser desencadeada por fatores multifatoriais, e mais recorrente o surgimento em pessoas com hipertensão ou dislipidemia e mulheres que tiveram diabetes na gravidez. O tratamento do diabetes se baseia no convívio com a doença para obtenção da qualidade de vida que cobra mudanças nas práticas cotidianas pessoais, e a aderência e a ao tratamento farmacológico (BRASIL, 2001).

Brasil (2001) pontua quatro ações essenciais que conectadas possibilitam a melhor qualidade de vida e o convívio com a doença. São pilares do tratamento da diabetes:

- a) A educação em diabetes é importante para obtenção de resultados no tratamento, com isso o conhecimento e informação são aliados para entendimento sobre o que é a doença, como conviver, os cuidados a serem praticados, a importância da mudanças do hábitos de vida como parar de fumar. Para o tratamento específico, a utilização da insulina a partir de aplicação seguindo orientações e cuidado. É importante cuidar com

as complicações da doença, observando lesões e ferimentos nos pés, bem como na prevenção de outros problemas de saúde. (BRASIL, 2001)

- b) A alimentação: o consumo de alimentos saudáveis e restrição de alimentos baseado na massa corpórea específica é essencial para o controle da doença. O atendimento das necessidades nutricionais age no controle dos níveis de glicemia, além da prevenção de problemas cardiovasculares (BRASIL, 2001).
- c) A prática de atividades física regularmente, principalmente exercícios aeróbicos que age na regularização fisiológico e patológico na prevenção ou retardo do surgimento em pessoas com predisposição genética, a perda de peso, redução da insulina-resistência, podendo ser aliada na diminuição de dosagem ou diminuição da dependência medicamentosa e na prevenção de problemas cardiovasculares. (BRASIL, 2001).
- d) O uso dos medicamentos contínuo conforme a orientação e acompanhamento regular do profissional de saúde, com o objetivo da eliminação ou minimização dos sintomas ou complicações severas, prevenindo no desencadeamento de outras doenças crônicas e a redução da mortalidade por diabetes. Os medicamentos são utilizados principalmente no diabetes tipo 2, sendo na forma oral e injetável. O primeiro não é recomendado durante a gravidez. Os aspectos da quantidade dos níveis glicêmico, da ação antidiabética do medicamento, da idade, massa corpórea, efeitos adversos e contra indicação, são considerados na prescrição. A insulina tem origem animal, suína, mista e humana. Tem vários níveis de ação que variam entre ultra rápida, rápida, intermediária e ultralenta. O uso é diferenciado para cada tipo de diabetes. No tipo 1 a insulina é essencial o seu uso no tipo 2 o uso é no caso de agravamento, infecções e cirúrgico. O uso é temporário na maioria das vezes em casos da diabetes gestacional, quando não se consegue atingir o controle por meio da alimentação, quando não há resposta dos antidiabéticos, ou ainda quando há contra indicação. (BRASIL, 2001)

Na busca de compreender o que é a glicose, o autor Antunes (2013) explica que os carboidratos são fundamentais para o organismo funcionar, eles estão presentes nos alimentos que consumimos, como amido, arroz, massa de pão, macarrão entre outros. O açúcar faz parte deste grupo e seu consumo desequilibrado eleva o aparecimento de doenças. Por exemplo, o alto consumo do açúcar contribui com o surgimento do *Diabetes mellitus* tipo 2. Os portadores do diabetes possuem restrições do consumo alimentar de carboidratos orientados pelo

acompanhamento do profissional de saúde. As moléculas de glicose são um tipo de açúcar, a hiperglicemia é caracterizada pela concentração de glicose nos vasos sanguíneos a chamada glicemia que é monitorada pelo aparelho glicosímetro. A glicose é um tipo de carboidrato classificado como monossacarídeo na fórmula estrutural ($C_6H_{12}O_6$) possui cadeias carbônicas acíclicas (abertas) e cíclicas (fechadas) e hexoses (com seis carbonos).

Santos (2013) indica que a realização do acompanhamento dos níveis de glicose nos vasos sanguíneos é um monitoramento essencial para verificação e registro diário, orientado pelos profissionais de saúde em alguns casos. Apresenta Brasil (2001) que os índices normais de glicose é aproximadamente 70-99 miligramas por decilitro (mg/dL), os diabéticos medem igual ou superior a 126 miligramas por decilitro (mg/dL), e os valores 100-125 miligramas por decilitro (mg/dL) é considerado pré-diabético. (BRASIL, 2001).

Os procedimentos para medição da glicemia capilar consistem na utilização do aparelho glicosímetro (responsável por interpretar e medir), a caneta lancetadora (auxiliar da agulha para perfuração), fitas de reagente para glicemia (acompanha o glicosímetro), álcool em gel setenta por cento e algodão (para assepsia) e luvas caso seja outra pessoa realizando o procedimento (proteção de contaminação para ambas partes). Não é necessário a pessoa estar em repouso para o procedimento. A técnica para a realização é feita com a pessoa sentada na cadeira com os braços esticados na mesa, onde: é explicado o procedimento para a pessoa, é colocada as luvas na mão de quem irá realizar a coleta, é feita a assepsia com álcool e algodão no dedo que será coletado o fluido, pressionando para aumentar o fluxo sanguíneo no local, em seguida é preparado o aparelho colocando a fita de reagente no local indicado e também o preparo a agulha na caneta lancetadora para perfurar (a caneta lancetadora possui a opção de intensiva da perfuração, sendo a mais baixa em crianças e bebê e alta em adultos ou na pele grossa). (GRUPO CPT, 2015).

Realiza-se a coleta perfurando o dedo escolhido pressionando levemente, após o uso a agulha é descartada imediatamente, e pressionando o dedo é extraído a gota de fluido de sangue, coloca-se em cima uma fita de reagente que será introduzida no aparelho e aguarda-se a leitura. É colocado no local da perfuração um pequeno pedaço de algodão para estancar o sangramento segurando firmemente por alguns minutos. Em seguida é visto e registrado o valor que resultou a medição da glicemia capilar (GRUPO CPT, 2015).

Santos (2013) explica que o funcionamento do glicosímetro, um aparelho utilizado para o monitoramento dos níveis glicêmicos nos vasos sanguíneos diário, consiste em testagem dos níveis que o plasma sanguíneo capilar colocado na fita do reagente passa pelo refletômetro,

assim as moléculas da glicose são oxidadas para ácido glucônico e peróxido de hidrogênio alterando a cor da fita de reagente sendo interpretada pelo método fotométrico ou método amperímetro que é medido a reflectância da reação. Importante o registro do valor que será coletado é importante informar se está em jejum ou após alguma refeição que identifica a reação dos níveis de glicose no organismo. (SANTOS, 2013).

Mortimer e Machado (2010) afirmam que o açúcar é a junção da glicose e da frutose representada na fórmula estrutural da sacarose $C_{12}H_{22}O_{11}$ sendo um carboidrato tipo dissacarídeo. Está presente na alimentação humana, e é utilizada especialmente em produtos industrializados, como refrigerante, sorvete, bolachas recheadas, achocolatado entre outros. O consumo elevado do açúcar desencadeia a obesidade principalmente nas crianças e jovens contribuindo com o surgimento de doenças cardíacas. (MORTIMER; MACHADO, 2010).

Conforme o Brasil (2001), diabetes melito tipo 2 que é a quarta causa de mortalidade e a principal causa de cegueira no Brasil. Também, a anemia falciforme que é uma doença hereditária da mutação da hemoglobina para um formato da foice, apresentando várias complicações nos vasos sanguíneos e desencadeando diversas complicações. Os sintomas são dores, febre, sequestro esplênico, úlceras das pernas e AVC. A anemia falciforme é oriunda do continente africano estando presente também em não negros (devida a miscigenação das populações ocorrida no Brasil) sua prevalência está presente na população negra. Ainda, destacamos a deficiência de glicose 6 fosfato desidrogenase mais presente em negros americanos, que ocorre devido deficiência enzimática das hemácias acarreta na anemia hemolítica, podendo ser assintomática. (BRASIL, 2001).

Ainda entre as doenças que mais atingem a população negra, Andreggheto (2018)²² destaca o câncer de pele e o de próstata. Para homens negros é recomendado realizar os exames preventivos a partir dos 40 anos, o cuidado com a alimentação saudável, prática de atividades físicas e diminuição ou restrição do consumo de álcool e tabaco. (ANDREGGHETO, 2018).

Quanto às doenças genéticas ou hereditárias mais comuns da população negra percebe-se que devido aos diversos fatores estruturais da sociedade, ocorrem complicações e adoecimento mais severos e o surgimento precoce, por isso é importante a atenção especial com a saúde da população negra. (BRASIL, 2001).

Algumas delas, propícias à gravidade e estágios severos, direcionam para o debate sobre os principais determinantes sociais que atuam na manutenção da exposição da população negra

²² ANDREGGHETO, Paula. Câncer de próstata é mais frequente em negros; saiba quando fazer exames. In. _____. **Instituto Vencer o Câncer**. 28.nov.2018. Disponível em: <https://vencerocancer.org.br/noticias-prostata/cancer-de-prostata-e-mais-frequente-em-negros-saiba-quando-fazer-exames/> .Acesso em 04.mar.2022.

aos fatores de risco. Não é possível compreender a vulnerabilidade em saúde sem deixar de analisar a precariedade que se instaura nas condições de acesso de saúde e as condições de vida da população negra. Como exemplo, podemos citar o consumo de alimentos e produtos industrializados que são mais acessíveis financeiramente nas compras dos supermercados, e distanciando-se dos alimentos saudáveis - situação essa vivenciada principalmente nas áreas urbanas. Contudo, o cenário do campo emerge cada vez mais para a mesma problemática devido a concentração de terras pela monocultura que avança estreitando as relações dos produtores de alimentos com o território, acarretando evasão. O acesso aos serviços de saúde, a ocupação territorial, o desmatamento da biodiversidade e conflito agrário, são fatores psicossociais de estresse e mudança do ambiente no qual se vive e trabalha contribuindo ainda mais com o adoecimento.

A educação em saúde, principalmente a nutricional e a prática física, ainda é um importante desafio. Percebe-se que antigamente as famílias consumiam mais alimentos *in natura* sem uso de agrotóxicos, o que possibilitava um acesso nutricional melhor. Sem tanta aderência aos produtos industrializados, de forma indireta ocorria a realização de práticas da atividade física devido a movimentação exercidas nos serviços braçais nas roças de alimentos e no deslocamento geográfico. Eram práticas construídas com base na necessidade da adaptação e nos modos de vida. Isso mostra a importância da reeducação alimentar, um processo que deve respeitar todo o conhecimento tradicional quilombola e que possa contribuir para a promoção de vida mais saudável acessível nos territórios. Vejamos o depoimento abaixo:

[...] o pessoal fazia muito mais caminhada [...] não utilizava muito transporte, né de automóvel, moto [...] mais era a cavalo e a pé né e andava bastante de bicicleta [...] fazia mais exercício físico [...] Não era assim um acompanhamento com especialista, mas com a relação da necessidade [...] então se você for ver o acesso à tecnologia que nós temos hoje [...] tem uma mentalidade né com um pouco mais de informação e conhecimento a questão dos noticiários [...] As coisas mudou bastante, o trabalho [...] tá seguindo um padrão de mudança né, então isso quer dizer que ela vai influenciar na sua saúde [...] tem seu lado positivo mas também o lado negativo [...] troca de cultura né, por exemplo a pessoa vai detendo mais informação, mais sendo mais manipulado e deixando aquele conhecimento tradicional [...] já estão mudando a cultura alimentar, e acesso a outras informação e isso está fazendo uma mudança e tá influenciando [...] vai mudando toda relação desde a alimentação [...] Ainda mesmo com toda tecnologia, com todo avanço hoje, mas nós ainda não estamos preparados por que a gente sempre acaba consumindo produto com fora né de controle né, conhecimento i então nós acabando sendo vítima também tanto desse avanço né, tecnológico mais também acabano sendo depósito né de uma influência que vem de fora e com essa mudança cultural de alimentação e muitas outras coisas a gente acaba sendo depósito, então não temos ainda o controle de nós de comportar diante do avanço da tecnologia, e tudo ainda, a gente vamos se dizer assim que nós somos o depósito de tudo isso [...] naquela época a gente tinha um modo de vida mais de domínio dela né, do que hoje, hoje a gente tá sendo mais depósito do que é, propriamente conhecedor daquele saber que a gente tinha antigamente, então tem uma grande diferença nisso né (Entrevista com integrante R do Quilombo João Surá, realizada em 17.jun.2021).

A citação amplia análise da saúde quilombola pelos hábitos de vida e as implicações com as questões tecnológicas contribuindo para as mudanças que vem ocorrendo. Visto como necessária para os atendimentos das necessidades decorrentes do mundo globalizado, mas que inflama a introdução de uma cultura de massa dentro do sistema quilombola. Então compreendemos que existe uma resistência das culturas tradicionais quilombola frente à a cultura de massa que ameaça com um modelo de padronização das relações seja pela alimentação, seja em saúde e a própria questão problemática da sociedade.

A seguir, destacamos um quadro que busca sistematizar os principais elementos que envolvem as doenças respiratórias, uma das que tivemos número mais expressivo em nossa pesquisa de campo.

Quadro 04: Abordagem Didática das Doenças Respiratórias no Ensino de Ciências da Natureza

O QUE É DOENÇAS RESPIRATÓRIAS?	ABORDAGEM NO ENSINO DAS CIÊNCIAS DA NATUREZA
As doenças respiratórias são problemas no sistema respiratório desencadeadas por fatores externos como o caso do vírus os resfriados e a gripe provocam dor de garganta, tosse e inflamações como também as bactérias causando infecções na faringe e na laringe, nos pulmões provocando pneumonia e tuberculose e também outros fatores. A sinusite é caracterizada das mucosas dos seios da face ocasionando sintomas como dores de cabeça e nos seios da face, febre entre outros. A rinite alérgica é caracterizada pela inflamação da mucosa nasal, a asma alérgica que dificulta a respiração por inflamação nos brônquios, a laringite é uma inflamação da laringe. (LINHARES E GEWANDSZNAJDER, 2013). Os principais casos que foram levantados dos problemas de saúde foram sinusite, bronquite, rinossinusite, asma e rinite.	Biologia e a organização dos seres vivos: Anatomia e fisiologia humana: Respiração e o funcionamento do sistema respiratório e os problemas de saúde (LINHARES E GEWANDSZNAJDER, 2013); Física e a termodinâmica: A lei de Boyle- Mariotte e os movimentos dos pulmões (GUALTER, 2010) e (LINHARES E GEWANDSZNAJDER, 2013); Química e a química sintética: A química das drogas e medicamentos e as funções orgânicas: experimento químico construindo um fumômetro e as doenças adquiridas do tabagismo (MORTIMER; MACHADO, 2010), (THENÓRIO et.al, 2013); Química e a química sintética: O ser humano, o meio ambiente e as doenças respiratórias (ANTUNES, 2013).
OS FATORES DE RISCO E OS HÁBITOS QUE CONTRIBUEM	
O tabagismo associado aos problemas respiratórios são 90% casos de câncer de pulmão, 80% casos de enfisema pulmonar (dilatação dos alvéolos que não realizam perfeitamente a troca de gases), 40% bronquite crônica (inflamação dos brônquios) e derrame e 25% casos de infarto do miocárdio e provoca asma e rinite. (MORTIMER; MACHADO, 2010).	

Fonte: (Mortimer e Machado, 2010); (Linhares e Gewandsznajder, 2013a,2013 b); (Gualter,2010); (Antunes, 2013) e (Thenório et. al, 2013).

O sistema respiratório, como um complexo sistema funcional, contribui com o processo de respiração que possui objetivo da entrada de oxigênio e a eliminação do gás carbônico nos

vasos sanguíneos. Seus vários mecanismos realizam diversas funções vitais para todo o organismo, composto basicamente por cavidade nasal, faringe, epiglote, laringe, traqueia, pulmões, brônquios, bronquíolos, pleura, diafragma e alvéolos (onde ocorre a hematose das veias o sangue desoxigenado recebe o oxigênio e libera o gás carbônico transformando em sangue oxigenado nas artérias). (LINHARES e GEWANDSZNAJDER, 2013).

A Lei de Boyle ou Lei de Boyle e Mariotte em homenagem aos físicos Robert Boyle e Edme Mariotte, que contribuíram com os estudos sobre as propriedades físicas do ar, descobrem que o ar propaga o som e que ele pode ser comprimido por ser composto por gases que estão em movimentos no vácuo. A lei afirma que quando ocorrer a transformação isotérmica, a pressão é inversa proporcionalmente do volume por ele ocupado, expressando na equação $pV=K1$ (P é pressão, V é o volume e K1 uma constante que é depende da massa, temperatura e qual natureza do gás. (GUALTER, 2010).

O movimento exercido pelo diafragma e pelos músculos intercostais externos contribuem para a inspiração e expiração que aumenta o volume da caixa torácica, o que manifesta uma pressão interna menor se comparado com o ar atmosférico, essa reversão de pressão realiza a entrada do ar dentro dos pulmões. (LINHARES E GEWANDSZNAJDER, 2013).

Um dos vilões do aparelho respiratório é o cigarro. Mortimer e Machado (2010) afirmam que o tabaco, da planta *Nicotiana tabacum*, tem origem dos povos indígenas da América Central, onde era utilizado nas práticas religiosas e curativas dos povos tupis guaranis. A população portuguesa que chegou ao Brasil se apropriou destes princípios de cura e disseminou o uso para outros países com a comercialização das folhas em diferentes formas, como o charuto e cachimbo. No século XIX o tabaco começou a ser industrializado como cigarro, se expandindo mundialmente. Somente a partir de 1960 que iniciam as preocupações de médicos com relação ao cigarro. As doenças adquiridas pelos fumantes e sua ação de dependência no organismo foram sendo investigadas. Evidenciaram-se que além das substâncias já existentes no tabaco, a indústria adiciona outras substâncias para a mercantilização do cigarro. Sua fumaça é composta por aproximadamente 4.800.00 elementos diferentes, registrados até 2002. Cerca de 68 são carcinogênicos. (MORTIMER; MACHADO, 2010).

Thenório [et.al] (2013) ensina a construir um fumômetro, com objetivo da verificação das substâncias químicas que se concentram nos pulmões após fumar um cigarro. Para a realização do experimento químico é utilizado: 2 garrafas pet de 2 litros com tampas, 1 tesoura, 1 canetão, cola quente, 1 furadeira com broca do mesmo tamanho da circunferência do cigarro, fita adesiva, água, 1 cigarro, isqueiro, garrafa pet de 250 ml, secador de cabelo, 1 guardanapo e 1

elástico. É recomendável realizar ao ar livre devido a fumaça e o cheiro do cigarro. Inicia realizando o corte do bico com tampa de uma das garrafas que é colocado cerca de 4 centímetros na parte externa superior da outra garrafa. Feita uma marcação circular, em seguida corta-se e encaixa-se o bico com a tampa no círculo. Em seguida é vedado passando cola quente ao redor. Após é feito um furo com a furadeira na tampa superior de modo que possa encaixar a bituca do cigarro dentro e na tampa inferior e colada uma fita adesiva. É enchido a garrafa de água e introduzido o cigarro no furo da tampa superior da garrafa.

Assim temos a representação da garrafa sendo o pulmão humano de um fumante. É retirada a fita de adesivo do furo da tampa inferior fazendo que escoar lentamente água do interior da garrafa em seguida é acendido o cigarro. Ao queimar o cigarro é liberado uma crescente quantidade de fumaça para o interior da garrafa, após todo o escoamento da água e o cigarro queimar, a fumaça visivelmente continua presente no interior da garrafa. Cortando e retirando o bico da garrafa de 250ml e utilizando somente o corpo da garrafa, é enrolado na extremidade de um secador de cabelo com fita adesiva e colocado na frente do furo da tampa inferior e enrolado com fita adesiva para vedar. É retirada a bituca de cigarro queimada e a tampa com furo, e colocado um guardanapo segurado amarrado com um elástico. Após isso é ligado o secador que irá forçar a fumaça a sair do interior da garrafa para a atmosfera passando pelo guardanapo. Este age como um filtro coletando algumas substâncias presentes na fumaça, ao retirar toda a fumaça é identificado no guardanapo uma concentração sólida de coloração amarelada das substâncias filtradas (THENÓRIO, *et.al*, 2013).

Mortimer e Machado (2010) elencam que entre as substâncias presentes no cigarro, está a amônia, encontrada nos produtos de limpeza; a acetona como solvente; o formol utilizado na conservação de cadáveres; assim como a nicotina, alcatrão, arsênico, monóxido de carbono entre muitas outras substâncias. Essas substâncias contribuem para influenciar na transformação de uma célula normal para tumoral. O benzopireno (C₆H₆) por exemplo, apresenta no organismo uma série de reações e transformações químicas da sua estrutura celular

O depoimento abaixo revela que além do cigarro, os problemas ambientais também interferem e fazem desenvolver doenças respiratórias, mas também indica questões fundamentais para a saúde respiratória nos quilombos:

Após descobrir que sofria de rinossinusite (RS), comecei analisar que meu sistema imunidade passou ser mais vulnerável a qualquer doença respiratória que me cometia [...] Exemplo: dificilmente eu contraia resfriado ou gripe, após o quadro de RS eu fico doente com maior facilidade quando exposta ao vírus, mudanças subtas de clima ou poluição no ar [...] Conheço casos de pessoas de minha comunidade que possuem problemas respiratória que sofrem com poeiras das estradas, substância químicas da indústria de cimento que soltam no ar e as mudanças ambientais trazem inúmeros

prejuízos a saúde e toda biodiversidade [...] nunca me consultei com nutricionista[...] venho fazendo mudanças na minha alimentação a partir de pesquisas próprias e a partir de minha realidade e condição social [...] a educação alimentar a partir de políticas públicas deveriam ser prioridade para chegar até a população que hoje em dia além de termos pessoas passando fome, ainda sofrem de desinformação e falta de atendimento básico! Saúde não se resume a tratar doença e sim na prevenção de doenças [...] faço uso de plantas como fazer inalação a vapor do chá de camomila [...]Chá de cana do brejo por ser anti-inflamatório[...] (Entrevista com P, integrante do Quilombo João Surá, realizada em 02.mar.2022).

A citação acima aponta o papel da relação ser humano e meio ambiente, no desenvolvimento de doenças respiratórias. Destaca as mudanças percebidas no corpo quando a doença é diagnosticada, e com isso a exigência de uma atenção para não surgimento de outras ou agravamento. Observa como as mudanças ambientais, a poluição atmosférica, o desmatamento da biodiversidade, e as substâncias químicas lançados no ar pelas indústrias nacionais e multinacionais, prejudicam o meio ambiente em sua totalidade direta ou indiretamente, inclusive a saúde humana, sendo as doenças respiratórias apenas um dos inúmeros agravantes provocados.

O depoimento também cita a questão alimentar e a autonomia no cuidado com a saúde. Neste caso, adotou uma maneira acessível para o auto cuidado, por não possuir acesso aos profissionais especializados. Nesse sentido, destacamos a importância da ampliação do debate da educação alimentar e suas potencialidades em saúde como estratégia de prevenção.

Destacamos também o uso de plantas medicinais para auxiliar no tratamento de doenças respiratórias, principalmente resfriados e gripes. Seu uso, em alguns casos, é realizado antes mesmo da procura do médico, ou ainda junto ao uso de medicamentos industrializados, ou ainda quando não é o dia da vinda da equipe de saúde no Mini Posto de Saúde João Surá. Em certas situações, quando não se percebe a eficácia do tratamento dos medicamentos industrializados, é prioridade o uso das plantas medicinais.

Por fim, neste breve estudos sobre algumas das doenças que acometem a população negra, e que foram fortemente destacados em nossa pesquisa de campo, apresentamos abaixo um quadro que busca sistematizar alguns aspectos sobre o Colesterol, e as possibilidades de abordagem deste tema no estudo das ciências da natureza nas escolas.

Quadro 05: Abordagem Didática do Colesterol no Ensino de Ciências da Natureza

O QUE É O COLESTEROL? O colesterol presente nos vasos sanguíneos, contribui para o mal funcionamento do organismo. É necessário verificar seus valores por meio da coleta de sangue pelo método colorimétrico enzimático, uma substância química sendo um lipídio da classe dos esteróides, não solúvel na água e não dissolvido nos vasos sanguíneos. O colesterol é transportado pelas apo proteínas que se formam as lipoproteínas. Os tipos são determinados pela densidade. Quando a densidade é extremamente baixa, é transportado o colesterol VLDL (<i>very low density lipoprotein</i>) que nos músculos e tecido adiposo são transformados com a densidade baixa. O colesterol LDL (<i>low density lipoprotein</i>) conhecido como "colesterol ruim" é o principal tipo, que transportado durante o fluxo nos vasos sanguíneos, se desprendem e se concentram nas paredes das artérias podendo causar entupimento dos vasos dificultando ou bloqueando o fluxo, o que resulta em problemas de saúde como a doença aterosclerose, infarto ou AVC. É transportado o LDL pelo colesterol HDL (<i>high density lipoprotein</i>) de densidade alta conhecido como "colesterol bom" que são transformados em ácido biliares no fígado. Sua função exercida é vital para saúde. Um dos constituintes que formam a membrana celular e nos hormônios sexuais, produz sais da bile e conversão em vitamina D. O próprio organismo produz o colesterol para suprir suas necessidades, mas também ingeridos por meio dos alimentos que está presente nas carnes, frango, peixe e laticínios. (MACHADO; MORTIMER, 2010).	ABORDAGEM NO ENSINO DAS CIÊNCIAS DA NATUREZA Biologia e a organização dos seres vivos: Anatomia e fisiologia humanas: Nutrição e as modificações dos alimentos no intestino delgado (LINHARES E GEWANDSZNAJDER, 2013); Química e a química sintética: a química dos medicamentos e as funções orgânicas: Uma introdução ao tratamento do Colesterol (MORTIMER; MACHADO, 2010), (BERTULLUCCI, 2010), (FONSECA, 2005); Física e o movimento: os movimentos circulares e a força centrípeta: o exame de sangue e os níveis de colesterol (PERUZZO; CANTO, 2006), (GASPAR, 2013).
FATORES DE RISCO E HÁBITOS QUE LEVAM AO COLESTEROL O autor Bertullucci (2010) explica que o colesterol é um tipo de gordura importante para o corpo, entretanto necessitamos conhecer seus riscos e a manutenção equilibrada. A verificação dos níveis de colesterol na corrente sanguínea são fundamentais para observar o excesso de colesterol LDL que desencadeia o surgimento de doenças cardíacas. O excesso de colesterol HDL auxilia na remoção do primeiro, por isso é analisada a quantidade de ambos. É liberado pelo fígado (endógeno) e uma pequena parte pela alimentação (exógena). Ao final é excretado pelo fígado, a quantidade de colesterol no sangue depende da capacidade de remoção pelo fígado, que é genético a isso associa também o colesterol alto independente da massa corpórea da pessoa. O controle do colesterol LDL, da glicose e da pressão arterial exigem: parar de fumar, o consumo de gordura saturada que eleva os níveis de colesterol como a gema de ovo, o bacon, a pele de carne de aves, a manteiga, o creme de leite, frituras, embutidos e as carnes. Exige ainda a adoção de práticas que combatam o sedentarismo. A recomendação de verificação dos níveis de colesterol é acima dos 10 anos de idade, o que contribui para o controle dos fatores de risco da doença como as doenças cardíacas (BERTOLLUCCI, 2010).	

Fonte: (Mortimer e Machado, 2010); (Linhares e Gewandsznajder, 2013); (Bertullucci, 2010); (Peruzzo e Canto, 2006), (Gaspar, 2013) e (Fonseca, 2005).

Uns dos órgãos que constitui o sistema digestório é o fígado que produz a bile. Nela contém sais biliares que agem como detergentes fragmentando os lipídios em pequenas partículas misturando com a água em emulsão, que é digerido pela lipase. Essa ação detergente tem ação apolar ligando com os lipídios e polar ligando com a água acontecendo simultaneamente. (LINHARES E GEWANDSZNAJDER, 2013).

Bertullucci (2010), diz que o tratamento para colesterol é permanente e busca minimizar o surgimento de problemas cardíacos. Por isso o cuidado de não abandonar o tratamento, que consiste em uma prevenção, e parte da adoção de mudanças nos hábitos de vida e hábitos alimentares, ou ainda com uso de medicamentos dependendo do caso. A estatinas é um dos medicamentos utilizados para o colesterol. O autor Fonseca (2005) explica que seu efeito é a

inibição da enzima HMG- COA *redutase* e aumento de sítio receptores do colesterol LDL ocorrendo sua ação primária no fígado.

O movimento de rotação circular é um dos mecanismos utilizado para separar misturas de substâncias que constituem o sangue, sendo uns dos inúmeros métodos existentes para o recolhimento de amostras para o exame de colesterol que é feito por meio da punção venosa. Segundo Peruzzo e Canto (2006), um dos processos de separação (fracionamento de misturas) se faz através da centrifugação que acelera a decantação, e é utilizada para separação de substâncias heterogêneas como o sangue, a partir do movimento rotacional circular no aparelho chamado centrífuga. Complementa Gaspar (2013) que a força centrípeta resulta nos corpos devido a aplicação de uma aceleração adquirida no movimento circular sendo uma força resultante. A força centrípeta é expressada pela fórmula $F_c = mv^2/r$ que F_c é força centrípeta igual a massa vezes a velocidade elevado ao quadrado dividido pelo raio.

Ainda é importante elencar que segundo as informações da Fundação Oswaldo Cruz e a Universidade Aberta do SUS (2019)²³ as principais situações de risco à saúde das populações do campo, florestas e das águas são: a) doenças ocupacionais: intoxicações e problemas de saúde relacionado ao uso de agrotóxicos e doenças e agravos físicos que ocorrem nas atividades agrícolas; b) acidente com animais peçonhentos: como acidentes com serpentes, aranha, escorpião, lagarta e abelha; c) urgência e emergência: queimaduras, envenenamentos, fraturas e luxações, mordida por mamíferos, entre outros; e d) saúde bucal: doenças na boca como cáries, gengivite, câncer de boca, entre outras e também as suas causas higiene inadequada, dificuldade no tratamento, procurar serviços de saúde quando surgi incomodo e tabagismo. (FIOCRUZ; UNA SUS, 2019).

Ao elencar as quatro doenças mais relevantes nos quilombos com base no levantamento realizado através do trabalho de campo (hipertensão arterial, diabetes, doenças respiratórias e colesterol), construímos uma abordagem didática para o ensino de ciências da natureza nas escolas. Essa construção foi possível por meio de materiais didáticos, sites, vídeos, artigos e entrevistas com os participantes da pesquisa. A abordagem dos temas por meio do ensino das ciências da natureza foi essencial para uma compreender a temática com toda sua complexidade. Verificamos a necessidade da complementação das informações dos livros didáticos de Biologia, Química e da Física, com a discussão das relações sociais, políticas,

²³ Informações obtidas na realização do curso UNA SUS. Unidade de ensino 4: Atenção às situações de risco à saúde das populações do campo, da floresta e das águas. Curso Atenção Integral à Saúde das Populações do Campo, da Floresta e das Águas. Fundação Oswaldo Cruz, Mato Grosso do Sul; Universidade Aberta do SUS (março de 2021)

ambientais, e étnico raciais. É fundamental fortalecer as entre as ciências da natureza e sociedade partindo da discussão da saúde.

Ainda foi visto diante das doenças que mais prevalecem na população negra uma discussão fragmentada específica sobre a população negra devido ser pouco citado nos materiais didáticos consultados, com isso percebe a importância de estudos e dados específicos em entender os modos de vida e a saúde da população negra, para romper com a abordagem padronizada que não respeita a diversidade populacional existente.

Complementa Solar e Yrwin (2010) que as determinações estruturais da forma de sociedade em que vivemos contribui para o estado de saúde e adoecimento da população. Estes estudos indicam que há uma relação íntima entre saúde e questão social. Com isso, analisar sobretudo quais fatores contribuem para o surgimento doenças e problemas de saúde. Os principais aspectos do contexto político e socioeconômico são: estado, políticas macroeconômicas, cultura e valores sociais, políticas públicas e sociais que posicionam indivíduos e grupos na sociedade; classe social, gênero, etnia (ação do racismo), educação, ocupação e renda. Esses aspectos são os determinantes estruturais das desigualdades da saúde, e definem as circunstâncias materiais como o modo de viver, trabalhar, a disponibilidade de alimentos, o acesso ao próprio sistema de saúde, que são pautados pelo processo de mercantilização da vida.

É importante compreender a saúde não a partir do adoecimento, mas socialmente. A própria perda do território, a falta da terra, a falta de acesso à alimentação saudável e aos serviços de saúde, a falta de tratamento e o diagnóstico precoce, os conflitos agrários no território e a evasão territorial influenciam nas situações de adoecimento. São fatores de risco que deixam as populações mais vulneráveis às condições de trabalho e de vida.

É importante mencionar ainda o papel da valorização do “Bem Viver e da ancestralidade africana: Os saberes e fazeres em saúde no Quilombo” no ensino das ciências da natureza nas escolas. Os conhecimentos da medicina tradicional realizada pelos curandeiros (as), benzedores(as), parteiras e rezadeiras a partir das ervas e plantas medicinais e técnicas utilizadas na promoção da saúde quilombola, e principalmente o resgate e memória das práticas que eram realizadas são fundamentais para os processos educativos que estão articulados com a resistência e luta dos próprios territórios quilombolas. Assim a possibilidade de trabalhos pedagógicos são muitas, e precisam ser instigadas na Educação Escolar Quilombola.

4.4 Alimentação Para a Saúde: Um Alerta Sobre a Mudança de Hábitos Alimentares no Campo

Para se debater sobre a questão alimentar é necessário compreender a situação da saúde local desses povos. A partir das questões orientadoras desta pesquisa, assim como da participação dos entrevistados na pesquisa de campo, observamos uma ênfase na relação entre alimentação, saúde e educação, e no caso das comunidades quilombolas abrange ainda a existência e reexistência territorial. Neste sentido, o debate da saúde vai para além da doença. Vejamos a reflexão de Vasconcellos e Gewandsznajder (1991) abaixo:

[...] existem doenças criadas ou agravadas pela maneira como o homem organiza a sua sociedade. A principal é a miséria, que atinge cerca da metade da população mundial e que é fruto da injustiça social e da má distribuição das riquezas. Também os conflitos familiares, a tensão da vida nas grandes cidades e a violência do homem contra seu semelhante geram problemas físicos e mentais. Todos esses fatores representam agressões psicológicas e sociais à saúde [...] a saúde não é um fenômeno isolado, mas o resultado da interação de todas as condições que a população vive. Não se pode considerar o indivíduo separadamente do seu contexto social, econômico e ambiental. O clima, o tipo de moradia, a qualidade da água consumida, a possibilidade de tratamento higiênico dos dejetos domésticos, além de muitos outros fatores, influencia e até determinam o padrão de saúde das populações. (VASCONCELLOS E GEWANDSZNAJDER, 1991, p.8-10).

Os autores se baseiam numa perspectiva ampla de saúde, que parte de uma compreensão ampla da sociedade, ambiente, meio político, biológico e econômico. Assim, exemplifica principalmente as diferenças sobre esses meios que sustentam as inúmeras iniquidades existentes. Saber analisar essas relações diante do cenário vivenciado atualmente pelos povos e comunidades tradicionais que vem identificando, denuncia e resistindo sobre esses processos, é fundamental para que se possa reverter o quadro social devastador em que vivemos. Compreender a saúde não apenas resultante de doença, mas identificar ações para promoção da qualidade de vida para todos, é central. Neste sentido, cuidar da saúde e assim respeitar o território, a natureza e os povos e comunidades tradicionais é defender a vida para toda a sociedade.

Vasconcellos e Gewandsznajder (1991), identifica que a situação da desnutrição no mundo é gerada desde um quadro de desigual distribuição de renda. A existência e manutenção de um quadro de miséria e extrema pobreza, está articulada aos interesses do capital com sua expansão e concentração de terras, não sendo prioritárias as pequenas áreas que são utilizadas para o cultivo de alimentos para a população. Outro fator é o modelo de produção de alimentos onde são utilizados mecanismos de manejo e técnicas que favorecem a destruição do meio ambiente como queimadas, utilização de agrotóxicos e ainda degradação do solo e da água. Por

fim, para as populações do campo não são ofertadas condições de acesso para continuar a produzir alimentos saudáveis, mas sim o esvaziamento das pessoas rumo as grandes cidades.

Reconhecendo as causas da desnutrição no mundo, sua relação com a saúde deve ser debatida de forma crítica, desvelando o contexto histórico e as bases que sustentam a continuidade histórica problemas sociais. Os impactos que as mudanças alimentares vêm ocasionando na saúde e como isso afeta toda a sociedade, nos exige analisar quais alimentos são consumidos atualmente correlacionando ao cuidado com a própria alimentação. No campo, a diminuição da produção de alimentos saudáveis ressalta um alerta, pois favorece as mudanças nos hábitos alimentares das pessoas e implicando diretamente na saúde.

Verificamos que os quatros casos de doenças mais presentes nos quilombos João Surá, Praia do Peixe e Mamonas (a hipertensão arterial, diabetes, doenças respiratórias e colesterol) citam o papel da alimentação para o reequilíbrio do organismo. Embora seja necessário aprofundar em cada caso específico sobre sua influência na saúde, pois o surgimento doença ocorrer a partir de muitos fatores desconhecidos, como genético ou ambiental. Mas, percebe-se a relação com a questão alimentar, principalmente no cuidado preventivo, no tratamento e na manutenção do cuidado. Konrad (2014) nos aponta que a:

[...] obesidade, o câncer, a hipertensão, o diabetes. Essas são as principais enfermidades decorrentes dos hábitos alimentares da sociedade moderna. Ao lado disso, há outros fatores como a sedentarização, o tabagismo, o estresse excessivo [...] uma distinção entre o que são alimentos e o que são produtos ultraprocessados [...], a alimentação está sendo considerada o fator ambiental determinante da causa dessas doenças. Evidentemente, ainda existem os fatores biológicos e genéticos (KONRAD, 2014, não paginado).

A citação elucida as mudanças dos hábitos alimentares contemporâneos dos quais resultam em adoecimento. Essas doenças destacam a alimentação como uns dos fatores essenciais para o tratamento e/ou prevenção. Ainda inclui também os fatores genéticos e biológicos que vão somando-se ainda mais nos determinantes da saúde da população.

Neste quadro contemporâneo o crescente consumo dos produtos alimentícios industrializados ressalta a importância de seus impactos na saúde. Portanto, embora a alimentação não seja o único determinante na saúde é importante compreender a sua influência.

A seguir, buscamos debater de maneira mais aprofundada e histórica as mudanças nos hábitos alimentares que ocorreram especialmente no Quilombo João Surá, e sua correlação com os desequilíbrios ecológicos e conflitos agrários ocorridos na região.

4.4.1 Mudanças alimentares no Quilombo João Surá (1988-2018) e sua correlação com os desequilíbrios ecológicos ocorridos na região

Os principais elementos que apresentamos aqui, são fruto de pesquisa realizada no Projeto de Aprendizagem do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza (UFPR-Litoral), entre os anos de 2017 e 2019. Sob a mediação da professora Maria Isabel Farias, foi uma oportunidade de identificar os principais impactos dos conflitos agrários sobre o modo de vida da Comunidade Quilombola João Surá, e a cultura alimentar. Analisamos como o capitalismo através do agronegócio e da concentração de terras, ameaça os modos de vida dentre as relações culturais que constituem este espaço, o bem viver, a natureza e toda biodiversidade que ali estão.

O trabalho resultou num estudo em formato de linha do tempo percorrendo os anos de 1988-2018, buscando apresentar os impactos dos conflitos identificados ao longo do trabalho que desencadearam a mudança alimentar. Percebendo que durante este tempo, ocorreram situações de maior intensidade e que foram determinantes para os momentos seguintes na história da comunidade.

Apresentamos a seguir, os principais fatos históricos a cada período, que remontam as condições e problemáticas hoje vivenciadas pelo Quilombo João Surá

- **1988/Conflito Social:**

O usufruto comum da terra e organização coletiva do território quilombola, sem divisão de lotes promovia um tipo de relação social entre as famílias. De maneira legal, se estabeleciam características organizativas baseadas no próprio modo quilombola de existir no espaço.

A demarcação de terra realizadas nos anos de 1970 pela INCRA, rompia com o modo de organização quilombola dos anos anteriores, promovendo mudanças nas relações sociais. O que antes se constituía num espaço com características coletivas, tornava-se neste período um território individualizado, com titulação de posse e tornando-o um espaço propício para a venda. Situação essa que levou a um conflito nas relações sociais. O uso coletivo do território se modificou, assim como o modo entre as famílias se relacionarem.

- **1998/ Conflito Territorial:**

O conflito territorial tem como uns dos seus principais marcos, os impactos nas divisões territoriais e as irregularidades nos processos de demarcação dos lotes. Isto promove a vinda de terceiros e fazendeiros, ocasionando implementação de fazendas de gados, e tensionando cada vez mais as relações sociais.

Os conflitos entre as famílias eram pressionados pelas formas de uso de terra na forma tradicional de produzir a agricultura para auto sustento e geração de renda em pequena escala, e, paralelamente a lógica dos fazendeiros que passaram a possuir domínio sobre as terras por meio das compras dos terrenos utilizando a terra para criação de gados, promovendo desmatamento das florestas nativas para plantação de pastos. Processo que gerou conflitos nas áreas de limite de plantação das famílias que tinham suas roças pisoteadas pelo gado. Um processo também que inviabilizou as condições de acesso à educação, saúde e estrada para as famílias que ali viviam.

- **2008/Conflito Ambiental:**

As transformações na biodiversidade e os impactos sociais, levaram a uma grande evasão das famílias do território quilombola. Com o avanço do agronegócio no campo, grande parte do território se concentrava nas mãos de fazendeiros, que obtiveram com as compras dos terrenos individualizados. A venda destas terras para uma empresa madeireira, levou a implementação do sistema de monocultura de plantação de *pinus* e eucalipto, e que atualmente domina grande parte do território quilombola João Surá. Também neste período constatamos uma grande evasão das famílias que venderam seus lotes e foram morar em outros bairros e outras cidades como Curitiba, São Paulo, entre outras.

Com bases nos relatos das famílias, a vegetação nativa modificou-se, e as transformações ambientais levaram a graves impactos na região. A diminuição das florestas e matas nativas, diminuição dos rios e córregos que antes existiam. Essas mudanças vieram com inúmeras proibições para os quilombolas que restringiram o acesso e o uso do território para as práticas tradicionais, como por exemplo a proibição do corte de palmito Jussara e a pesca no rio.

- **2018/Conflito Consumismo Capitalista:**

É possível identificar que a redução do número de famílias na comunidade, teve resultado na diminuição na produção de alimentos e a limitação no espaço do território. Como

consequência a elevação da presença de produtos industrializados no consumo diário age na contramão da produção da cultura alimentar quilombola.

As mudanças no modo de preparação destes alimentos são processos que a comunidade enfrenta. Mas mesmo assim, ainda encontra meios de resistência, principalmente a partir das práticas de cultivos de roça e dos saberes tradicionais (passados de geração em geração). Assim, aliado ao debate educativo e ao papel do diálogo de suas relações sociais entre as famílias, é determinante a valorização da identidade alimentar quilombola.

Como consequências dos conflitos vivenciados, as formas de resistência e os processos organizações coletivas das famílias que permaneceram no território e que não venderam suas terras, se fortaleceram. Realizaram lutas e ações com base nas leis, pelo direito à permanência, resistência e existência. Se intensificam também os processos de compreensão dos sujeitos coletivos atuando em espaços de representações políticas na luta pelos direitos historicamente negados, e agindo no fortalecimento da identidade da Comunidade Quilombola.

Portanto, os conflitos vivenciados na comunidade Quilombola de João Surá estavam relacionados ao objetivo externo de implementação de um sistema de mercantilização da terra quilombola, e de retirar do domínio dessa comunidade, o território de vida. A demarcação institucional foi necessária, mas não atendeu o modo de organização quilombola, na medida em que encaminhava o uso comum da terra para áreas individualizadas e próspera para ação do agronegócio. As consequências dos conflitos sociais, territoriais, ambientais e do consumismo dentro da comunidade quilombola, levaram ao avanço da concentração de terra como geradora de lucro para a manutenção da ordem capitalista. A alteração da natureza e da biodiversidade, a implementação de grandes projetos que desconsideram populações tradicionais, objetiva a implementação do território como mercadoria.

Com a contextualização dos conflitos territoriais na Comunidade Quilombola João Surá, é possível compreender as mudanças alimentares. Resultado de uma opressão intensificada nas comunidades do campo, e da desvalorização dos modos vida de organização e da cultura no território quilombola.

As limitações territoriais que foram sendo instituídas, reduziram a possibilidade de espaços para a produção de as variedades e quantidades de plantações a partir do cultivo de roça. O solo, a condição de espaço territorial, são fatores que explicam a diminuição do processo de plantações.

No mesmo sentido o processo de extrativismo, antes praticado a partir de um manejo que tem como base o respeito aos ciclos da natureza. Na atualidade percebe-se grandes

mudanças na biodiversidade local, e nas áreas em que se encontravam florestas e matas nativas foram sendo substituídas pelos pastos e gado.

A caça e pesca quilombola é umas das práticas que se relaciona com a questão alimentar, e com o respeito ao meio ambiente, observando os ciclos de vida da biodiversidade local. Entretanto, o novo cenário impulsionou a implementação de leis sobre a preservação do meio ambiente, desconsiderando a comunidade tradicional já existente no território. A diminuição de alguns dos alimentos consumidos em razão das leis de proteção ambiental implementadas, restringiram as práticas que eram realizadas. Mas, há uma contradição, pois o impacto ambiental na biodiversidade se intensificou. Pessoas de fora do território praticam caça e pesca em áreas de proibidas e como resultado dessa ação, a comunidade é apontada como responsável.

A criação de pequenos animais, como galinhas e porcos, contribui para a alimentação quilombola. Mas, nos últimos tempos foram modificados a alimentação também destes animais. A diminuição das plantações de roça, em decorrência da evasão e implementação de fazendas seguidas por monocultura de pinus, muitas das culturas como milho, mandioca, e outros alimentos que servem para alimentação dos animais teve diminuição na sua produção, o que motivou um custo de investimento para comprar rações e mantimentos de vendedores de fora, razão pela qual muitas famílias reduziram ou não praticam mais a criação de animais como anteriormente.

A fase do consumo dos industrializados ganha espaço com a diminuição da produção de alimentos no território. Há um aumento na compra de produtos básicos de fora da comunidade, como alimentos por exemplo o feijão, óleo, arroz, açúcar, entre outros. Alimentos estes que deixaram de ser produzidos em quantidade considerável pelas famílias.

Essa situação toda nos remete à busca de compreender com maior profundidade a importância de fortalecer os processos de resistência da comunidade, de sua identidade cultural alimentar. A agricultura é uma forma expressiva que enriquece os conhecimentos e saberes quilombola, a partir de métodos de organizações próprios de práticas sociais estabelecidas, onde as manifestações culturais, sociais e modos de vida se inter-relacionam com o ambiente e geração de renda. O auto sustento alimentar quilombola, mesmo que fragmentando na atualidade, faz parte da identidade quilombola.

As mudanças alimentares vieram em decorrência dos conflitos vivenciados na comunidade. Mas o próprio ato de resistência e enfrentamento a estas mudanças, possibilita

pensar estratégias e ações que potencializem a produção alimentar valorizando a identidade alimentar quilombola na comunidade.

Os conhecimentos que envolvem a produção de alimentos, são passados através da oralidade e observação entre as gerações. São conhecimentos sobre os solos; sobre o espaço geográfico para a roça; sobre as fases da lua; épocas para cada plantio; as técnicas de manejo; conhecimento da mata e da conservação das sementes crioulas; sobre os práticos típicos da identidade quilombola.

O território quilombola, assim como o território camponês, é um espaço de resistência, que é demarcado pelo acesso e pela forma do uso da terra; pela produção de uma identidade territorial; pela forma da organização coletiva e comunitária; pelas lutas por direitos; pela geração de renda das famílias; pela produção de alimentos saudáveis; pelo modo do cuidado com a saúde; pelo cultivo e memória de seus saberes tradicionais; pela educação e da formação política de seus integrantes.

4.5 Alimentação Quilombola como parte da Resistência Territorial

Segundo a autora Araújo (2008) os hábitos alimentares nas comunidades quilombolas expressam tradições e valores culturais, e, constituem-se como parte essencial na condição de existência. A alimentação quilombola é abrangente e vai além do ato de ingerir nutrientes, ela perpassa pela dimensão dos sabores e saberes ancestrais, expressadas nas diversas práticas de vida.

A cultura alimentar quilombola está presente desde o manejo, do fazer a roça e dos quintais, dos instrumentos utilizados para o processamento dos alimentos, no ato de produzir e de comer o alimento que ocorrem em sintonia com a religiosidade, com os encontros coletivos, festejos e relações comunitárias. Destacamos alguns exemplos a seguir.

A bandeira do Divino Espírito Santo é um ritual de jornada em devoção das famílias ao Divino Espírito Santo. Um grupo de pessoas se reúnem em caminhadas para realizar a passagem em devoção da bandeira pelas casas das famílias com cantos, entoadas ao som do toque de violão e triângulo. Ao chegar à casa é realizada a oração e o louvor ao santo que está em passagem com símbolo da bandeira, é arrecadado auxílios para a festa do dia de Pentecostes. Servindo geralmente um almoço, café ou jantar, os anfitriões da casa visitada também doam alimentos. A preparação é antecipada para o recebimento do grupo, as famílias plantam alimentos como arroz, feijão, milho, e também oferecem produtos comprados (como proteínas, bolachas, chás, entre outros) para servir no dia. Como agradecimento pela boa safra, também

são também são ofertados alimentos como litro de arroz, de feijão, junto às promessas e devoção.

Durante a passagem da bandeira do divino, ocorre muitas vezes (quando há pedido para pagamento da promessa) que o grupo acampa a realização da romaria de São Gonçalo, que é uma promessa de devoção a Santo São Gonçalo que reúne num espaço (sala da casa, o barracão da igreja, o terreiro do pátio coberto de lona) para realizar a devoção cantada e dançada. A dança é o pagamento da promessa por voltas com a oração entoada pelos mestres e contramestres acompanhados pelas cantadeiras e os pares de pessoas na prática da fé e religiosidade. Durante a romaria é servido café, jantar e lanches para as famílias, o que consiste em toda a preparação dos anfitriões para o recebimento das pessoas. Geralmente a família se prepara plantando o feijão, arroz, criando a galinha caipira, o cará, colhendo o café, e também recebendo a doações de alimentos pelas outras famílias.

Em João Surá é celebrada a novena de Santo Antônio, o padroeiro do quilombo. A novena inicia 31 de maio e encerra dia 12 de junho, e cada família fica responsável para ser o mordomero (a) para receber as pessoas e organizar na preparação dos alimentos para servir no dia da sua novena. Esta prática religiosa é realizada há de muito tempo. A Festa de Santo Antônio no dia 13 de junho é organizada coletivamente em comunidade, e possui alguns pratos tradicionais como o pastel da farinha de milho, chá de amendoim, quentão, pão de ló, bolos. Atualmente também possui alguns produtos industrializados (bebidas alcoólicas, refrigerantes e balas) que são vendidos para arrecadação da igreja em conjunto com jogos de bingo, leilão e a realização de bailes de sanfonas. Atualmente ocorre a inserção do baile de som de sertanejo e forró com dança. Esta festa conta com a participação dos outros quilombos como Praia do Peixe e Mamonas e outras comunidades.

A Via Sacra no período da Quaresma é feita na subida no morro do Cruzeiro, onde se reúnem as pessoas para realizar a procissão na semana santa no dia da sexta feira Maior. Foi construída uma cruz pelas famílias da comunidade no alto do morro. A subida é realizada com a via sacra cantada, com as leituras das estações prescritas no catolicismo. A chegada no Cruzeiro é finalizada o ritual de oração e devoção. Neste momento é feito um momento de partilha de alimentos. As pessoas levam um lanche preparado para comer juntos como: pastel, beiju, paçoca de amendoim, café, água, suco de limão, apressada, torta de palmito, mandioca, batata doce também produtos industrializados como bolacha e refrigerantes.

A comemoração religiosa do terço ou missa no dia de Nossa Senhora Aparecida e dia das crianças no dia 12 de outubro, celebra a devoção reunindo no núcleo Guaracuí - Igrejinha

construída por uma família em seu terreno particular próximo da residência. Ao final da oração é servido o almoço pelos anfitriões. No natal, dia 25 de dezembro, marca as visitas nas casas de parentes que residem em outros locais, realizar refeições em família. Há também ritos religiosos na igreja local neste período como as novenas de natal nas casas com orações, cantigas e dinâmicas. Ao final, em agradecimento, é ofertado pelos anfitriões café ou lanches para o grupo, como cará quente, café, mandioca cozida, e também produtos industrializados (chás, refrigerantes e bolachas).

A mesada dos anjos é uma devoção oferecida de promessa pelas boas colheitas dos alimentos. É feito o oferecimento de um banquete de comida para as crianças consideradas “os anjos inocente”. É feito na casa da pessoa que faz promessa, onde oferta um almoço para as crianças em cima da esteira estendida no chão com imagens de santos e os pratos de alimentos, os pais ficam em volta. São ofertados arroz, feijão, macarrão, saladas, entre outros e também distribuídos doces para as crianças. Os terços de São Sebastião no dia 20 de janeiro, de Bom Jesus do Passos na terceira sexta feira, e de Nossa Senhora das Dores na penúltima sexta feira do tempo da quaresma, são realizados pelas famílias no preparo do altar de devoção e após para o acolhimento é servido um lanche para as pessoas como café, suco, bolos e pães, beiju, pastel de farinha de palmito e também produtos industrializados (chás, refrigerantes e bolachas).

Conforme Andrade e Tatto (2013) a recomendação das almas realizada no período da quaresma é uma tradição religiosa católica nas quartas ou sexta feira a noite com orações cantadas em oferecimento as almas dos falecidos as pessoas se reúnem junto com as cantadeiras na frente da igreja católica, nos locais com símbolo de cruz na estrada, o silêncio em respeito e orientações de não olhar para atras ou no buraco, também tem casas que chega para recomendar, as pessoas devem estar acordadas mas não sair da casa, após o termino da oração é ofertado um café ou bebida para as pessoas que seguem até finalizar no cemitério a recomendação das almas.

Ainda os cultos, pregações, novenas e louvores nas orações religiosas (católica ou evangélica), ao final todas possuem a confraternização das pessoas levando um prato para a partilha de alimentos seja nas igrejas, barracões ou nas casas.

Os ritos da religiosidade apresentados anteriormente estão presente na tradição cultural nos quilombos. Durante sua realização, percebe-se também o consumo de alimentos industrializados ou produzidos com ingredientes que não são produzidos no território. Observamos ainda o esforço pela presença da culinária da alimentação tradicional quilombola, uma prática de muitas gerações que buscam a conservação do processo cultural por meio dos alimentos aliados aos encontros coletivos. Esses espaços expressam a religiosidade e o bem

comum, o processo comunitário de organização e preparação dos alimentos. Contribuem com saberes e fazeres essenciais da prática quilombola no território.

Como mencionado por Brasil (2014) os alimentos são a ingestão nutricional que promove saúde e qualidade de vida, mas abrange para além do campo dos nutrientes uma complexidade de relações presentes desde a produção ou acesso, as combinações das variedades de alimentos, as formas de preparo, o modo de se alimentar que contribui para a construção cultural alimentar, o comer junto com as famílias e amigos e as relações sociais, os brindes e comemorações que circundam os aspectos positivos estão conectadas a prática de se alimentar.

Na prática da produção de alimentos os quilombolas se utilizam de várias ferramentas construídas com o conhecimento tradicional passado de geração em geração, desde o manejo, o plantio, o cultivo até a colheita dos alimentos. Para beneficiar seus alimentos são utilizados: a roda de farinha e o tipiti para fazer a farinha de mandioca, o pilão para socar e moer milho, arroz e café. É cultivado para sua alimentação, o arroz, o feijão, mandioca, café, cana de açúcar, galinha caipira, entre outros.

Assim, a realidade nos quilombos tem sua forma específica de plantar, produzir, colher, interagir e o comer os alimentos, relações estas, que entrelaçadas, nos permite compreender a essência da comensalidade.

Conforme Brasil (2014) a comensalidade compreende o ato de alimentar-se como norteador de vários aspectos de cuidado e que fazem deste momento ser essencial. Além de nutrir, carrega uma conexão com o respeito e o tempo dedicado ao ato de se alimentar, a atenção nas escolhas dos locais adequados, e a importância das interações sociais.

Ainda verificamos que a alimentação se faz a partir de processos sociais e culturais que dão significado de existência nos territórios, desde a produção da roça coivara para plantar alimentos saudáveis, os conhecimentos e saberes atrelados ao beneficiamento das comidas e preparações das comidas típicas, a promoção do fazer junto as colheitas dos alimentos. Observamos também que os processos de produção e preparo do alimento é organizado da seguinte forma: homens e mulheres realizarem os plantios e colheitas; mulheres realizam o preparo dos alimentos e as crianças observam e participam dos processos.

Retomando alguns dados obtidos a partir de nossa pesquisa de campo, destacamos a seguir as respostas de duas outras perguntas da entrevista/questionário. As perguntas foram: a) Pergunta 12: Você ou sua família cultiva hortas, quintais ou roça? Se sim, em qual local? Perto da Casa? Quais são as motivações que levam a produzir os alimentos? Comente.; b) Pergunta 13: Quais principais desafios enfrentados atualmente para cultivar a roças? Comente.

Para a pergunta 12, contamos com a participação de 29 pessoas, sendo elas dos quilombos de João Surá (24 pessoas) e de Mamonas (5 pessoas). Para a pergunta 13, contamos com a participação de apenas 05 pessoas do quilombo João Surá.

As respostas evidenciaram a importância do cuidado com a alimentação e a continuidade do modo de produzir os alimentos ensinando os filhos. Destacaram também as famílias se unindo para realizar uma plantação coletiva; o cultivo de terreno considerado da família no qual parentes plantam e a contribuição com o outro; a alternativa e oportunidade de acessar alimentos frescos e saudáveis, sem agrotóxicos produzidos pelas próprias mãos; a diminuição da necessidade de comprar de fora; a prática por gostar, que age como terapia em contato com a natureza; a produção de alimentação como meio de auto sustento; e também para a geração de renda com a venda de alimentos para programas governamentais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Ainda ressaltam como dificuldade: condições de irrigação distantes do abastecimento de água, o desequilíbrio ambiental e presença dos animais nos espaços de plantação, como as galinhas e jacus. Também, a evasão das famílias. Hoje, as famílias buscam realizar roças em vários locais devido o tipo de planta e as condições dos solos e clima. Neste sentido, referindo-se a pergunta 12 do trabalho de campo, observamos que 27 entrevistados declararam cultivar hortas, quintais e roça e 02 pessoas declaram não fazer cultivos.

Os principais desafios enfrentados que foram apontados na entrevista foram: falta de apoio para aração dos solos para melhorar o cultivo; terrenos com áreas sedentárias; falta de manutenção contínua das estradas para saída dos caminhões das propriedades; desequilíbrio ambiental e aparecimento de animais selvagens se alimentando nas plantações; concentração nos terrenos que ainda possui biodiversidade de árvores nativas e alimentos (difícilmente encontrado nas vastas áreas de monocultura de pinus que cercam os quilombos). Essas situações resultam em mais chances de acidentes com animais peçonhentos, como serpentes, aranhas e presença de insetos nas áreas de cultivo.

Registramos também casos de bastante produção, mas sem local para poder entregar, ou ainda o impacto das mudanças climáticas nos períodos de cultivo, principalmente a exposição solar e as épocas de chuvas intensas. A burocracia no acesso a políticas públicas para pequenos agricultores rurais, e a luta por manter as variedades de sementes crioulas cultivadas no território. As pessoas que não cultivam declaram as condições da perda do espaço de terra, a ação do capitalismo pressionando a necessidade de sobrevivência e a busca de emprego.

As dificuldades na produção e no acesso ao alimento saudável na atualidade envolvem as seguintes questões: a) as informações confiáveis sobre os alimentos saudáveis, devido à manipulação dos meios de comunicação com estratégia para publicidade e mercantilização; b) maior acessibilidade de produtos ultra processados substituindo os produtos in natura ou minimamente processado. Os alimentos ultra processados adentram com maior rapidez, vindo semanalmente e quinzenalmente com verdureiros e mascates; c) os legumes, verduras e frutas tendem a possuir um valor alto do que alimentos ultra processados, entretanto seu custo total, são mais baratos, observando sua variedade, épocas ou safras os próprios produtores tem seu valor reduzido (BRASIL, 2014).

Segue Brasil (2014), que: d) as habilidades culinárias são importantes para o preparo da alimentação saudável, o cuidado e a técnica do preparo fortalecem apreciação dos temperos, sabores e aromas. Um alerta, principalmente aos jovens que seguem na desvalorização da alimentação cultural frente as estratégias capitalistas, é se tornam cada vez mais suscetíveis à mudanças alimentares; e) o tempo do preparo e consumo tem sido fatores que influenciam a decisão por produtos não saudáveis, entretanto, respeitar o período para se alimentar é essencial; e por último f) a publicidade age como importante influenciador nas escolhas alimentares das pessoas, impulsionando o consumismo através dos meios de comunicação. (BRASIL, 2014).

Assim dirigimos nossa análise para a situação dos quilombos, uma integrante do Quilombo João Surá relata:

Fazia o uso de rapadura e tomava café até de mel, adoçava com mel, não tinha açúcar [...] então com determinado tempo pra cá [...] o pai deixou de trabalhar na roça [...] no tempo que se aposentou digamos assim, né, deixou um pouco de tar trabalhando na roça [...] ai você começa a fazer o uso di produtos industrializados, começam aparecer doenças, e as pessoas fazendo uso de alimentação caseira antigamente antes né, você nem quase vê doença [...] a vida inteira tomando esses remédios [...] embaixo de produtos industrializado, cheio de agrotóxico, e veneno daqui e de lá [...] (Entrevista com N, integrante do Quilombo de João Surá, realizada em 17 de jun. 2021).

Na citação percebemos que a mudança nos hábitos alimentares quilombolas estão relacionados com o acesso ao dinheiro que influencia no consumo de produtos industrializados. Esses adquiridos pelas pessoas idosas que trabalhavam na agricultura e se aposentaram, ou ainda que acessam dinheiro através de empregos fora do quilombo. Isso eleva a atenção também para a facilidade e agilidade para adquirir esses produtos.

Onde antigamente predominava a produção de alimentos por meio da agricultura, hoje, como principais meios de renda nos quilombos são: o emprego nas empresas e prefeituras; a aposentadoria, devido ao grande número de pessoas idosas; trabalhos informais e diário; e ainda

produção de alimentos orgânicos e convencionais. Em comparação entre os alimentos produzidos no quilombo e a entrada dos produtos industrializados, esses últimos são apontados como influentes no surgimento ou agravamento das doenças. As condições nas quais são produzidos pelas indústrias, a partir de sua composição química, resultam em impactos no quadro de problemas de saúde.

Mas quais são os principais alimentos que vêm sendo consumido atualmente nos quilombos? O depoimento abaixo indica que:

[...] J porque o tempo nosso lá, era rechio, era coisa K pão de ló J coisa tradicional né [...] pensando mais na economia, mais fácil [...] matava um porco[...] a vizinhada tudo comia mas chegava bem cedo, ói qui vim trazer pro senhor um pedacinho de carne pra messe [...] Mamãe com tia gonçala nem que fosse um pedacinho assim [...] acabou tudo isso né cara, mas também ventura tudo vem de lá de fora agora, K tudo mais fácil né [...] (Entrevista com J e K, integrante do Quilombo de João Surá, realizada em 11 de dez. 2021).

Atualmente é importante identificar quais são os tipos de alimentos que os quilombolas estão acessando e quais as condições e disponibilidade deste acesso. Também destacar a escolha pela produção e consumo de alimentos saudáveis tanto nos territórios.

Abaixo construímos um quadro síntese com dados coletados durante a pesquisa de campo, onde através de questionário de múltipla escolha, tivemos a participação de 51 integrantes, sendo estes: João Surá (44 pessoas), Praia do Peixe (02 pessoas) e de Mamonas (05 pessoas). A organização destes dados também contou com as reflexões feitas a partir da leitura de Brasil (2014).

Quadro 06: Principais Alimentos e Produtos Consumidos nos Quilombos de João Surá (JS), Mamonas (M) e Praia do Peixe (PP)

Alimentos vindos de fora dos Quilombos	JS	M	PP	Total	Alimentos produzidos nos Quilombos	JS	M	PP	Total	Tipos de alimentos e produtos
arroz comprado do mercado	30	05	02	37	arroz caseiro	30	03	01	34	in natura ou minimamente processado
feijões comprados do mercado	20	04	02	26	feijões produzidos	35	03	02	40	
carnes compradas do mercado	35	05	01	41	carnes da criação de galinha caipira, porco e outros	31	04	01	36	
ovos de galinha comprados do mercado	14	01	01	16	ovos de galinha da criação local	36	05	02	43	
legumes, frutas e verduras comprados de fora	22	00	00	22	legumes, frutas e verduras produzidos	35	04	02	41	
leite em pó	28	04	01	33	café caseiro	25	03	02	30	
café comprado	28	02	01	31	farinha de mandioca produzida	25	05	01	31	
farinha de mandioca comprada do mercado	17	01	01	19	chá caseiro da comunidade	23	01	01	25	
chá comprados no mercado	16	03	01	20	mel	15	03	01	19	
cheiro verde comprado de fora da comunidade	05	00	00	05	cheiro verde produzido	29	04	02	35	
trigo comprado no mercado	12	00	01	13	Tubérculos: Taiá, cará e cará, mandioca	28	04	02	34	produtos processados com adição de sal ou açúcar a um alimento in natura ou minimamente processado
sal refinado	37	05	02	44	açúcar mascavo	15	01	01	17	
sal grosso	04	00	01	05	comidas típicas: beiju, apressada, cuscuz	28	04	02	34	
açúcar cristal	36	05	01	42	doce de laranja, taiada, rapadura produzida na comunidade	23	05	02	30	
açúcar refinado	05	01	01	07	temperos feito em casa	22	04	01	27	
óleo de soja	37	05	02	44	molhos produzidos na comunidade	03	01	00	04	
óleo de milho/girassol	04	01	00	05	bolacha, pães e bolos produzidos em casa	30	04	02	36	
azeite	07	01	01	09	doces e conservas de frutas produzidas	15	04	01	20	
banha de porco	14	04	01	19						
doce de laranja, taiada, rapadura comprada do mercado	11	01	00	12						
embutidos	13	00	01	14						produtos ultra processados com várias técnicas de processamento
enlatados	12	00	00	12						
temperos prontos do mercado	07	03	01	11						
macarrão	20	04	01	25						
massa de tomate compra do mercado	12	05	00	17						
adoçante industrializado	02	00	00	02						
pães, bolos e bolachas compradas do mercado	21	04	01	26						
bala, pirulitos, gíbi e paçoquinhas compradas do mercado	18	01	00	19						
refrigerante	11	02	00	13						
miojo, macarrão instantâneo	06	01	00	07						
biscoitos recheados	11	01	00	12						
chocolate, bombons, trufas	14	02	00	16						
suco industrializado	09	01	01	11						

Fonte: Organização de Lucilene da Rosa Pereira (2020*)

Com base no quadro observamos que foram 51 alimentos e produtos levantados pelos participantes, sendo que destes, 33 são vindos de fora e 18 produzidos nos próprios territórios. Identificamos que houve diminuição dos alimentos produzidos nos quilombos em detrimento do consumo de alimentos vindos de fora para o auto sustento cotidiano. Também devemos considerar que dos alimentos comprados em supermercados, mercados ambulantes, e carros de verdureiros, não conhecemos que adubos e insumos foram utilizados, ou ainda não destacam a informação dos ingredientes utilizados e composição nos rótulos.

Com ajuda de Brasil (2014), classificamos os alimentos levantados pelos quilombolas em três tipos. O primeiro, *in natura* ou minimamente processado, sendo que destes foram elencados 11 vindos de fora e 11 produzidos no território, somando um total de 22. Os principais citados foram: ovos de galinha da criação local, legumes, frutas e verduras produzidos e carnes compradas do mercado. Brasil (2014) aponta que estes alimentos são obtidos das plantas e animais, utilizados para consumo sem alteração quando retirado da natureza. Os que passam por alterações, são mínimas como o caso da secagem de grãos, e o processamento da farinha de mandioca (removendo partes não comestíveis, para higienização, embalagem, pasteurização ou congelamento). Não há agregação de sal, açúcar, óleo e gorduras e outros e em sua maioria são perecíveis. Esses devem ser a base da alimentação. Possuem uma complexidade de valores em calorias e nutrientes.

Brasil (2014) afirma que os de origem animal contém fonte de proteína, vitaminas e minerais, mas seu consumo excessivo de gorduras saturadas favorece a obesidade, doenças cardíacas e outros tipos de doenças crônicas. Os de origem vegetal são fontes de fibras e variedades de nutrientes. Possuem menos calorias que os de origem animal. Os de origem animal e vegetal devem ser complementários, pois unidos fornecem nutrientes essenciais. Por isso a variedade e diversidade nas escolhas favorecem toda nutrição que o organismo necessita. Esses alimentos são produzidos em grande medida pela agricultura familiar, contribuindo e fortalecendo a economia local, assim como reduzindo impactos na biodiversidade com a produção de alimentos e distribuição de alimentação saudável para todos. Ressaltamos ainda que as técnicas de polimento excessivo dos grãos tendem a diminuição dos nutrientes, como do arroz branco ou amarelo pela indústria. (BRASIL, 2014).

Destacamos no quadro acima, um segundo tipo de alimentos *in natura* que são os minimamente processados com adição de sal ou açúcar. Destes, destacamos a indicação de 14 vindos de fora e 07 produzidos no território, somam 21. Os principais citados foram: sal refinado, óleo de soja e açúcar cristal. Brasil (2014) nos ajuda a entender que, utilizados como

temperos, ou na conservação de alimentos, contribuem para maior durabilidade e degustação dos alimentos. São opções favoráveis para aumentar a validade como no caso de compotas, conservas e salmoura, mas que retiram parte dos nutrientes presentes no alimento *in natura*. Devem ser consumidos em pequenas quantidades devido à presença excessiva de gorduras saturadas (óleo e gordura), de sódio (no sal de cozinha), e açúcar, que devido à alta densidade calórica leva a problemas de saúde bucal, como cárie dental, obesidade, doenças do coração e doenças crônicas.

Alguns alimentos tradicionais quilombolas são preparados a partir dos alimentos *in natura* minimamente processado, adicionado temperos ou conservantes. Destacamos a necessidade de uma alerta sobre a quantidade de adição de sal, açúcar e óleo utilizado nos preparos típicos dos quilombos.

E por último, no quadro síntese acima, com o auxílio de Brasil (2014), destacamos um terceiro tipo de alimentos, que são ultra processados a partir de várias técnicas. Foram mencionados 08 alimentos vindos de fora: pães, bolos e bolachas compradas do mercado, bala, pirulitos, gibi e paçoquinhas compradas do mercado, chocolate, bombons e trufas.

Explica Brasil (2014) que estes alimentos possuem uma nutrição desbalanceada. São pobres em fibras, vitaminas, minerais e outras substâncias favoráveis ao organismo. Na maioria das vezes são substituídos pelos dois outros tipos mencionados anteriormente. Com ampla quantidade de sal, açúcar, óleo, gorduras, substâncias calóricas e formulações produzidas pelas indústrias, buscam realçar o sabor. A textura e coloração artificiais consistem em camuflar os aditivos químicos adicionados, e pouco se menciona sobre seus efeitos nocivos à saúde a longo prazo. Esses aditivos inibem a sensação de saciedade do organismo não possuindo controle do apetite e aumentando o consumo, promovem a maior validade dos produtos como estratégia de vendas. Quando há presença de algum alimento *in natura* ou minimamente processado, é em quantidade reduzida em comparação a vasta composição dos ingredientes produzidos pelas indústrias. Os formatos diet e light têm em sua formulação uma redução ingredientes ultra processados, mas com o aumento de produtos sintéticos, ou ainda isolando algum nutriente, resultando numa contribuição parcial ao organismo, mesmo que carregando a mensagem de ser alimento saudável.

Estes alimentos contribuem para o surgimento de doenças e problemas de saúde, como doenças cardíacas, diabetes, aumento do risco de deficiências nutricionais e alguns tipos de cânceres. Além do desfavorecimento nutricional do hiper sabor (efeito de dependência dos sentidos sensoriais), comer sem atenção aos horários e tempos leva a implicações no processo

digestório e sintetização excessiva de calorias, impactando. Impactando seriamente a cultura alimentar saudável e a natureza, as grandes indústrias detêm os meios de produção (terra, matéria prima e tecnologias) que baixam o custo do processo produtivo, e possibilitam ofertas e consumo de massa de seus produtos, favorecidos pela publicidade. Norteados para a lucratividade, a produção de alimentos ultra processados requer a concentração de terras pelo agronegócio onde para o monocultivo em grande escala utilizam insumos e agrotóxicos. Processo esse que apresenta graves riscos à biodiversidade e à natureza como um todo. (BRASIL, 2014).

O relato a seguir demonstra as motivações para aderência desses produtos:

O que vem de fora ganhou espaço por que tem a opção também de sabor, por exemplo o chocolate, coxinha, a pizza, a lasanha, etc., são produtos de fora que atraem bastante o paladar e o olfato [...] também são opções devido a sua praticidade, muitos não gostam ou não sabem fazer, e muitas vezes não dispõem de produtos para a elaboração da receita no momento. Tem a situação do capitalismo também, pois as vezes fica mais barato comprar de fora do que de dentro da comunidade, devido aos valores e condições financeiras [...] (Entrevista com O, integrante da Comunidade Quilombola João Surá, realizada em 17 de set. 2020).

A citação acima apresenta algumas das motivações para a escolha do consumo desses produtos. Tensionados pelas estratégias de publicidade e adições químicas para aumento do consumo da população, mas também do próprio sistema capitalista como um todo que em sua lógica dificulta o acesso aos produtos saudáveis, seja produzindo ou adquirindo de outros produtores. A facilidade cotidiana no acesso aos produtos ultra processados, os valores mais baixos e as ofertas, escondem no momento da escolha seu caráter nocivo à saúde humana, e da própria natureza.

Explica Brasil (2014), que as mudanças nos hábitos alimentares ocorrem em diversos países. É um fenômeno globalizado. Realizar ações para a construção de outro padrão alimentar é essencial para alterar o quadro de saúde da população, reduzir processos de adoecimento. Compreendemos que planejar ações e práticas de uma alimentação adequada e saudável, requer com certeza processos de transformação da sociedade como um todo.

Brasil (2014) afirma que depende de transformações no contexto político e socioeconômico, produzindo políticas públicas que levem o acesso e a disponibilidade de alimentos no local em que se vive e trabalha. Essas ações políticas podem contribuir com o aumento da renda das pessoas em vulnerabilidade econômica, assim como contribuir com uma educação alimentar sintonizada com os sistemas públicos de saúde e educação. Podem contribuir a partir da assistência técnica e projetos de financiamento à agricultura familiar, gerar

novas tecnologias para a comercialização de alimentos *in natura* ou minimamente processados com preços acessíveis. Pode possibilitar o consumo de alimentos saudáveis na merenda escolar.

Por mais que o consumo de alimentos pareça ser uma escolha individual, ela vem de uma série de ações sociais e econômicas que podem garantir o direito ao acesso a uma alimentação adequada e saudável. Os sistemas de produção e distribuição de alimentos saudáveis orgânicos e agroecológicos levam à qualidade de vida, à saúde do corpo humano, e equilíbrio ambiental (BRASIL, 2014).

As dificuldades enfrentadas pelos produtores de alimentos, levam inclusive às dificuldades de manter a juventude do campo em seus territórios produzindo alimentos, desde o acesso à terra para plantar até o acesso às políticas públicas para a agricultura familiar e a produção de alimentos saudáveis. As formas de resistências adotadas pelos quilombolas perpassam pela organização coletiva dos produtores rurais nos quilombos, pela participação em grupos de agricultores orgânicos, pela continuidade do sistema tradicional da roça coivara, pelas estratégias coletivas de vendas de produtos na região, como banana e palmito e mais recentemente as hortas.

Essas formas contribuem para o fortalecimento da identidade quilombola e para a construção de um projeto de sociedade diferenciada. Pois, é visível que as alterações climáticas, o ressecamento dos solos e das fontes de águas, observada pelos produtores quilombolas, vêm em grande medida pela grande extensão de monocultura de pinus, grandes áreas fazendas de gados, projetos de construção de barragens, que circundam os territórios quilombolas. Essas circunstâncias de conflitos agrários levam ao estresse favorecendo o adoecimento e complicações na saúde dos quilombolas.

Buscando recuperar a valorização de uma alimentação adequada e saudável, Brasil (2014) destaca os principais grupos de alimentos. São eles:

- a) Grupo das leguminosas: grão de bico, variedades de tipos de feijões (carioca, fava, corda, preto, branco, mulatinho, entre outros), ervilha, lentilha. São fontes de proteínas, fibras, vitaminas do complexo B e minerais (ferro, zinco e cálcio). A depender da quantidade de consumo devido possuir quantidade altas de fibras e moderada de calorias pode favorecer a saciedade. Dos feijões comprados no mercado, são mais comuns feijão preto e feijão carioca. Dos feijões produzidos em quilombos foram levantadas as variedades: bolinha, mamona, branco, rosinha mineiro, pitoquinho, jaula amarelo, mãezinha e mantegão, carioca, mulatinho, rosinha, pitoquinho, jaulão, carioquinha vermelho e preto. Os solos vermelhos são mais

favoráveis para sua formação em áreas de morro (declive) ou acento (plano). Os tipos e técnicas de manejo e cultivos desde o sistema tradicional agrícola quilombola são: roça de coivara, orgânico, agroflorestal e modo convencional em pequena escala. (BRASIL, 2014).

- b) Grupo dos cereais: arroz, milho, trigo, cereais, aveia, centeio. São ricos em carboidratos, fibras, vitaminas, vitaminas do complexo B e minerais juntamente consumido com as leguminosas tornam-se fontes de proteínas, os cereais polidos excessivamente possui menor quantidade de fibras e nutrientes. O arroz comprado é o parboilizado, branco e integral, o último é recomendado para consumo diário, segundo orientação médica. Dos cereais produzidos ou que eram produzidos nos quilombos foram levantadas as variedades: milho (Branco, amarelo, branco paiol e híbrido), arroz (matão branco, governinho ou tirivinha, talo roxo, 90 dias amarelo, amarelão paulista, pretinho, colorido, perna de corno e roxinho). Para o cultivo do arroz através do sistema tradicional agrícola quilombola, utiliza-se a roça de coivara, orgânico, agroflorestal e modo convencional em pequena escala. Os solos brancos são mais favoráveis para sua formação em áreas de acento (plano) próximos de córregos ou rios em locais com pouca umidade. Esses são consumidos cozidos nas principais refeições como almoço e jantar como é caso de arroz, mas o milho é consumido cozido, assado e ainda feitas comidas típicas como pamonha, cural, canjica, ainda cultivado para criação de galinhas caipiras e animais. (BRASIL, 2014).
- c) Grupo das raízes e tubérculos: mandioca, batata doce, batatinha, cará, inhame, mangarito e taiá. Possui carboidratos e fibras e algumas variedades de minerais, vitaminas, como o potássio e as vitaminas A e C. Dos produzidos ou que eram produzidos nos quilombos foram levantadas as variedades: vassorão e vassorinha, pão do céu, amarela, aipim Parma e aipim cor de rosa. A produção destes alimentos a partir do sistema tradicional agrícola quilombola são a roça de coivara, orgânico, agroflorestal e modo convencional em pequena escala. Os solos vermelhos, brancos são favoráveis para sua formação em áreas de morro (declive) ou acento (plano). Estão presentes no café da manhã e nas pequenas refeições da tarde e ainda minimamente processado como caso da mandioca extraído a fécula para o polvilho doce ou goma ingrediente da receita tradicional apressada (BRASIL, 2014).
- d) Grupo dos legumes e verduras: abóbora, acelga, agrião, alface, almeirão, beringela, beterraba, brócolis, cebola, cenoura, chuchu, couve, mostarda, ora-pro-nobis,

pimentão, quiabo, repolho. Composto de variedade de vitaminas e minerais, agem na prevenção das deficiências de micronutrientes, fibras, pouca quantidade de calorias, possui vários antioxidantes em prevenção ao aparecimento de alguns tipos de cânceres, ajuda na redução do consumo de carnes vermelhas. Dos alimentos vindos de fora, adquiridos em mercados, carros de verdura, tem sua origem nos centros de distribuição de produtos convencionais em grandes cidades. Estes contêm a presença de produtos químicos que se mostram na aparência e durabilidade das espécies. Os produzidos ou que eram produzidos nos quilombos foram levantadas as variedades, que vem de sementes que são compradas e também sementes crioulas passadas de gerações pelas famílias para cultivo em hortaliças: alface, mostarda, couve, couve flor, repolho, rúcula, cheiro- verde (manjeriço, peixe carne, alfavaca, manjerona, alho da folha chata, cebola, cebolinha verde, salsinha, peixe carne, cebolão, alho) abobrinha verde, abobora amarela, abobora paulista, palmito pupunha, beterraba, rabanete, almeirão roxo e almeirão branco. A produção destes alimentos a partir do sistema tradicional agrícola quilombola é orgânica, e é utilizada para o auto sustento e também vendido para gerar renda. Os solos húmidos são favoráveis para sua formação em áreas de acerto (plano). Estão presentes nas principais refeições almoço e jantar. O processo de higienização das partes comestíveis é fundamental devido os micro organismos presentes. (BRASIL, 2014).

- e) Grupo das frutas: abacate, abacaxi, abiu, açaí, acerola, banana, goiaba, jabuticaba, jaca, jambo, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, pitanga e uva. Possui fibras, vitaminas e minerais e variedade de compostos que age na prevenção de doenças. A produção destes alimentos através do sistema tradicional agrícola quilombola perpassa pela roça de coivara, pelo orgânico e modo convencional em pequena escala, nos quintais ou plantações antigas de árvores frutíferas como as jabuticabeiras. Nos terrenos vendidos para as empresas ainda possuem árvores frutíferas antigas localizadas próximos aos antigos locais de moradia, e áreas consideradas de reserva ambiental. Diferentes solos são favoráveis depende do tipo da variedade das plantas em áreas de acerto (plano) e morro (declive). As frutas produzidas ou que eram produzidas nos quilombos tem a seguinte variedade: banana (nica, sarta veiaco, maranhão, da índia, preta, de santo mé, paulista, marmelo, caturra, maçã, pera, prata e caturrão), laranja (azedo, mexerica, lima, prata, china e vermelha e poucã), café (borbão, caturra, Conilon e de gozo). Destacamos que consumir as frutas através de

sucos naturais não são como consumir a fruta inteira, devido a retirada da fibra. As conservas preservam alguns nutrientes da fruta, mas têm altas taxas de concentração de açúcar. Destacamos também que os sucos a base de extrato de frutas possuem grande quantidade de açúcares, adoçantes artificiais, conservantes, aromatizantes e aditivos químicos tornando um produto ultra processado. Sobre o fruto do café, é produzido e processado minimamente pelas famílias. Sua presença é expressiva na cultura alimentar tradicional quilombola. É usado pela sua ação estimulante, mas também carrega o símbolo do acolhimento e boa receptividade das famílias acompanhada de uma conversa prazerosa. (BRASIL, 2014)

- f) Grupo das castanhas e nozes: amendoim e amêndoas em sua composição há presença de minerais, vitaminas, fibras e gorduras saudáveis (insaturada) e contém antioxidantes. Eles fazem parte dos produtos processados por isso seu consumo deve ser limitado. Os produzidos ou que eram produzidos nos quilombos foram levantadas algumas das variedades: coloniã, roxo e branco. Diferentes solos são favoráveis para o crescimento da planta. A produção destes alimentos a partir do sistema tradicional agrícola quilombola se realiza através da roça de coivara e da produção orgânico. O amendoim faz parte das comidas típicas como o chá do amendoim, ingrediente utilizado na pamonha no beiju, no doce de leite e na paçoca de amendoim. (BRASIL, 2014).
- g) Grupo do leite e queijos: o leite de vaca, coalhada, queijo e leite em pó. Importante fontes de proteínas, vitaminas especialmente vitamina A e o cálcio, o leite integral possui gorduras não saudáveis (saturadas) os que contem menos quantidade ou retirada a gordura são semidesnatados ou desnatados, os queijos contém rica quantidade de sódio e as bebidas lácteas e iogurtes adoçados possui adição de corantes, essências artificiais constituído em produto ultra processado. Esse grupo é pouco consumido devido a maioria não possuir produção de gado de leite nas propriedades. A aquisição é em maior parte vinda de fora dos supermercados ou comprados de outras comunidades. O leite em pó é o principal produto consumido devido possuir durabilidade, são poucas comidas típicas que utilizam o leite como ingrediente, a mais utilizada é o bolo da farinha de trigo. (BRASIL, 2014).
- h) Grupo das carnes e ovos: carnes vermelhas (carne de gado, porco, cabrito, cordeiro), carnes de aves, carne de pescados, ovos de galinhas e de outras aves, sendo excelente fonte de proteína, vitaminas e minerais, mas apresentam diferenças na distribuição e

tipos de gorduras na composição, impactos na saúde, custo e orientações. As carnes vermelhas possuem alta concentração de micronutrientes como o ferro, zinco e vitamina B12 e também gorduras saturadas. Essas últimas em excesso tendem a aumentar os riscos de doenças cardíacas, doenças crônicas e o câncer de intestino. A concentração de gorduras saturadas nas carnes de aves está na pele, que requer atenção em seu consumo. As carnes de pescados possuem custo elevado e pouca oferta em relação às carnes vermelha e de aves possuindo, assim, tem baixo consumo. Com o consumo de peixes, legumes e verduras pode-se reduzir o consumo da carne vermelha. Os ovos são considerados os mais acessíveis pelo baixo custo, e é uma opção de consumo de proteína em vez das carnes vermelhas. Observamos que o consumo das carnes é mais frequentemente vindo de fora. As carnes produzidas nos quilombos são principalmente galinha caipira e porcos. Como parte da culinária quilombola, destacamos a paçoca de carne, os ovos na preparação da apressada, do pão de ló e na batida de ovo com canela. (BRASIL, 2014)

- i) Água: com propriedades essenciais para a alimentação e para a vida, a hidratação corporal requer o consumo da água. Presentes nos alimentos, o consumo depende de vários fatores como: a idade, massa corporal, práticas de atividade física, clima, temperatura do ambiente em que vive por exemplo. A presença de micro organismos resulta em perigo à saúde, por isso a água para consumo deve ser potável. Para isso é importante filtrar e ferver a água antes de consumi-la. Nos alimentos *in natura* como nas frutas há 80% a 90%, nas verduras e legumes cozidos ou saladas 90%, na batata e mandioca 70% de água. Nos produtos ultra processados tem uma porcentagem de água muito reduzida, principalmente pela longa durabilidade, nos biscoitos. Por exemplo, salgadinhos é de 5 %, e refrigerantes há grande quantidade de água, porém altos níveis de açúcares ou adoçantes artificiais inadequados para a hidratação (BRASIL, 2014). Para manter a limpeza e higienização da água é importante manter a limpeza no fluxo das nascentes sem aderência do tratamento químico. A organização da limpeza das nascentes de água é realizada pelas próprias famílias, seja individualmente no caso de propriedades mais afastadas, ou coletiva através da reunião. Processo que ocorre principalmente em épocas de chuvas e cheias nos leitos d'água. Os quilombolas destacam que tem ocorrido um baixo volume de água e seca de pequenos córregos ao longo dos anos, isto devido às mudanças na biodiversidade, ao desmatamento das florestas e implantação das monoculturas de pinus, eucalipto. Em relatos de integrante

do Quilombo de Mamonas, identificamos que tempos atrás foi percebido a presença de insumo químico nocivo à saúde, ou ainda de gado morto próximos às fontes de água utilizada pra consumo.

- j) Grupo dos óleos vegetais: soja, milho, girassol, canola o uso deve ser moderado devido a concentração de calorias na preparação e também o sal pela quantidade de sódio (BRASIL, 2014). O consumo de outras variedades além do óleo de soja, como o óleo de milho ou azeite de oliva, se deve as orientações médicas, pouco usado pelas famílias devido ao alto custo quando consumido diariamente.

Ainda possuímos o mel, um alimento minimamente processado com uma variedade nutricional para a qualidade na alimentação saudável. Seu uso consiste principalmente na utilização dos preparos de chás e técnicas dos conhecimentos tradicionais para o cuidado com a saúde, aliado ao uso das plantas medicinais.

Ainda importante destacar que nenhum dos participantes da pesquisa de campo realizada, declarou consumir apenas os alimentos produzidos. O depoimento abaixo nos revela os reflexos das mudanças alimentares na saúde:

[...] Quantidade elevada e não tia consciência disso; Excesso de açúcar em alguns alimentos [...] Bebia muito pouco água; Frituras em excesso (principalmente embutidos); Comer e já ir dormir (comidas pesadas); Ingestão de líquidos junto a refeições. Após passar meses com muita dor de cabeça e ao final descobrir que sofria de RS, comecei a pesquisar mais de qual forma poderia equilibrar mais a minha vida. Contínuo consumindo os mesmos alimentos, porém mudei a quantidade e estou praticando mais atividade física. Ah, atualmente estou consumindo mais vegetais também. [...] (Entrevista com P, integrante da Comunidade Quilombola João Surá, realizada em 02 de mar. 2022).

Na citação anterior, identificamos os hábitos alimentares a partir dos principais produtos consumidos. A forma do preparo e do consumo nos alerta sobre a necessidade de promover ações educativas sobre a alimentação saudável. O relato ainda aponta que após descobrir a doença respiratória, foi importante manter o cuidado adotado com a saúde através de práticas de consumo alimentar saudável favorecendo a qualidade de vida. O desconhecimento das crianças e jovens sobre os produtos *in natura*, o distanciamento das práticas de alimentação saudável, e a aceitação (consciente e inconsciente) da entrada dos produtos industrializados, são pontos de alerta no cotidiano da vida quilombola.

Ainda como dados de nosso trabalho de campo, levantamos informações a respeito do consumo cotidiano de alimentos e comidas típicas produzidas nos quilombos. A questão “Como ocorre o consumo cotidiano dos alimentos produzidos/comidas típicas” era de múltipla escolha

teve a participação de 29 moradores, sendo de João Surá (24 pessoas) e de Mamonas (05 pessoas). Segue abaixo um quadro síntese das respostas:

Quadro 07: Consumo cotidiano de alimentos produzidos/comidas típicas

Regularidade	Número de Moradores	Depoimento/Argumentação
Frequentemente	13	“Tipo não é q se alimentamos só com alimentos comprados, é a meio a meio, quando pode nós se alimenta com alimentos típicos da comunidade, mais quando não pode nós tbm se alimentamos com alimentos comprados”
Raramente	01	“Gostaria que a alimentação fosse igual antigamente, quando criança comia alimentos mais natural”
Diariamente no cotidiano	12	“Porque a gente sabe tudo que plantamos e colhemos é saudável. Não vai agrotóxico. Pra nós isso é bom demais”
Quase nunca	03	Não gosto da forma de me alimentar porque as coisas que são essenciais são comprado no mercado feijão, arroz, farinha óleo e carnes que são produtos industrializados que não sabemos a procedência. Sim gostaria de mudar por que a alimentação saudável e ter mais Saúde”

Fonte: Organização de Lucilene da Rosa Pereira (2020*)

O quadro acima apresenta como ocorre o consumo dos alimentos produzidos/comidas típicas nos quilombos investigados. A maioria declara que “frequentemente”, embora destaque que parte da alimentação também vem de fora. Aqueles que consomem “diariamente no cotidiano”, trazem a importância da produção de alimentos saudáveis com menos insumos químicos. Os poucos que declaram “quase nunca” analisam a situação a partir da preocupação com o consumo desses alimentos vindos de fora e sua composição. Os que indicaram “raramente” rememoram com saudosismo quando havia mais possibilidades de cultivos, e analisam que atualmente há uma drástica na produção alimentar. Neste sentido, percebemos que a produção de alimentos no próprio território está presente, que é parte do autossustento, e da geração da renda familiar, mas este tema carece de maior atenção mediante a entrada massiva de produtos alimentícios industrializados.

Buscando aprofundar sobre essa diminuição na produção de alimentos no território quilombola, destacamos que as informações coletadas para partir da pergunta 14 de nosso trabalho de campo, que foi: Refletindo sobre os alimentos produzidos no quilombo ao decorrer dos anos que vão se passando, você nota alguma diferença na sua alimentação? Como respostas tivemos a participação de 26 pessoas, sendo de João Surá (20 pessoas) e de Mamonas (06 pessoas). Destes participantes, 16 moradores declararam perceber mudanças, 01 não percebeu, 05 perceberam um pouco, e outros 04 não responderam.

Sobre as diferenças percebidas, os relatos destacaram primeiramente o aumento de consumo dos alimentos vindos de fora, industrializados. Destacam também que as formas de produzir continuam quase as mesmas, pois há poucos avanços com relação à cursos de

formação, técnicas e investimentos na agricultura familiar para a promoção de renda e produção de alimentos saudáveis. Alguns declararam que os alimentos produzidos não são consumidos, por não se adequarem ao gosto, já outros declararam que por serem naturais e saudáveis, possuem gosto, sabor e cheiro, e ainda contribuem para prevenção das doenças. As mudanças também são percebidas a partir da concentração de terras pelos latifundiários e com isso a diminuição de terras das famílias quilombolas, assim como as alterações no solo e plantas. O difícil acesso também reduz a possibilidade de trocas entre as famílias e aumenta a necessidade de compra do mercado. Há também o aumento no consumo de frituras.

Os sabores dos alimentos produzidos atualmente também são diferenciados, pois em relação aos de antigamente, as comidas típicas são feitas usando ingredientes vindos de fora (processados e ultra processados). Processo que também decorre da diminuição no cultivo das variedades e diversidade das sementes crioulas, principalmente com a entrada de sementes híbridas, e ainda nas alterações das técnicas tradicionais de manejo utilizadas no sistema agrícola quilombola. Diminuíram os processamentos dos alimentos *in natura*, como a roda de farinha para fazer a farinha de mandioca, ou a utilização do monjolo para pilar arroz e milho. Por fim, destacar que muitos dos alimentos vindos de fora, eram produzidos também no território, e muitos nem faziam parte do consumo como os embutidos e enlatados.

Através do trabalho de campo, a pergunta 15, buscava complementar as informações. Sua redação era a seguinte: Identifica alguma mudança na alimentação nos últimos anos? Se sim, quais são as principais motivações que levam a ocorrer? Comente seu ponto de vista. Como respostas tivemos a participação de 23 pessoas no total, sendo de João Surá (17 pessoas) e de Mamonas (06 pessoas).

Todas as respostas foram afirmativas, destacando em suas respostas algumas das motivações. Entre elas, destacamos que a mudança na alimentação se deve à forma facilitada dos alimentos prontos requerendo menor trabalho para seu beneficiamento. Os produtos que antigamente não se consumiam com tanta frequência, hoje adentram cada vez mais nos quilombos, seja pela praticidade ou pela atratividade aos sentidos sensoriais (olfato e paladar). Ainda que os preços dos alimentos produzidos fora têm um custo mais elevado, e a renda das famílias seja pequena, os altos custos de produção de alimentos saudáveis orgânicos, tem pesado. Essas situações tem tornado ainda mais eficiente a entrada de alimentos e produtos não saudáveis nos quilombos.

A questão da falta de terra ou pouco espaço para produzir é apontada como uns dos principais desafios diante das mudanças na alimentação. A sobrevivência das pessoas que

trabalham remuneradas, também diminui a produção de roças, pois estas demandam tempo. A escolha em comprar ao invés de plantar também remete à falta de produtos produzidos no território. O próprio território quilombola encontra-se limitado, arreado pelo papel do agronegócio e das extensas fazendas que desequilibram todo o meio ao seu redor. Submerso nas proibições, o desafio de produzir alimentos está relacionado diretamente ao acesso aos direitos dos povos do campo, águas e florestas. Institucionalmente, estes povos estão sendo violados e encontram-se à mercê do sistema capitalista que ameaça a vida de várias formas.

Outro fator mencionado para a mudança na alimentação está relacionado ao clima e à perda das safras, o que gera a desmotivação do trabalho, favorecendo o uso dos industrializados. Os produtores vêm relatando a perda da produtividade na roça, que as sementes não nascerem, ou o ataque de animais de maneira mais frequente. Todos esses depoimentos são acompanhados da consciência de que a mudança no consumo dos alimentos saudáveis pelos industrializados prejudicam a saúde.

Com relação à pergunta 16, desenvolvida no trabalho de campo, também tinha um caráter complementar à discussão da relação existente entre alimentação e saúde. A pergunta era assim descrita: Para você, a alimentação contribui para ter uma boa saúde e qualidade de vida? Gostaria de deixar uma mensagem a respeito da alimentação? Para esta questão tivemos a participação de 25 pessoas, sendo que de Surá (19 pessoas) e Mamonas (06 pessoas).

A partir das respostas obtidas, percebemos que a consciência do cuidado com a alimentação previne o aparecimento de várias doenças. Também que os cuidados com o uso excessivo de condimentos e produtos que prejudicam, e o papel de escolha das pessoas pelo tipo de alimentação são fatores que merecem atenção. A preferência e o ato de poder escolher pelo consumo de alimentos saudáveis refletem-se no bem viver, em saúde e em melhor qualidade de vida. Destacamos que criar condições para produzir na roça, ou num pequeno quintal, ou ainda em vasos nas áreas urbanas são ações que contribuem com a qualidade de vida proporcionada na alimentação e a saúde.

Ainda, como respostas a segunda parte da pergunta “mensagens a respeito da alimentação”, foram propostos intervenções e alertas sobre os hábitos alimentares atuais. Também foi mencionado sobre o dever e o compromisso de todos zelarem pela alimentação tradicional quilombola e pelas comidas típicas que estão se perdendo nas localidades. Estendemos essa atenção para as diversas realidades e culturas populares do campo, em zelar pela alimentação saudável, pela organização social das comunidades, pela luta pelos direitos junto às instituições públicas pela garantia do território de vida. Outro aspecto mencionado foi

a busca de informações corretas sobre os produtos ingeridos e sua ação funcional no organismo. O acesso e acompanhamento de nutricionistas também é fundamental, assim como construir espaços de realização de feira de trocas de sementes entre as famílias, garantindo a oportunidade da comercialização de seus produtos e a garantia de alimentos saudáveis produzidos nos quilombos para todos.

Neste sentido, gostaríamos de apontar três elementos para entender a realidade da produção e da cultura alimentar presente hoje nas comunidades tradicionais quilombolas das quais estudamos. Muito embora sejam elementos que impactam as comunidades do campo em geral.

a) *E os ingredientes para preparar nossos alimentos?* Grande parte das receitas hoje já se alteram muito de como era realizados antigamente. Por exemplo, o preparo da apressada, um doce/bolo apreciado tradicionalmente nos quilombos, dotado de um modo de fazer que exige atenção à fase adequada da lua, e a rigurosidade do silêncio para seu preparo. Os ingredientes para sua composição, são: goma extraída da mandioca (polvilho doce), ovos caipiras produzidos pelas galinhas caipiras nos terreiros de casa, o açúcar mascavo extraído da cana de açúcar. Deve ser assada na fôrnilha feita de barro, pedra e madeiras. Hoje, seu modo de fazer está alterado, assim como seus ingredientes, trocados por outros devido a não produção no quilombo, ou ainda de sua produção em pequena quantidade, o que não favorece a demanda em todos os períodos do ano. É o caso da goma extraída da mandioca hoje produzido em pouca quantidade para o auto sustento, e sendo trocada pelo polvilho doce comprado no mercado. A mesma situação com os ovos caipiras que são substituídos pelos ovos de granja. Ainda, com o açúcar mascavo, substituído pelo o açúcar cristal comprado do mercado. Por último, são assados atualmente em fornos de fogão de cozinha em vez de fôrnilhas.

Além da apressada, o mesmo vem ocorrendo com o pastel de farinha de milho, o bento ruivo, o pão de ló entre outras receitas. Com essas informações, pretendemos demonstrar que a alimentação vem sendo transformada em sua trajetória histórica, e junto transformando uma parte importante da cultura quilombola. Não é raro ouvirmos nas conversas com os anciões “fazia dessa forma antigamente hoje já não é mais assim”.

A cultura quilombola, seja alimentar em seus modos de produzir, preparar e consumir coletivamente, seja na passagem dos conhecimentos tradicionais para outra geração precisam estar em pauta para o fortalecimento da resistência territorial.

b) E o espaço para plantar? O cultivo dos alimentos a partir do sistema agrícola tradicional quilombola perpassa pelas roças de coivara, pelos princípios do equilíbrio nas relações entre ser humano e natureza, e adentra na forma como o quilombola reconhece seu território, e assim o valoriza. A roça de coivara é uma prática itinerante de produzir alimentos no território em ciclo de mais ou menos um ano. Embasada pelos saberes tradicionais dos povos do campo é acompanhada pelo uso comum do território, pela consciência do cuidado com a natureza e sua biodiversidade, pela produção do alimento saudável, pelo rodízio para descanso e regeneração do solo.

A diminuição do espaço territorial nos quilombos, assim como as condições vividas atualmente são desafiantes para realização destas roças. Não é difícil ouvir dos produtores de alimentos “hoje já não se produz como antigamente”. Com o espaço ocupado hoje nos terrenos pelas famílias, o tempo de descanso do solo e rodízio são menores devido a área limitada. As roças também são menores em quantidade e ainda alguns plantam no terreno do outro. O relato abaixo demonstra um pouco essa relação:

A reflexo dos contritos agrários/territorial que delimitou o espaço para se produzir. Hoje temos pessoas que infelizmente não podem trabalhar de forma ativa na agricultura familiar por não ter terra. E temos casos de pessoas que conseguiriam sobreviver ao avanço das compras de terras, porém estas áreas de terras se localizam em áreas acendendo de difícil acesso ou manejo. As melhores áreas de terras se encontram em poder de fazendas e com plantio de monocultura de pinus. (Entrevista com P, integrante do Quilombo de João Surá, realizada em 02 de mar. 2022).

O trabalho nas áreas da agricultura é limitado devido às consequências dos conflitos agrários que já mencionamos anteriormente. Muitas pessoas já não estão praticando ativamente a agricultura e a crescente procura por outros meios de sobrevivência está prevalecendo, principalmente na juventude quilombola. O relato do jovem quilombola abaixo um dos principais desafios atuais:

Cada vez mais vamos comprando do mercado, por conta que estamos produzindo menos e quem tem os conhecimentos da terra estão envelhecendo e acredito que os jovens não se interessam em aprender por que não foram criados nas roças. (Entrevista com Q, integrante da Comunidade Quilombola João Surá, realizada em 17 de set. 2020).

É perceptível que as pessoas que possuem os conhecimentos tradicionais estão envelhecendo. Os adultos, que mais tiveram acesso a esses conhecimentos são os que ainda possuem algum lote para produzir. Poucas são as crianças e jovens que se envolvem nas práticas da agricultura familiar quilombola. Não possuem interesse pois não tem contato com a prática da roça em sua vida diária. Os alimentos ultra processados tomam a vez e cativam pelos pela facilidade, pelos sabores e aromas, acarretando a diminuição do consumo diário de alimentos saudáveis.

Mesmo assim, há a resistência dos que continuam produzindo, seja para o autoconsumo, seja para geração de renda, que também perpassa por um cenário complexo quanto às condições de venda de seus produtos. É importante aqui, a organização coletiva para a venda dos produtos quilombolas. E é interessante observar que nas áreas de cultivo, o cuidado com a natureza e com a biodiversidade estão presentes, como área de mata nativa, o cuidado com as matas ciliares, e a presença de animais silvestres.

c) *E os alimentos para comer?* A diminuição na produção de alimentos no território quilombola ocorreu a partir dos conflitos agrários vividos (construção de barragens, exploração de mineração e agronegócio por meio de fazendas, monocultura de pinus, monocultura de eucaliptos e evasão das famílias e a luta pelo território). A ameaça de construção de barragens afeta diretamente a comunidade que alaga o local do cultivo da produção de alimentos, atingindo o território em si próximos ao rio, afeta os locais sagrados e simbólicos para a comunidade.

A ameaças de mineração e exploração do solo e da natureza no território vão contra as percepções de vida que os quilombolas tem. Eles valorizam e lutam para defender o território, mesmo convivendo com casos familiares de produtores que tem a saúde afetada por problemas da mineração. Estes não podem mais trabalhar.

As leis chegaram para as famílias proibindo a pesca, caça e extravismo, afetando os conhecimentos e saberes tradicionais causando incertezas no campo.

Ainda, a situação conviver com as dificuldades de fertilidade do solo para o cultivo, determinados pelo desequilíbrio ecológico nas áreas de plantação. A monocultura de pinus e eucalipto afetam o solo e a água no território, e desencadeiam a presença de animais silvestres, peçonhentos ou insetos e larvas que procuram alimento nas poucas

áreas de mata nativa na região. Também é visível o aumento destes no território, assim houve aumento desses animais nas proximidades das casas ou roçados das famílias.

Os autores Vasconcellos e Gewandsznajder (1991), num estudo sobre as doenças da terra, indicam que a poluição e desequilíbrios ecológicos tendem aproximar as mudanças naturais, com a própria questão da saúde humana e do ambiente. Como exemplo, a destruição do solo atinge produção de alimentos, e desencadeiam outros desequilíbrios naturais, como do ar, poluição das águas, o adoecimento das plantas. Ao mesmo tempo, promove o êxodo rural no campo. É degradante também ações das queimadas da floresta nativa, grandes extensões de áreas de pastos para bovinos, a monocultura, o uso excessivo de fertilizantes químicos, agrotóxicos em empobrecimento dos solos. (VASCONCELLOS; GEWANDSZNAJDER, 1991).

Vejamos a seguir um pouco das palavras dos autores:

Um outro problema é que a produção de alimentos básicos para o consumo interno, como arroz, feijão, milho, mandioca e batata, vem perdendo terreno para culturas de exportação, como soja, café, cana de açúcar, laranja, etc. [...] muitas lavouras importantes estão sendo abandonadas para dar lugar a extensas plantações de cana de açúcar. (VASCONCELLOS; GEWANDSZNAJDER, 1991, p.89).

Como é trazido pelos autores, as culturas de alimentos produzidos pelos pequenos produtores estão perdendo espaço para os latifúndios que se beneficiam da produção para exportação. Com mecanismos de concentração de terra e técnicas de manejo desfavoráveis ao meio ambiente, estão intimamente relacionadas aos impactos sobre as populações e comunidades tradicionais no campo.

No caso dos quilombos estudados neste trabalho, estão circundados pela monocultura de pinus e eucalipto que através de grandes extensões de terra, vem desmatando florestas nativas, e ocasionando mudanças ambientais e social profundas.

Interessante notar ainda que em meio a tudo isso, percebemos outras condições apontadas que interferem na produção de alimentos. Além que além das condições de terra, a diminuição das pessoas no território, da diminuição na produção de alimentos, há ainda que se analisar atentamente os processos complexos de acesso políticas públicas e de promoção da agricultura familiar. Neste sentido, se favorece mais uma vez o grande latifundiário e o modelo agrário capitalista que estimula o individualismo e a competição. Somam-se a isso o racismo estrutural, institucional e social presente nas instituições e políticas públicas que poderiam aportar à economia da agricultura familiar quilombola e não o fazem.

Mesmo com estas condições, o território quilombola e as bases do sistema alimentar quilombola contribuem ainda produz alimentos saudáveis para a população. Resistindo em meio aos duros golpes que as comunidades e povos tradicionais vem sofrendo nas tentativas de destruição de sua identidade, território e cultura.

O impacto destes golpes não ocorre somente às comunidades quilombolas, camponesas e de povos tradicionais, embora seja os primeiros e os mais duramente atingidos. Mas o resultado destes golpes chega também à mesa da população como um todo, quando não consegue ter acesso a uma alimentação de qualidade, uma alimentação saudável. As comunidades quilombolas, os povos tradicionais, os camponeses, todos têm dificuldades de produzir alimentos saudáveis sob estas condições, e a população em geral, especialmente das periferias urbanas não consegue ter acesso a um prato diferenciado, a uma alimentação que promova saúde ao invés de doenças.

A autora Cambuy (2015) problematiza as mudanças alimentares:

O cerne das mudanças, no entanto, se mostrou ser bem mais complexo, pois vai desde a falta de terra e mão de obra para o plantio, até a degradação ambiental e a presença de pragas agrícolas que impedem a produção de alimentos desejáveis. Por trás das aparentes novas preferências alimentares existem, portanto, profundas mudanças nos padrões de vida dos moradores de João Surá, que se encontram impossibilitados de reproduzirem o sistema alimentar tradicional (CAMBUY, 2011, p.15).

A autora observa que se as mudanças alimentos no quilombo vem tensionando um caminho de afastamento das pessoas de suas culturas alimentares. Assim, nega-se o direito ao território, nega-se a biodiversidade, nega-se o modo de vida, nega-se uma alimentação saudável, tudo em detrimento de um padrão vida, onde as pessoas passam a ser consumidoras de produtos.

Em contraponto a isso, como exemplo de práticas que fortalecem a presença dos povos e comunidades tradicionais no campo, é Educação Quilombola na valorização das práticas e saberes construídos historicamente, com a valorização do sistema alimentar quilombola, com o estímulo de aprendizados em relação à terra, às sementes, ao espaço habitado. É este um importante espaço de resistência quilombola.

Também a Educação Escolar Quilombola, que contempla uma modalidade de educação que fortalece as relações sociais existentes nos quilombos, que valoriza a história de seus ancestrais, que trabalha a identidade, e relação entre os saberes tradicionais e os saberes curriculares; que contribui com os valores e princípios das comunidades quilombolas, e de seus hábitos alimentares. Vejamos a reflexão abaixo:

[...] deverá observar os hábitos alimentares do contexto socioeconômico, cultural e tradicional das comunidades quilombolas; garantir a soberania alimentar e a qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como o seu aproveitamento, estimulando hábitos alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade cultural e étnico-racial da população (LIBÓRIO; HAYAMA; SILVA; NASCIMENTO; DIAS; RIBEIRO, 2018 p.13).

Como o auxílio dos autores Libório; Hayama; Silva; Nascimento; Dias; Ribeiro (2018), podemos verificar que a questão alimentar quilombola nos permite compreender as bases da cultura quilombola, construída pelos povos e comunidades, repletas de histórias, simbologias e significados, e que podem perpassar o sentido de aprendizagem por meio da educação quilombola. Vejamos o relato abaixo:

[...] dá até dó de porque é muito bão pra planta pra gente que entende de planta a gente enxergar que nossa tá muito judiado o lugar pra gente plantar hoje em dia, comer só da planta que a gente né alimentação que a gente planta né, hoje tá ta meio difícil porque do jeito que está as coisas hoje né, mudaram muito [...] muita fazenda, muita fazenda e pinus né que tem[...]. Muitos não tem lugar de plantar né, por causa que é hoje, ele ficam também, usando coisas compradas assim porque não tem, muitos não tem a terra para plantar né, muitos foi embora, e muitos não tem a terra para plantar, daí é acha mais fácil ficar só comprando né. Muito dele é essa vida que eles leva, mas tem que dar um jeito né, sempre encontrar um jeitinho pra tentar plantar pelo menos no quintal para um pouquinho pra ter, já é uma grande coisa né, enquanto a terra não sai procurar um forma, procurar uma forma, plantar pelo menos no quintalzinho, pra plantar um cheiro verde, pra por assim já é alguma coisa né, um remédio[...]. (Entrevista com integrante H do Quilombo de João Surá, realizada em 19 de jul. 2021).

A preocupação da produtora de alimentos expressa as dificuldades enfrentadas em meio a mudanças ocorridas no território quilombola, seja as alterações na biodiversidade, a natureza, o meio social e a alimentação. Neste ponto, ela reafirma o direito de pertencimento quilombola e dos modos de vidas atrelados ao território.

Este é o sentido da territorialidade. Envolve território, mas também as formas de produzir alimentos, as culturas, crenças, saberes e conhecimentos tradicionais, um espaço de vivência da oralidade e aprendizagem com os ensinamentos dos anciões, adultos(as), jovens e crianças. No caso dos quilombos, a promoção de um território que respeita vida, que produza alimentos saudáveis, que promova a saúde quilombola e seu “bem viver”, que desenvolva uma educação quilombola e uma educação escolar quilombola; que fortaleça sua identidade. Assim são os quilombos que fizeram parte desta pesquisa. Eles expressam toda a diversidade das populações quilombolas frente aos desafios atuais, e resistem, e re-existem cotidianamente em sintonia com a promoção de um país mais igualitário.

05. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As influências das mudanças nos hábitos alimentares na saúde dos quilombolas identificaram a necessidade atual da visibilidade do próprio conhecimento dos temas da saúde e da alimentação relacionada à população quilombola. Assim identificamos que houve mudanças nos modos de vida quilombola em suas relações culturais e sociais que estão vinculadas ao contexto histórico do desenvolvimento de um modelo capitalista para o campo, que vem sendo implantado na região, e atingindo os territórios quilombolas. Atua principalmente na limitação do acesso à terra, ocasionando dificuldades para produzir os alimentos, e pelo aumento da influência na escolha de uma alimentação padronizada e industrial. Por todas essas questões, vem alterando os modos em vida no campo.

Percebe-se com isso a necessidade da discussão sobre a questão alimentar no campo. A partir da compreensão de como vem ocorrendo as mudanças alimentares nos quilombos está relacionada diretamente a um projeto agrário capitalista que vem sendo implementado em lógica oposta ao sistema alimentar quilombola. Para além desta questão é importante mencionar o próprio papel do fortalecimento dos conhecimentos e saberes populares das comunidades quilombolas, como as culturas, a história afro brasileira e africana, e dos povos tradicionais.

Ao buscar reconhecer a realidade da população quilombola e as condições de vida atualmente, constatamos que as mudanças dos hábitos alimentares têm relação com os conflitos territoriais existentes na região do Vale do Ribeira, mediante a concentração de terras, o desenvolvimento de monoculturas, a mineração e a implantação de barragens na região. Com isto, os territórios quilombolas são impactados diretamente, influenciando nos modos de vidas, e nos modos de produzir alimentos. Assim, compreendemos a importância da denúncia das consequências deste projeto capitalista para as populações do campo no Brasil.

Assim prosseguimos nas análises de compreender as influências destas mudanças na saúde da população quilombola. Identificamos a necessidade de tratar esses temas de forma específica na tentativa de conhecer suas bases essenciais. Identificamos elementos que compõe o acesso à saúde da população negra nos quilombos, o que contribuiu para dar visibilidade nas próprias condições de saúde que os quilombolas enfrentam, e na importância do fortalecimento da Política Nacional de Saúde Integral da População, assim como do Sistema Único de Saúde. Ainda, a importância de estudar mais as políticas públicas voltadas ao atendimento à população

negra, uma vez que esses grupos possuem especificidades e apresentam altos índices de vulnerabilidade social. Com isto, percebemos que tratar de forma padronizada as populações quilombolas contribui para o aumento das iniquidades sociais em saúde e a desvalorização do conhecimento sobre a história e cultura afro-brasileira.

A aproximação entre as mudanças nos hábitos alimentares e a saúde foi estabelecida durante o estudo, e o deixamos aqui o alerta sobre o próprio conhecimento para a escolha entre os alimentos saudáveis e não saudáveis. Levantamos no trabalho alguns elementos sobre o agravamento nos casos de algumas doenças, ainda que reconhecendo que alimentação é apenas um dos aspectos que podem influenciar. A saúde não pode ser compreendida de forma isolada, mas sim a partir da compreensão mais ampla da questão social, política, econômica e cultural, associada aos conhecimentos das ciências da natureza.

Foi constatada a necessidade de maiores estudos de campo mais aprofundados sobre a relação entre as doenças e as mudanças dos hábitos alimentares da população negra do campo, para buscar compreender com precisão a dinâmica e os vários condicionantes das situações concretas. Fundamental considerar nestes estudos toda a diversidade cultural alimentar e populacional.

Por meio de um largo trabalho de campo, levantamos quais os alimentos e produtos consumidos nas Comunidades Quilombolas de João Surá, Praia do Peixe e Mamonas, mas também as principais doenças e problemas de saúde existentes nestes territórios. Com o propósito de identificar as relações entre mudança nos hábitos alimentares, suas influências na saúde e suas contribuições nos processos de adoecimentos, buscamos correlacionar os dados concretos levantados relacionados com reflexões e análises com base em autores diversos. Ainda, apresentamos as doenças mais comuns na população negra e que também apareceram no levantamento de dados junto aos quilombos. Para além da questão alimentar, é relevante a discussão e o aprofundamento sobre a questão da saúde que atingem a população negra.

Visto que é impossível realizar uma investigação centrada diretamente em saúde e alimentação sem reconhecer a necessidade do debate e reconhecimento da realidade em que essas comunidades vivem atualmente, esta pesquisa percebeu a necessidade de aprofundar sobre o próprio acesso a saúde específico para população negra. No decorrer da pesquisa é importante destacar que foram poucos os estudos encontrados referente à saúde quilombola, assim a pesquisa caminhou no sentido de conhecer o próprio acesso à saúde por parte dos quilombolas.

Para discutir a relação entre saúde e alimentação quilombola, destacamos o contexto histórico de resistência e luta pelo território quilombola que é firmado na garantia de reconhecimento da sua trajetória, história, cultura, produção de alimentos, do bem viver em saúde, da educação quilombola e da educação escolar quilombola. Estes são elementos essenciais para a resistência atual diante do contexto de conflitos territoriais, do racismo estrutural e institucional, e da invisibilidade social e cultural, que implicam dificuldades no acesso aos direitos e na qualidade de vida nos territórios quilombolas.

A partir destes elementos, reconhecimentos que a Educação Quilombola e a Educação Escolar Quilombola, como modalidades específicas, têm um papel fundamental na comunicação com os quilombolas. As possibilidades de abordagem sobre os temas de alimentação e saúde quilombola são infinitas. Buscamos retratar no texto algumas reflexões e conexões possíveis. Estes temas podem estar presentes nos espaços de convivência, nas experiências coletivas, nas pesquisas e estudos científicos sobre a realidade nos quilombos, entre tantas outras possibilidades.

Entre as limitações que identificamos no decorrer deste estudo, destacamos o fato de tentar estabelecer uma relação centralizada entre doença e alimentação. Neste sentido, foi adotado um caminho de compreender a partir dos conhecimentos específicos primeiramente, para assim estabelecer relações que em princípio não estavam diretamente relacionadas. Com isso, reconhecemos que para o aprofundamento deste trabalho, uma possibilidade futura, deveremos centrar a investigação mais nas influências da alimentação na saúde, do que na própria doença mais centralizada na questão doença, afim de contribuir com a prevenção e cuidado da população negra. Seria necessário ter maior acesso aos profissionais de saúde que cuidam da questão alimentar.

As abordagens metodológicas futuras podem direcionar ao fortalecimento da saúde da população negra, ampliando os debates voltados aos grupos quilombolas com relação ao acesso às estruturas de saúde, como também podemos direcionar à formação dos profissionais de saúde que atendem nas unidades básicas de saúde e hospitais de saúde recebendo quilombolas e a população negra. Assim como, a possibilidade de fortalecimentos das iniciativas de viveiros e levantamento de ervas medicinais no resgate e memória dos saberes e conhecimentos oriundos das comunidades na valorização da medicina tradicional.

Consideramos importante também possibilitar a formação dos próprios quilombolas dentro dos territórios com palestras sobre a saúde da população negra em linguagem acessível sobre as prevenções e cuidados em saúde. A própria comunicação e organização entre

quilombos torna-se indispensável para a luta conjunta por mais acesso à saúde nos territórios, e a participação direta dos moradores na vigilância para este acesso à população negra seja efetivado nos quilombos. Também para que seja valorizada a saúde quilombola, seus conhecimentos tradicionais, e que os mesmos sejam respeitados pelos profissionais de saúde.

Sobre o viés do que os quilombos necessitam como estruturas em saúde, destacamos que é de equipes formadas para o atendimento da saúde a partir da especificidade da população negra e quilombola. Também da construção de postos de saúde nos quilombos e maiores condições de acesso de qualidade nas estruturas de saúde. Importante destacar o fortalecimento da política nacional de saúde integral da população negra e do sistema único de saúde.

Sobre o tema dos hábitos alimentares, destacamos que a consciência das mudanças na alimentação deve ser a partir da compreensão dos impactos dos conflitos territoriais existentes. Assim, elas devem ser trabalhadas com a sensibilização do cuidado com a alimentação saudável e típica cultural quilombola. A isso soma-se o papel essencial da reivindicação do território quilombola para produzir alimentos e realizar as práticas agrícolas como o sistema tradicional coivara. É necessário também mais incentivo e fortalecimento dos programas da agricultura familiar saudável que fixem os trabalhadores e trabalhadoras camponesas e jovens no campo. Juntamente a isso, destacamos a importância da titulação da terra e reconhecimento dos territórios quilombolas, da identidade negra e valorização dos produtos quilombolas.

Também um trabalho de base político e popular para contribuir com os trabalhadores e trabalhadoras do campo, de modo a contribuir com a formação para e durante os processos de luta por direitos, que mesmo amparados em lei não estão sendo garantidos.

A Educação quilombola e a Educação Escolar Quilombola são apontadas com um papel essencial diante da contribuição aos debates dos temas, promovendo palestras no ensino, trocas de experiências com os saberes e conhecimentos oriundos em saúde da própria comunidade, e ainda trabalhos com material didático sobre as doenças da população negra ou/e alimentos saudáveis. Suas ações tem objetivo de contribuir com o estudo da realidade em que vive os quilombos, e possui um potencial transformar da realidade do campo e dos povos e comunidades que ali vivem.

06. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, ALBERTO. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. Disponível em <https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Bemviver.pdf> . Acesso em: 15 fev. 2022.

ALBURQUERQUE, WLAMYRA; FRAGA FILHO, WALTER. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de estudos Afro- Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. Disponível em <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/uma-historia-do-negro-no-brasil.pdf> . Acesso em: 12 jun. 2021.

ALMEIDA, SILVIO. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AMADEU, M. et al. (Org). **Manual de normalização de documentos científicos de acordo com as normas da ABNT**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015. 327 f. Disponível em https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/45654/Manual_de_normalizacao_UFPR.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 12 jun. 2021.

ANDRADE, ANNA; TATTO, NILTO. (ed). Comunidades Quilombolas e o Vale do Ribeira. In: ANDRADE, ANNA; TATTO, NILTO. Inventário cultural Do Vale do Ribeira. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2013.p.07-24.

ANTUNES, MURILO. ed. **Ser protagonista Química 3**. Ensino médio.2. obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida por Edições SM; ed. São Paulo: Edições SM, 2013.

ARAÚJO, MARIA DO SOCORRO. **Tradição e cultura**: cozinha quilombola. Curitiba: SEED, 2008. BARROS, MARIA DAS DORES; TEIXEIRA, ALDENICE. Educação quilombola: um direito a ser efetivado. In. **Centro de Cultura Luiz Freire; Instituto Sumaúma; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**. 2017. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/dht/cartilha_cclf_educ_quilombola_direito_a_ser_efetivado.pdf .Acesso em: 29 ago. 2022.

BERTULLUCCI, MARCELLO. 10 coisas que você precisa saber sobre o colesterol. In: BERTULLUCCI, MARCELLO. Sociedade Brasileira de endocrinologia e metabologia. 16.dez.2010. Disponível em: <https://www.endocrino.org.br/10-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-o-colesterol/> .Acesso em: 04 mar. 2022.

BOTELHO, DENISE. Pgm 5 – Lei n. 10. 639/2003 e a educação quilombola. In. **Educação Quilombola**. Salto para o futuro. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Educacao-quilombola.pdf> .Acesso em: 07 ago.2022.

BRANDÃO, CARLOS; BORGES, MARISTELA. A pesquisa participante: um momento da educação popular. In: **Formação continuada em Educação, Saúde e Culturas Populares**. Volume 6. Uberlândia: Rev. Ed. Popular. Jan - dez. 2007. p.51-62.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 nov. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm Acesso em: 16 set. 2020.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004. Disponível

em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf .Acesso em: 27jul. 2022.

BRASIL. **Guia alimentar para a população brasileira**. Ministério da Saúde; Secretaria de Atenção à Saúde; Departamento de Atenção Básica. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf .Acesso em: 29 ago. 2022.

BRASIL. **Manual de doenças mais importantes, por razões étnicas, na população brasileira afrodescendente**. Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd06_09.pdf . Acesso em: 20 fev. 2022.

BRASIL. **Orientações da CONAQ às organizações quilombolas nos estados e municípios sobre a vacinação das populações quilombolas como integrantes do grupo prioritário**. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Publicado 05 de abr.2021. Disponível em <http://conaq.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Comunicado-CONAQ.pdf>. Acesso em: 14 fev.2022.

BRASIL. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS**. Ministério da Saúde; Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa; Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social.3 ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf . Acesso em: 22 jan. 2022.

BRASIL. **Racismo como determinante social de saúde**. Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas - SPAA/SEPPIR; Comitê Técnico de Saúde da População Negra. Brasília, 2011. Disponível em: https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPDH/RACISMO_COMO_DETERMINANTE_SOCIAL_DE_SA%C3%A9DE.pdf .Acesso em: 02 fev. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Acessibilidade: Terras Devolutas**. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/dicionario-de-libras/t/terras-devolutas> Acesso em: 09 jun. 2021.

CAMBUY, ANDREIA. **Comidoria em João Surá: o sistema alimentar como um fato social total**. 2011. 278f. Dissertação (mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós graduação em Antropologia Social, Curitiba, 2011. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/26636/COMIDORIA%20EM%20JOAO%20SUR%C3%A9A%20-%20DISSERTACAO%20ANDREIA%20CAMBUY.pdf?sequence=1> .Acesso em: 30 jun.2022.

CAMPAGNOLI, MYRNA. **Desidratação: sintomas, tratamentos e causas**. Minha Vida. 24. jul.2021. Disponível em: <https://www.minhavidade.com.br/saude/temas/desidratacao#:~:text=Se%20voc%C3%A9%20%C3%A9%20um%20adulto,pele%20enrugada%2C%20tonturas%20e%20confus%C3%A9o> . Acesso em: 25 fev. 2022.

CARNEIRO, FERNANDO; BÚRIGO, ANDRÉ; DIAS, ALEXANDRE. Saúde no campo. In: CALDART, ROSELI; PEREIRA, ISABEL; ALENTEJANO, PAULO; FRIGOTTO, GAUDÊNCIO. (Org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 693-699. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf> Acesso em: 21 jan.2022.

CASTRO, FRANCILEIA; SILVA, LAURA. O racismo e as comunidades quilombolas: A sociedade escravista jamais aceitou o fenômeno dos quilombos, locais de resistência e insurgência negra. Entre os que perduram até hoje, está o Quilombo Ribeirão da Mutuca, uma referência na preservação da cultura e história dos territórios quilombolas de Mato Grosso. In: **Fase Nacional**. publicado em 19 nov.2019. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/informe-se/artigos/o-racismo-e-as-comunidades-quilombolas/>. Acesso em: 29 ago. 2021.

CESBE S.A. Engenharia e Empreendimentos. **Pch, modelo de sucesso na geração de energia**. CESBE S.A. Engenharia e Empreendimentos. 2020, não paginado. Disponível em: <http://www.cesbe.com.br/pch-modelo-de-sucesso-na-geracao-de-energia/>. Acesso em: 28 ago. 2022.

COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA. **Extensão Rural: Meio século de Emater-Paraná**. Jornal Coamo. Ed. 350: Campo Mourão, Paraná, mai. 2006. Disponível em: <http://www.coamo.com.br/jornalcoamo/mai06/extensao.html#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20da%20Emater%20remonta,Brasil%20e%20dos%20Estados%20Unidos.&text=Tr%C3%AAs%20anos%20depois%20o%20projeto,t%C3%A9cnica%20aos%20agricultores%2C%20a%20Acarpa>. Acesso em: 10 fev. 2022.

CONAQ.COVID-19. In. **Coordenação Nacional de articulação das comunidades negras rurais quilombolas**.2021. Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/categoria/covid-19/>. Acesso em: 29 ago. 2021.

CONAQ; ISA. **Quilombo sem Covid-19: Observatório da Covid-19 nos Quilombos**. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas; Instituto Socioambiental. 2022. Disponível em: <https://quilombosemcovid19.org/>. Acesso em: 14 fev. 2022.

CRUZ, CASSIUS. **Entre giros e Capóvas: política de movimento e território no quilombo João Surá**. 286 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual De Campinas, Campinas, 2019. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/338490/1/Cruz_CassiusMarcelus_D.pdf Acesso em: 02 out. 2020.

CRUZ, CASSIUS; PEREIRA, ANTÔNIO; KOMARSCHESKI, ROSILENE. “Que desenvolvimento é esse?” Conflitos territoriais e racismo no quilombo João Surá/PR In: Organizadores: RAGGIO, ANA; BLEY, REGINA; TRAUZYNS, SILVIA. **Abordagem Sociológica**. Volume 1. Curitiba: SEJU, 2018.p 219-247.

CRUZ, VALTER. Os Povos e Comunidades Tradicionais. In: CALDART, ROSELI; PEREIRA, ISABEL; ALENTEJANO, PAULO; FRIGOTTO, GAUDÊNCIO (Org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

EAACONE. MOAB: movimento dos ameaçados por barragens - Vale do Ribeira-SP. In. Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras. Eldorado,2011. Disponível em: <https://eaacone.webnode.com.br/moab/>. Acesso em: 27jul. 2021.

EHMANN. MARCIA. 67% dos usuários que dependem exclusivamente do SUS são negros. In: MENEZES, TASSIA. **SUS, um sistema universal que tem cor e raça**. Centro de Tecnologia UFRJ. Publicado 23 de nov.2020. Disponível em: <https://ct.ufrj.br/sus-um-sistema-universal-que-tem-cor-e-raca/>. Acesso em: 17 nov. 2021.

FANTIN. ELVIRA. **Com potencial pouco explorado, PR tem fila de 300 projetos de pequenas centrais hidrelétricas**. In: Jornal digital Gazeta do Povo. 04/07/2021 18:00. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/com-potencial-pouco-explorado-pr-tem-fila-de-300-projetos-de-pequenas-centrais-hidreletricas/>. Acesso em: 27 jul. 2021.

FAUSTINO, CRISTIANE. Racismo ambiental em tempos de Covid-19. **Racismo Ambiental:** mulheres indígenas e quilombolas na proteção de seus povos contra a Covid-19. In Nós mulheres da periferia. Digital. 2021. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/especiais/racismo-ambiental/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

FAVARETTO, José; MERCADANTE, Clarinda. **Biologia:** Volume Único. São Paulo: Moderna, 2005.

FERNANDES, RICARDO. et al. Origens Históricas. In: FERNANDES, RICARDO. et al. **Relatório Antropológico:** comunidade de Remanescentes de Quilombo João Surá. Direito à terra e Comunidades Quilombolas no Paraná: Elaboração de estudos históricos e antropológicos: Curitiba, 10 de outubro de 2007.

FIOCRUZ; UNA SUS. **Curso Atenção Integral à Saúde das Populações do Campo, da Floresta e das Águas.** Fundação Oswaldo Cruz - Mato Grosso do Sul; Universidade Aberta do SUS; Secretaria de Gestão do Trabalho e da educação na saúde; Ministério da Saúde. Qualificação Profissional, 2019. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/cursos/curso/45517> . Acesso em: 29 ago.2022.

FLORIANI, RICHARD. Plantar Pinus, vale a pena? Entenda as vantagens e desvantagens do plantio de Pinus elliottii. In **Richard Floriani- Biólogo.** 9 de jul.2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PxQaZkZV8o4> .Acessado em: 08 ago. 2021.

FONSECA, FRANCISCO. Farmacocinética das estatinas. In: FONSECA, FRANCISCO. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia.** Vol. 85. Suplemento V, out. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abc/a/7mJTwrRhPhHsBvDsxDmRSb/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 04 mar.2022.

GASPAR, ALBERTO. Gravitação e fluidos: pressão e empuxo. In: GASPAR, ALBERTO. **Compreendendo a física.** 2.ed. São Paulo: Ática, 2013.

GASPAR, ALBERTO. Movimento e força: movimento circular e força centrípeta. In: GASPAR, ALBERTO. **Compreendendo a física.** 2. ed. São Paulo: Ática, 2013.

GEWANDSZNADJER, FERNANDO; LINHARES, SÉRGIO. **Biologia Hoje:** os seres vivos. São Paulo: Ática, 2010.

GEWANDSZNADJER, FERNANDO; LINHARES, SÉRGIO. **Biologia Hoje:** os seres vivos. 2.ed. São Paulo: Ática, 2013a.

GEWANDSZNADJER, FERNANDO; LINHARES, SÉRGIO. Célula: membrana e citoplasma. In: _____. **Biologia Hoje:** citologia, reprodução e desenvolvimento, histologia, origem da vida. 2.ed. São Paulo: Ática, 2013b.

GOMES, NILMA. **Educação Escolar Quilombola. Palestra profa Nilma (parte 2)** – Multicultura, 2013. 1 vídeo (14:08 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0cSWji72wTc&list=RDCMUCiU2TTS7XoJ5DDWgmNaw17g&index=2> . Acesso em: 07 ago. 2022.

GRUPO CPT. **Como Medir a Glicemia Capilar - Curso Capacitação de Atendente de Farmácia.** 30.jul. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=P2kllafuzr8> .Acesso em: 27 fev. 2022.

GRUPO DE TRABALHO CLÓVIS MOURA. **Relatório de Trabalho Clóvis Moura:** 2005-2010. Curitiba: GTCM, 2010.

GUALTER, NEWTON. Gases perfeitos: Robert Boyle. In: GUALTER, NEWTON. **Física: Ensino Médio Volume 2.** editora Saraiva, 1ª Edição, São Paulo, 2010.

HOELLER, SILVANA; SILVA, VALENTIN (Org.) **Transição Agroecológica em sistemas familiares de produção.** PRO JOVEM Campo Saberes da Terra. Matinhos: Editora UFPR Litoral, 2013.

INCRA. **Institucional.** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Acesso à informação Governo Federal, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/o-incra> Acesso em: 12 jun. 2021.

INCRA. **Regularização do Território Quilombola:** Perguntas e Respostas. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas - DFQ, 2017. Disponível em: http://www.incra.gov.br/media/docs/quilombolas/perguntas_respostas.pdf Acesso em: 02 set. 2020.

KONRAD, SIGNORÁ. “Alimentação é o fator determinante da causa de doenças”, diz nutricionista. 24 de abril de 2014. In: **Movimento Sem Terra Brasil.** 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2014/04/24/alimentacao-e-o-fator-determinante-da-cao-de-doencas-diz-nutricionista/> Acesso em: 22 jan. 2022.

LAZZARI, FRANCINI; SOUZA, ANDRESSA. **Revolução verde:** impactos sobre os conhecimentos tradicionais. In. Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade. Universidade Federal de Santa Maria. 8 a 10 nov. Santa Maria: Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2017/4-3.pdf> .Acesso em: 29 ago.2022.

LIBÓRIO, ANDREIA; HAYAMA, ANDREW; SILVA, ELSON; NASCIMENTO, LISÂNGELA; DIAS, LUIZ MARCOS; RIBEIRO, VANDERLEI. **Educação escolar quilombola.** Defensoria pública do estado de São Paulo; Escola de Defensoria pública do estado de São Paulo; Núcleo especializado de defesa da diversidade e da igualdade racial; NUPAUB-USP. São Paulo, 2018. Disponível em: https://malungu.org/wp-content/uploads/2021/11/quilombola_cartilha-1.pdf . Acesso em: 14 ago. 2022.

MAB. Quem somos. In: **Movimento dos atingidos por barragens.** São Paulo, 2021. Disponível em: <https://mab.org.br/quem-somos/> Acesso em: 27 jul. 2021.

MACHADO, VILMA. **Manual de normalização de documentos científicos de acordo com as normas da ABNT.** Curitiba: Ed. UFPR, 2022.419 f. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/73330/Manual_de_Normalizacao_UFPR_2022.pdf?sequence=1&isAllowed=y .Acesso em: 29 ago. 2022.

MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. **SP – Indígenas Guarani, quilombolas, pequenos agricultores, trabalhadores organizados e movimentos sociais se opõem a projetos para construir usinas hidrelétricas no Vale do Ribeira.**2010. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/sp-indigenas-guarani-quilombolas-pequenos-agricultores-trabalhadores-organizados-e-movimentos-sociais-se-opoem-a-projetos-para-construir-usinas-hidreletricas-no-vale-do-ribeira/> Acesso em: 27 jul. 2021.

MARQUES, LORENA. **Diáspora africana, você sabe o que é?** digital. Site: **FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**, 02-2019. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=53464> .Acesso em: 11 jun. 2021.

MINAYO, MARIA CECÍLIA (org); DESLANDES, SUELY; GOMES, ROMEU. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade.28. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL; SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ; SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE ADRIANÓPOLIS. **Avaliação de risco à saúde humana por exposição aos resíduos da Plumbum no município de Adrianópolis – PR.** 2008. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2015/janeiro/06/avaliacao-risco-adrianopolis-parana-08-Chumbo.pdf> . Acesso em: 04 ago. 2021.

MORTIMER, EDUARDO; MACHADO, ANDRÉA. **Química 3:** ensino médio. São Paulo: Scipione, 2010.

MOURA, CLÓVIS. **O racismo como arma ideológica de dominação.** ed.34. 1994, p.28-38. Disponível em: http://www.escolapcdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina_inicial/Biblioteca/70_O_racismo_como_arma_ideologica_de_dominacao_Clovis_Moura.pdf . Acesso em: 12 jun.2021.

MSULENERGIA. **Pequenas Centrais Hidrelétricas.** Disponível em: <https://msulenergia.com.br/pchs> .Acesso em: 27 de jul.2021.

NEEPES/ENSP/FIOCRUZ (Responsáveis pelo Projeto). **Mapas de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no brasil.** Online: NEEPES/ENSP/FIOCRUZ, 2010. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pr-apos-prosperidade-exploracao-do-chumbo-e-prata-em-adrianopolis-e-adjacencias-gera-passivo-ambiental-e-contaminacao/> . Acesso em: 26 fev. 2022.

OPAS. **Histórico da pandemia de COVID-19.** Organização Pan Americana de Saúde; Organização Mundial da Saúde. digital. Disponível em <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19> . Acesso em 14 fev. 2022.

PARANA. **Diretrizes curriculares da educação do campo.** Governo do Estado do Paraná; Secretaria de Estado da Educação; Superintendência da Educação. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretriz_edcampo.pdf .Acesso em 23 ago.2022.

PENTEADO, PAULO; TORRES, CARLOS. Hidrostática: A pressão atmosférica. In: PENTEADO, PAULO; TORRES, CARLOS. **Física ciência e tecnologia.** São Paulo: Moderna, 2005.

PEREIRA, L. Mudança alimentar na comunidade quilombola de João Surá: 1988-2018.122 f. Trabalho de Graduação (Projeto de Aprendizagem) – Curso Educação do Campo Licenciatura em Ciências da Natureza, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2020.

PERUZZO, FRANCISCO; CANTO, EDUARDO. substâncias químicas. In: PERUZZO, FRANCISCO; CANTO, EDUARDO. **Química:** na abordagem do cotidiano.4 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

PÓVOA, RUI. **Minieditorial:** Características Clínicas da Hipertensão Arterial Resistente versus refratária em uma População de Hipertensos Afrodescendentes. Arquivos brasileiro de cardiologia. Universidade Federal de São Paulo, São Paulo.28.jul. 2020. Disponível em: <https://abccardiol.org/wp-content/plugins/xml-to-html/include/lens/index.php?xml=0066-782X-abc-115-01-0040.xml&lang=pt-br> .Acesso em: 21 fev. 2022.

RIBEIRO, DARCY. Processo sociocultural. In: RIBEIRO, DARCY. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil.2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROMAN, CLARA. **Pequenas centrais hidrelétricas ameaçam populações tradicionais no Vale do Ribeira.** Instituto Socioambiental. 13 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/pequenas-centrais-hidreletricas-ameacam-populacoes-tradicionais-no-vale-do-ribeira> Acesso em: 20 jun.2021.

SANTOS, ANA PAULA. **Projeto Político Pedagógico das Escolas Quilombolas:** princípios formativos e orientações. Fortaleza: Seduc, 2022. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/37/2022/02/ppp_escolas_quilombolas.pdf. Acesso em: 22 ago.2022.

SANTOS, JOEL. **O que é racismo.** Coleção primeiros passos. São Paulo: Abril Cultural: Editora Brasiliense, 1984.

SANTOS, MÁRCIA. **Tecno vigilância estudo de caso glicosímetro.** Reunião com as Farmácias do Paraná. Curitiba. 22 e 23 jul. 2013. Disponível em https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-05/estudocasoglicosimetro.pdf. Acesso em: 26 fev. 2022.

SILVA, GIVÂNIA; SOUZA, BÁRBARA. Quilombos. A Luta contra o Racismo no Contexto da Pandemia. In: **Focus Brasil.** 2021. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2021/05/10/quilombos-a-luta-contra-o-racismo-no-contexto-da-pandemia/>. Acesso em: 29 ago.2021.

SILVA, JOSÉ; BERTOLDO, MARIA EDNA. Racismo como subproduto da sociedade de classes. In: **Revista Espaço Acadêmico** nº112, set. 2010. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwj7886I99byAhVJq5UCHavuD4UQFnoECAIQAAQ&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.uem.br%2Ffojs%2Findex.php%2FEspacoAcademico%2Farticle%2Fdownload%2F10666%2F5975%2F&usg=AOvVaw1f5kG92Px3DILcArCVhgWm>. Acesso em: 29 ago.2021.

SOLAR, ORIELLE; IRWIN, ALEC. **A Conceptual Framework for Action on the Social Determinants of Health:** Social Determinants of Health Discussion Paper 2. Genebra: World Health Organization, 2010. Disponível em: https://www.who.int/sdhconference/resources/ConceptualframeworkforactiononSDH_eng.pdf Acesso em: 25 jan.2022.

SOUZA, LAURA. **Quilombos:** identidade e história.1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

TAILLE, ELIZABETH; SANTOS, ADRIANO. Sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade. In: SIMPÓSIO NACIONAL DISCURSO, IDENTIDADE E SOCIEDADE,3, 2012, Campinas. **Anais.** UNICAMP, 2012. p. 8-9. Disponível em: https://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/HARKOT_DE_LA_TAILLE_ELIZABETH.pdf Acesso em: 15 mar. 2021.

TEIXEIRA, ALDENICE; BARROS, MARIA DAS DORES. **Educação Quilombola: um direito a ser efetivado.** Centro de Cultura Luiz Freire; Instituto Sumaúma. Pernambuco,2017. Disponível em: <http://cclf.org.br/wp-content/uploads/2019/10/CARTILHA-QUILOMBOLA.pdf>.Acesso em: 07 ago.2022.

THENÓRIO, IBERÊ. et.al (org.) **Conheça os venenos do cigarro:** experimentos de biologia. 31.dez.2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=YJXmS0Y4nCU>. Acesso em: 01 mar. 2022.

VASCONCELLOS; JOSÉ LUIZ; GEWANDSZNAJDER, FERNANDO. **Programas de saúde.** 18ª.ed. São Paulo: Ática S.A, 1991.

WERNECK, JUREMA. Mulheres negras no sus, Jurema Werneck. 2018.Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Xdq9eiZO8Mw>. Acesso em 13 fev.2022.

07. ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
TERMO DE CONSENTIMENTO

Prezado(a) Sr.(a) _____,

Durante o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado _____

documentaremos sua participação por meio de gravação de áudio (e/ou questionário escrito e/ou registro fotográfico). Suas informações não oferecerão qualquer risco para a sua integridade física, mental, social ou moral uma vez que o conteúdo obtido terá tratamento institucional e não pessoal (e sua identidade será preservada). Eu, _____, portador(a) do RG nº _____, autorizo o registro e utilização das informações necessárias para fins de análise científica.

Adrianópolis, _____ de _____ de 2022 .

Assinatura

08. APÊNDICES

PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO

Bloco 01: Saúde da população negra - saúde quilombola

- 01- Em sua vivência quando precisou de algum serviço de saúde, já teve alguma experiência negativa ou dificuldade de acesso sobre o atendimento prestado na saúde?
- 02- Com base nas suas vivências na comunidade, os serviços de saúde prestado no posto local e na sede municipal são bem atendidos? Quais são os principais desafios e potenciais.
- 03- Em sua vivência quando precisou de algum serviço de saúde, já sofreu ou presenciou alguma forma de discriminação, preconceito ou racismo? Como foi? Gostaria de comentar?
- 04- Você quando vai se consultar no médico geralmente é pelo SUS ou particular? Como avalia o atendimento oferecido?
- 05- E a realização de exames geralmente pelo SUS ou faz pelo particular? Por quê? Como é o atendimento? Explique.
- 06- Você conhece ou já ouviu falar sobre a Política nacional de saúde integral da população negra (PNSIPN)? Já foi discutido em alguma reunião, palestra com a comunidade ou outro espaço? O que sabe? Comente.
- 07- Durante a pandemia, está fazendo quarentena? Como está sendo para você e sua família?
- 08- Tem utilizado máscara, álcool em gel, fazendo o isolamento social e outros cuidados com a saúde? Se sim, tem alguma experiência vivenciada que deseja contar?
- 09- Quais são as principais medidas que você e sua família estão tomando em relação à prevenção do COVID-19? E na sua comunidade?
- 10- Você possui alguma doença ou problema de saúde? Se sim, qual? Como faz o tratamento? Se não, você já realizou uma consulta médica para descobrir?
- 11- Alguém da sua casa possui alguma doença ou problema de saúde? Se sim, qual problema de saúde e idade?

Bloco 02: Hábitos alimentares

- 12- Você ou sua família cultiva hortas, quintais ou roça? Se sim, em qual local? Perto da Casa? Quais são as motivações que levam a produzir os alimentos? Comente.

- 13- Quais principais desafios enfrentados atualmente para cultivar a roças? Comente.
- 14- Refletindo sobre os alimentos produzidos no quilombo ao decorrer dos anos que vão se passando, você nota alguma diferença na sua alimentação? Comente.
- 15- Identifica alguma mudança na alimentação nos últimos anos? Se sim, quais são as principais motivações que levam a ocorrer? Comente seu ponto de vista.
- 16- Para você, a alimentação contribui para ter uma boa saúde e qualidade de vida? Gostaria de deixar uma mensagem a respeito da alimentação?
- 17- Quais são os Principais Alimentos e produtos consumidos no cotidiano?

Bloco 03: Educação Quilombola

- 18- Com base em sua experiência quando trabalhou de pedagogo no Colégio Diogo Ramos, quais os principais desafios para ação prática desta política pública? Explique.